

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

**MAURÍCIO DA SILVA CÉSAR**

**A contradição no campo de jogo: o fetiche do mercado da bola nas trajetórias  
juvenis no futebol**

PORTO ALEGRE

2022

**MAURÍCIO DA SILVA CÉSAR**

**A CONTRADIÇÃO NO CAMPO DE JOGO: O FETICHE DO MERCADO DA BOLA  
NAS TRAJETÓRIAS JUVENIS NO FUTEBOL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer.

PORTO ALEGRE

2022

**MAURÍCIO DA SILVA CÉSAR**

**A CONTRADIÇÃO NO CAMPO DE JOGO: O FETICHE DO MERCADO DA BOLA  
NAS TRAJETÓRIAS JUVENIS NO FUTEBOL**

Dissertação apresentada como requisito para o grau de Mestre ao Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

---

Professor Dr. Giovane Antonio Scherer – (Orientador) – UFRGS

---

Professora Dra. Miriam Thais Guterres Dias – UFRGS

---

Professor Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo – UFPEL

---

Professora Dra. Jane Cruz Prates – PUCRS

PORTO ALEGRE

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a todos que trabalham e lutam para a sustentação e manutenção das universidades públicas e sua produção de conhecimento de grande importância para a sociedade como um todo.

Quero agradecer à minha família, pai, mãe, Daisy e Márcio, que me dão apoio nas diversas empreitadas que atrevo a realizar.

Ao Zina, Vareja, Léo Abib e Fabrício do grupo Savoir Faire, pelas diversas discussões, reflexões, chamadas na madrugada, aulas de francês entre outros.

Aos amigos que estiveram presentes durante o mestrado Janio dos Santos, Felipe Duran, Aline, Camilo, Olívia, Salsa, Deivid e Milena.

Aos meus colegas de mestrado, Anderson, Marina e um agradecimento especial para a Evelyn, que foi minha companheira durante boa parte dessa caminhada.

À Cris, Renata, Laura, Monique, Lizaura, Paula, Mariane e Sabrina, e outras pessoas que integraram o Grupo de pesquisa em Juventudes e políticas públicas (GEJUP).

Por fim, quero agradecer muito ao Giovane, meu orientador, que aceitou me orientar em meio à pandemia do Coronavírus, contribuindo muito para o avanço da minha construção intelectual.

## RESUMO

A investigação objetivou analisar como vem se constituindo a exploração do trabalho juvenil no futebol e o seu impacto nas trajetórias, modos e condições de vida dos jovens. O estudo teve a intenção de identificar como vem se desenvolvendo o mercado da bola em tempos da financeirização do capital, ao analisar como se configura o trabalho da juventude no que diz respeito à inserção no mercado da bola. Frente a isso, verificar como o sistema de garantia de direitos atua na proteção social de adolescentes e jovens diante desse contexto. A pesquisa, fundamentada em uma perspectiva crítica que lança mão do materialismo histórico-dialético como método. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. O estudo foi composto por uma pesquisa de revisão bibliográfica com estudos selecionados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e artigos do Portal de Periódicos da CAPES que tivessem relação ao tema das trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol de alto rendimento. Também foi realizada uma pesquisa documental com leis e documentos referentes às políticas públicas voltadas para adolescência e juventude, escolhidos de forma intencional que tivessem ligação com a garantia de direitos para os jovens, e mais especificamente para os jovens jogadores de futebol. Em relação a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas na modalidade on-line, com onze participantes de pesquisa, entre eles, jogadores de futebol, ex-jogadores e trabalhadores de comissões técnicas das categorias de base de clubes que se mostraram disponíveis à realização da pesquisa. Por meio dela, buscou-se analisar questões que envolvem a exploração do trabalho, as trajetórias, modos e condições de vida a partir da inserção no mercado do futebol. Como resultados apontam para as diversas contradições que constituem a trajetória juvenil, marcadamente fetichizada, pois o mercado de trabalho no futebol para os jovens no caminho da profissionalização se manifesta por processos de exclusão. Contexto no qual a descartabilidade é um elemento que o constitui, dado que dispõe de poucos postos de trabalhos bem remunerados, assim, altamente concorrido. Apresenta condições de trabalho precário e contratos, frágeis e flexíveis, oferece poucas garantias legais. Todas essas questões impactam diretamente na saúde mental dos jovens. Importante considerar o futebol como mercado inserido em um processo de reprodução das relações sociais capitalistas, sendo que muitas das contradições

evidenciadas pela pesquisa são típicas dos processos de retificação que vivia a classe trabalhadora como um todo. O sistema de proteção social da infância e da juventude se mostrou insuficiente na fiscalização contra violação de direitos nas trajetórias juvenis, no caminho da profissionalização no futebol. Da mesma maneira, é importante criar novas políticas públicas com outros dispositivos, no intuito de garantir direitos e proteger, não somente as juventudes que estão inseridas no mercado da bola, mas de forma ampla, na perspectiva real de efetivação desse segmento como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Juventude; futebol; trabalho; mercado de trabalho.

## RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo analizar cómo se ha constituido la explotación del trabajo juvenil en el fútbol y el su impacto en las trayectorias, modos y condiciones de vida de los jóvenes. El estudio tuvo como objetivo identificar cómo se viene desarrollando el negocio del fútbol en tiempos de financiarización del capital, analizando cómo se configura el trabajo juvenil en relación a la inserción en el negocio del fútbol. Frente a ello, verificar cómo actúa el sistema de garantía de derechos en la protección social de los adolescentes y jóvenes en este contexto. La investigación, basada en una perspectiva crítica hace uso del materialismo histórico dialéctico como método. Se caracteriza por ser una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva. El estudio consistió en una investigación de revisión bibliográfica con estudios seleccionados en la Biblioteca Digital de Teses e Dissertações y artículos del portal de CAPES que se relacionaran con el tema de las trayectorias juveniles en el mercado de trabajo del fútbol de alto rendimiento. También se realizó una investigación documental con leyes y documentos referentes a políticas públicas dirigidas a la adolescencia y juventud, elegidos intencionalmente que estuvieran vinculados a la garantía de derechos de los jóvenes, y más específicamente de los jóvenes futbolistas. En cuanto a la investigación de campo, se realizaron entrevistas semiestructuradas en la modalidad en línea, con once participantes de la investigación, entre ellos futbolistas, ex futbolistas y trabajadores de comisiones técnicas de las categorías básicas de clubes que se dispusieron para la realización de la investigación. Por medio de ella, se buscó analizar cuestiones que se relacionan a la explotación del trabajo, las trayectorias, modos y condiciones de vida a partir de la inserción en el mercado del fútbol. Como resultados apuntan las diversas contradicciones que constituyen la trayectoria juvenil, marcadamente fetichizada, pues el mercado de trabajo en el fútbol para jóvenes en vías de profesionalización se manifiesta por procesos de exclusión. Contexto en el que la descartabilidad es un elemento que la constituye, dado que hay pocos puestos trabajos bien remunerados, por lo tanto, altamente competitivo. Presenta condiciones de trabajo y contratos precarios, frágiles y flexibles, ofrece pocas garantías legales. Todas estas cuestiones impactan directamente en la salud mental de los jóvenes. Es importante considerar el fútbol como un mercado inseguro en un proceso de reproducción de las relaciones sociales capitalistas, y muchas de las

contradicciones evidenciadas por la investigación son propias de los procesos de rectificación que estaba experimentando la clase obrera en su conjunto. El sistema de protección social de la niñez y de la juventud demostró ser insuficiente en la vigilancia contra la vulneración de derechos en las trayectorias juveniles hacia la profesionalización en el fútbol. Del mismo modo, es importante crear nuevas políticas públicas con otros dispositivos para garantizar derechos y proteger no sólo a los jóvenes que se insertan en el mercado de pelotas, sino de manera amplia en la perspectiva real de efectivizar este segmento como sujetos de derechos.

Palabras clave: Juventud; fútbol; trabajo; mercado de trabajo.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	16
<b>2 PRIMEIRO TEMPO: O MERCADO DA BOLA E O FUTEBOL COMO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA</b>	<b>30</b>
2.1 A ENTRADA DO TRABALHADOR NO CAMPO DE JOGO: DIMENSÕES ONTOLÓGICAS E A ALIENAÇÃO NA SOCIEDADE DE CLASSES	30
2.2 A AMBIÇÃO DA GLÓRIA E DA FAMA: O MERCADO DO FUTEBOL NA REPRODUÇÃO CAPITALISTA	42
2.3 A CONSTRUÇÃO DO ESPETÁCULO NA ARENA DE JOGO: O FUTEBOL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA BRASILEIRA	55
<b>3 SEGUNDO TEMPO: MERCADO DA BOLA E SUA MEDIAÇÃO COM AS CATEGORIAS DE BASE</b>	<b>65</b>
3.1 OS CARTÕES VERMELHOS EM JOGO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A BUSCA PELA PROFISSIONALIZAÇÃO NO FUTEBOL	65
3.2 GOL CONTRA NAS TRAJETÓRIAS JUVENIS: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A GARANTIA DE DIREITOS NO CONTEXTO DAS CATEGORIAS DE BASE	82
3.3 POSIÇÃO (I)LEGAL: A VIOLAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DOS ATLETAS NO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO FUTEBOL	94
<b>4 FIM DE JOGO: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>124</b>
APÊNDICE A – QUADRO TESES E DISSERTAÇÕES COMBINANDO OS DESCRITORES: JUVENTUDE, FUTEBOL, TRABALHO	132
APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOCUMENTAIS QUE SE REFEREM ÀS LEGISLAÇÕES RELEVANTES QUE DISSERTAM ACERCA DO TEMA DE PESQUISA.	135

APÊNDICE C: INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), E NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES.	136
APÊNDICE D: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA JOVENS	137
APÊNDICE E: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFISSIONAIS	140
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP NA PLATAFORMA BRASIL	142

## 1 INTRODUÇÃO

Se tornar um grande jogador de futebol é o sonho de muitos jovens brasileiros. Esse desejo acaba gerando, desde a infância, muitas expectativas e principalmente a idealização de uma vida plena de riquezas materiais, conquistas de títulos esportivos, glamour, fama, status social, entre outros. No entanto, o caminho até a profissionalização não é fácil, tanto que a imensa maioria acaba sendo descartada. Especula-se que menos de 1% dos jovens que desejam entrar no mercado do futebol conseguem atingir seu objetivo (TOLEDO, 2002). Sob a lógica capitalista, que visa transformar tudo na forma de mercadoria, o futebol de alto rendimento, caracterizado por se constituir em um mercado altamente competitivo e voraz, encontra sua expressão máxima nos megaeventos, como Copa do Mundo de futebol, Olimpíadas e Champions League. Dessa forma, o esporte exerce influência em termos políticos, midiáticos de alcance mundial e financeiros, movimentando cifras astronômicas, entre outros aspectos.

Por ser um fenômeno de grande complexidade, são atribuídos muitos significados ao esporte. Como evidencia o Coletivo de Autores (2005), o esporte de alto rendimento subordina-se aos códigos e significados impostos pela sociedade capitalista, pois pressupõe a exigência de máximo rendimento atlético, com o domínio de elementos técnico-táticos com a finalidade de alcançar a vitória na competição com fim em si mesmo e, com isso, pode ser visto como uma maneira de adaptação aos valores que produzem as desigualdades sociais. Segundo Rubio (2004), o esporte de alto rendimento é aquele que se relaciona ao esporte-espetáculo, em que o atleta profissional é o protagonista, ou ainda, uma modalidade de prática esportiva que exige do atleta dedicação e rendimento que ultrapasse uma prática amadora ou que tenha tempo livre.

O Brasil, lugar onde muitos dizem ser “o país do futebol”, vive um contexto de grande desigualdade social. E o futebol, mais do que todos os esportes, alimenta o desejo de uma grande de jovens da classe trabalhadora de “mudar de vida” por meio do esporte. No entanto, segundo dados publicados no documento intitulado raio-x do mercado do futebol brasileiro<sup>1</sup>, relatório elaborado pela diretoria de registro,

---

<sup>1</sup>Estudo completo sobre o raio-x do mercado do futebol brasileiro disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/raio-x-do-mercado-2020-transferencias-do-futebol-movim-entaram-r-2-5>

transferência e licenciamento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) sobre as negociações de jogadores e jogadoras que foram contratados ou saíram para outros clubes no futebol brasileiro ocorridas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, a CBF informa que havia registrado, na entidade, 2.870 negociações, 162 envolvendo valores. Do exterior para o Brasil foram 25 empréstimos e 33 compras chegando ao valor de R\$ 531.566.271,00. Em relação a saída de jogadores do Brasil em direção ao exterior, foram 33 empréstimos e 82 vendas totalizando R\$ 1.682.658.442,00. As transações de jogadores entre os clubes do futebol brasileiro foram de 40 transferências movimentando ao todo R\$ 291.618.000,00. Contabilizando todas as movimentações que envolveram dinheiro, na cotação de câmbio da época, foi movimentado o total de R\$ 2.505.842.713,00. O relatório deixa bastante nítido o volume e os valores envolvidos nas movimentações do mercado do futebol, o que evidencia que é maior o número de jogadores que saem do Brasil para irem jogar no exterior em comparação aos que chegam para atuar no futebol nacional e também que são pouquíssimas as negociações envolvendo valores, no entanto, essas reduzidas transações movimentaram grandes quantias de dinheiro.

Diante desse contexto de transações comerciais no futebol, com interesse em possíveis movimentações financeiras futuras, clubes de diversos lugares do mundo enviam “olheiros” destinados a monitorar jovens pelo país afora, no intuito de encontrar uma “joia rara” pronta para ser lapidada e além disso de cortar custos com transferências de jogadores. Desta forma, os clubes estrangeiros se encarregam de levar os jogadores para fora do país, atletas jovens nos quais observam talento, mas que ainda não ganharam grande visibilidade e suficiente valorização no futebol nacional. Assim, não precisam pagar valores mais altos aos clubes brasileiros em uma possível transferência. Atravessamentos esses que estão incluídos na dinâmica de um mercado mundial altamente financeirizado e bastante lucrativo de compra e venda da força de trabalho de jogadores de futebol.

O jogador de futebol no Brasil, e na América do Sul de forma geral, é transferido para os principais clubes da Europa e, após passar pelo processo de adaptação, aprimoramento físico, aprendizagem de determinadas questões técnicas e táticas ligadas ao estilo de jogo e às especificidades dos campeonatos nacionais do velho continente, são valorizados e são revendidos por quantias muito maiores.

Dadas as devidas proporções, em relação ao mercado colonial nas Américas entre os séculos XVI a XIX e à atualidade, curiosamente, são os clubes portugueses

como o clube do Porto e o Benfica, de Lisboa, que mais se notabilizaram por esse tipo de negociação. Segundo o "Transfermarkt"<sup>2</sup>, site especializado nas informações sobre movimentações financeiras e compra e venda de atletas de futebol, foi o Benfica o clube que mais obteve rendimentos financeiros com compra e venda de jogadores na última década, em relação às transferências do mercado internacional de futebol. O Futebol Clube Barcelona, da Espanha, também se destacou nesse quesito. O clube da Cataluña obteve ganhos financeiros com vendas de jogadores, no entanto, reinveste bastante no mercado. O quadro abaixo, desenvolvido pelo autor desta dissertação, demonstra, de forma breve, parte do montante de dinheiro do qual faz parte toda uma rede de movimentações financeiras do mercado de transferências de jogadores de futebol.

**Quadro 1** - Clubes com destacada movimentação no mercado de transferências

<b>Clube do Porto</b>	<b>Benfica</b>	<b>Futebol Club Barcelona</b>
Comprou o Colombiano Falcão Garcia do River Plate por € 5,4 milhões e negociado em 2009 por € 47 milhões ao Atlético de Madri da Espanha.	Comprou Ángel Di María € 7 milhões em 2007 ao Rosário Central da Argentina e vendeu o jogador ao Real Madrid por € 29,04 milhões em 2010.	Comprou Neymar, anteriormente vinculado ao Santos Futebol Clube em 2013. A negociação estipulada em torno de € 88,20 milhões, vendeu para o PSG Futebol Clube em 2017 por inimagináveis € 222 milhões.
Comprou Eder Militão por € 7 milhões do São Paulo Futebol Clube em 2018 e já em 2019 o vendeu por € 50 milhões para o Real Madrid da Espanha.	Comprou por € 6,6 milhões Ramires do Cruzeiro Esporte Clube em 2009, vendido ao Chelsea Futebol Clube pela quantia de € 19,36 milhões em 2010.	Comprou Phelippe Coutinho do Liverpool da Inglaterra por € 145,00 milhões em 2018, emprestou o jogador por € 8,5 ao Bayern de Munique por uma temporada, o jogador retornou em 2020 e novamente foi emprestado,

<sup>2</sup>Empresa Alemã Transfermarkt GmbH & Co. KG, amplamente conhecida nos meios de comunicação de massa e referenciada pelo registro e divulgação de informações sobre transferências nacionais e internacionais de jogadores de futebol. Disponível em: <https://www.transfermarkt.com.br/>

		dessa vez, para o Aston Villa da Inglaterra.
Comproou Luis Díaz, então vinculado ao Junior FC da Colombia, por € 7,22 milhões em 2019 e vendeu por € 45,00 milhões para o Liverpool da Inglaterra em 2022.	David Luiz, vindo do Esporte Clube Vitória por € 440 mil em 2007 e vendido por € 26,4 milhões ao Chelsea Futebol Clube da Inglaterra em 2011.	Comproou Arthur por € 31 milhões pagos ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense em 2018, Vendeu por € 72 milhões em 2020 para a equipe Italiana Juventus Futebol Clube.

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: <https://www.transfermarkt.com.br/>

Contudo, esse mercado não é constituído somente por negócios com rápidos retornos financeiros e esportivos em termos de resultados, pois a imensa maioria dos atletas jovens quando não correspondem às expectativas criadas são descartados pelo mercado da bola, por exemplo. Nesse sentido, o mercado do futebol não se diferencia de qualquer outro mercado inserido na lógica da produção capitalista, em que a produção e reprodução do capital impactam na vida dos sujeitos que vendem sua força de trabalho. O jogador de futebol se constitui como um trabalhador envolvido em um mercado mundial financeirizado, e o atleta no momento em que não mais obtiver serventia por meio da utilização de sua força de trabalho, isto é, quando não mais possa satisfazer às necessidades do mercado do futebol nem como atleta nem como valor de troca - podendo ser valorizado e vendido para outros clubes - é descartado como parte do processo do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a presente dissertação se debruça sobre o tema das trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol e busca analisar como vem se constituindo as trajetórias juvenis, no que se refere ao trabalho dos jovens no futebol masculino de alto rendimento. O interesse na temática surgiu com a possibilidade de dar continuidade aos estudos após a conclusão da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde - RIMS do Hospital de Clínicas. A aproximação das questões como trajetórias de vida de adolescentes e jovens passaram a fazer parte do cotidiano do pesquisador, pelo trabalho de professor de educação física, ao ministrar aulas para crianças e adolescentes, que foi iniciado no ano de 2019, em

um centro de convivência que atua nos segmentos social, educacional e cultural. A escolha do programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social se deu por ser um lugar propício para potencializar as discussões sobre o tema do trabalho juvenil no mercado do futebol na perspectiva da garantia de direitos para a juventude, assim como possibilitou aprofundar e ampliar os conhecimentos de algumas das expressões da questão social, visto que essa questão possui maior tradição com a pesquisa no âmbito das Ciências Sociais e da Política Social em comparação com os programas de Pós-Graduação em Educação Física, formação inicial e atuação profissional do autor desta dissertação. Nesse ponto, a pesquisa foi desenvolvida junto ao programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, vinculado à linha de pesquisa Estado, Sociedade e Políticas Sociais, que trata de estudos das relações do estado e sociedade e seu impacto na materialização das políticas sociais e considera o pluralismo epistemológico para apreensão e problematização das expressões da questão social e das respostas do Estado no âmbito da proteção social como resultante da correlação das classes sociais. Para a construção da dissertação, as contribuições no âmbito das discussões e reflexões do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP/UFRGS) foram de grande valia.

A presente dissertação se justifica por revelar como vem se constituindo o mercado da bola em tempos da financeirização do capital internacional, assim como a configuração do trabalho para a juventude no que se refere à inserção laboral no mercado da bola, além de compreender de que maneira a exploração do trabalho juvenil no futebol impacta nas trajetórias, modos e condições de vida de jovens, investigando como o sistema de garantia de direitos atua na esfera da proteção social para adolescentes e jovens no que diz respeito a sua inserção no mercado do futebol. Sendo assim, o estudo contribui com subsídios teóricos na perspectiva da garantia de direitos para esse segmento social, oferecendo condições para que esse grupo social possa ser mais reconhecido enquanto sujeito de direitos. Visto que ampliar a visibilidade da realidade sobre a qual estão submetidos os adolescentes e jovens, seus modos e condições de vida, do mesmo modo, os direitos que estão sendo violados, demonstra a importância da elaboração de políticas sociais para os adolescentes e jovens, assim como contribui na construção de conhecimento no âmbito do serviço social em interlocução com o campo da Educação Física, por isso a importância deste estudo.

## 1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O desenho metodológico buscou responder ao problema da exploração do trabalho juvenil no futebol. O estudo objetivou analisar como vem se constituindo essa exploração do trabalho juvenil e o impacto nas trajetórias, modos e condições de vida dos jovens. O estudo teve a intenção de identificar como vem se constituindo o mercado da bola em tempos da financeirização do capital, analisando como se configura o trabalho da juventude no que diz respeito à inserção no mercado da bola e verificou como o sistema de garantia de direitos atua na proteção social de adolescentes e jovens diante desse contexto.

Conforme Marconi e Lakatos (2003), a metodologia de pesquisa diz respeito ao conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido pelo cientista, detectando erros e auxiliando as decisões a serem tomadas. Para isso, o estudo foi fundamentado e desenvolvido numa perspectiva crítica e lançou mão do materialismo histórico-dialético como método, no intuito de desvendar as múltiplas determinações que vêm constituindo as trajetórias juvenis no que se refere ao trabalho dos jovens no futebol de alto rendimento e contribuindo com subsídios teóricos na perspectiva da garantia de direitos para esse segmento social.

Segundo Prates (2003), o materialismo histórico-dialético, método desenvolvido por Karl Marx, considerado uma das matrizes das Ciências Sociais, consiste em uma análise do movimento social real que ultrapassa sua aparência, vai na raiz em relação às leis fundamentais da organização, desenvolvimento e transformação dos fatos e problemas históricos sociais. Tem a finalidade de contextualizar o movimento contraditório dos fenômenos sociais sob a ótica da totalidade e de forma rigorosa, fértil, criadora, criativa e profunda do movimento do real e principalmente com o propósito de intervir e transformar a realidade social, além das pesquisas que se preocupam em contemplar a realidade.

A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente (VÁZQUEZ, 2007, p. 109).



Para Marx, o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto, sua estrutura e dinâmica, e se difere de outras modalidades de conhecimento como a arte, conhecimento prático da vida cotidiana entre outros, de forma que a teoria é a reprodução ideal do movimento do real do objeto a ser estudado. O método dialético é o contrário do método hegeliano, que acredita que o pensamento seja criador da realidade. No método materialista histórico-dialético, a teoria é a reprodução ideal que não é produzida pelo cérebro dos homens. O real não é produzido, mas reproduzido e interpretado no mundo das ideias, no plano do pensamento, para saber aquilo que é seu movimento, gênese, consolidação, desenvolvimento, condições de crise e perecimento. Como se movimenta a sociedade burguesa foi o objeto de pesquisa de Marx, suas regularidades, as tendências do movimento do objeto, as chamadas “leis” que como tendência histórica determinada não são fixas e imutáveis, partindo da aparência que tanto mostra e revela, quanto também oculta, para chegar na essência do objeto, no intuito, não só de interpretar, mas de modificar a realidade social, para isso o sujeito ocupa um lugar ativo fundamental, de apreender, não só a aparência e sim a essência, estrutura e dinâmica, como processo (NETTO, 2011).

Ainda sobre a dialética materialista, Marconi e Lakatos (2003) apresentam quatro leis<sup>3</sup> fundamentais do método dialético, são elas: a ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona”, mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma”, passagem da quantidade a qualidade ou “mudança qualitativa” e interpretação dos contrários, contradição ou luta dos contrários. Os autores apontam que não há um consenso em relação ao número exato de leis, que podem variar de acordo com os diferentes autores.

Para reproduzir idealmente o movimento real da constituição das trajetórias juvenis que está vinculado à realidade do mercado de trabalho do futebol de alto rendimento circunscrito na sociedade capitalista, utilizou-se das categorias totalidade, historicidade, contradição e mediação não como elementos separados, mas que se relacionam dialeticamente. Essas categorias do materialismo

---

<sup>3</sup> Existem semelhanças e diferenças substanciais entre as categorias e as leis. Por lei é entendido como “uma ligação necessária geral, iterativa ou estável”. Já as categorias são mais ricas em conteúdo, pois refletem “as propriedades e os aspectos universais da realidade objetiva” (TRIVIÑOS,1987).

histórico-dialético são fundamentais pois apresentam um conjunto articulado de explicitações metodológicas com a finalidade de dar materialidade ao estudo.

Para explicar como se produzem as relações sociais, Marx (2009) lança mão da categoria historicidade, como o movimento histórico das relações de produção que estão intimamente ligadas às forças produtivas, de forma que os homens estabelecem as relações sociais, o movimento histórico que as engendra, de acordo com a produção material, não de maneira eterna e imutável, mas como produtos históricos e transitórios.

Reconhecer a historicidade é reconhecer o movimento e a provisoriedade dos fenômenos. Somos dinâmicos, estamos em movimento de constituição e somos finitos. A historicidade do real, uma categoria central da dialética, emana do próprio real, é dele apreendida (prática) e abstraída (teoria) para constituir o que chamamos de concreto pensado, no movimento, e a ele retornar para servir de bússola para que o sujeito que busca conhecer/intervir desvende como se processam esses movimentos. Desvendar esse movimento significa identificar as transformações, os novos movimentos que surgem e também analisar os processos e relações constitutivas dos sujeitos e fenômenos sociais, ainda para ter elementos que possam ser ferramentas para neles intervir (PRATES; CARRARO, 2017, p. 163).

A categoria historicidade se constitui em um procedimento que busca, na história, a gênese, que primeiramente parte do presente e busca no passado o processo que permitiu sua transformação para ser o que é no presente e exige outro movimento, que parte do passado e volta para o presente mostrando seu desenvolvimento (PRATES, 2012). A categoria historicidade foi importante para desvendar como se configura o trabalho da juventude, sua inserção laboral no mercado da bola, considerando a história particular do jovem, relacionada à história da sociedade brasileira, do futebol no Brasil articulado a uma totalidade maior que compõe um mercado altamente competitivo em que o jovem é um elemento central de sua dinâmica de venda, compra, exploração de sua força de trabalho e obtenção da mais valia.

Outro conceito fundamental da dialética materialista é a categoria totalidade, pois distingue a dialética da metafísica, de forma que a totalidade não pode ser apreendida como a soma das partes, busca responder o que é a realidade concreta e seus processos evolutivos, suas conexões internas, suas leis íntimas e revela sob a superfície a causalidade dos fenômenos (KOSIK, 2002).

Estamos falando da totalidade, que é também histórica e que, além da interconexão entre esses diversos aspectos, articula elementos amplos, universais, como a crise do capitalismo, a reestruturação produtiva, o investimento ou os cortes no investimento da seguridade social no Brasil, os

níveis de desemprego e elementos particulares, como as condições materiais de uma comunidade ou município, as condições de vida de determinado segmento social nessa região, o impacto do desemprego na vida do seu João, as estratégias de sobrevivência utilizadas por determinados grupos, as redes locais, as resistências locais e o significado que essas condições têm para os sujeitos. Portanto, unidade entre áreas diversas, entre aspectos universais e particulares e entre teoria e prática conformam a totalidade (PRATES; CARRARO, 2017, p. 164).

Entende-se a realidade como totalidade em movimento, de forma que a análise tenha coerência e correspondência com a realidade e as ações a serem tomadas, a partir da análise, não estejam descoladas das reais necessidades e possibilidades historicamente determinadas (PONTES, 1999). Entendendo o mercado da bola, altamente financeirizado, que se constitui como uma totalidade maior ligado ao capital internacional, também composto por complexidades menores, é de suma relevância compreender o funcionamento desse mercado no que se refere à inserção laboral dos jovens no mercado da bola.

Para que essa totalidade, que é também histórica, possa ser contextualizada e seja uma unidade, não a soma das partes, seus elementos precisam ser mediados. Como uma das categorias centrais no estudo, a mediação, que trabalha na perspectiva da totalidade e capta, por meio da razão, o movimento e a estrutura ontológica das mediações, articula as partes de uma totalidade complexa e, por meio dela, ocorre a passagem entre o imediato e o mediato. Com isso, o método dialético adquire caráter menos rígido, caso contrário perderia sua natureza dialética (PONTES, 1999).

Para chegar na essência dessa dinâmica, foi de suma importância revelar as mediações que operam no interior do mercado do futebol e também foi preciso investigar como atua e se articula, o sistema de garantia de direitos no âmbito da proteção social para adolescentes e jovens, bem como de que formas as análises teóricas se relacionam na realidade concreta na vida dos jovens.

No entanto, as relações que operam no interior dessa totalidade e as articulações dinâmicas de todo esse processo não ocorrem sem diversas contradições.

[...] a contradição é uma interação entre aspectos opostos, distingue os tipos de contradições (interiores-exteriores, essenciais e não-essenciais, fundamentais e não fundamentais, principais e acessória) determina o papel e a importância que ela tem na formação material e ressalta que a categoria da contradição é a origem de momento e desenvolvimento (TRIVIÑOS, 1987, p. 54).

A contradição demonstra que a realidade não é homogênea e se manifesta de diversas maneiras, pois ao mesmo tempo que a contradição é destruidora, inaugura o novo, de forma que a disputa dos opostos é tensionada pelo conflito e ao tornar-se insuportável instiga a superação (PRATES; CARRARO, 2017).

Essa contradição é bastante presente na vida dos jovens, pois o futebol representa um projeto de vida e de futuro, a chance de sair da pobreza, adquirir uma vida melhor; mas, ao mesmo tempo pode apresentar processos de violências e de violação de direitos, pois ao se inserir no mercado da bola, a realidade da maioria dos jogadores são de baixos salários, condições precárias de trabalho. E essa entrada incide na exploração do trabalho juvenil no futebol, que impacta nos modos e condições de vida desses jovens.

A partir das categorias totalidade, historicidade, contradição e mediação que busca o real em seu movimento, lançamos mão de uma série de elementos e procedimentos metodológicos que serão detalhados no item a seguir. A investigação se constitui em uma pesquisa desenvolvida numa perspectiva qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Em relação a escolha de uma abordagem qualitativa, Martins e Bógus (2004, p. 48) destacam que:

refere-se a estudos de significados, significações, ressignificações, representações psíquicas, representações sociais, simbolizações, simbolismos, percepções, pontos de vista, perspectivas, vivências, experiências de vida e analogias.

No que diz respeito à pesquisa exploratória, esta proporciona maior familiaridade com o problema. Seu objetivo maior está no aprimoramento de idéias ou na descoberta de intuições. Seu planejamento considera variados aspectos ao fato estudado (GIL, 2002). A maioria das pesquisas exploratórias são bastante flexíveis, no entanto, geralmente envolve um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências sobre o objeto de estudo pesquisado e análise de exemplos para melhor compreensão. Em muitos casos, assume a forma de uma pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso (GIL, 2002).

Já em relação à pesquisa descritiva, seu principal objetivo é a descrição de características de determinada população ou fenômeno. Muitas das pesquisas descritivas não se limitam a identificar, se atentam também em determinar a natureza dessa relação. Para estudar as características de um grupo ou fenômeno, a pesquisa descritiva lança mão de um modelo de técnicas na coleta de dados. Por terem a preocupação em incidir sobre a prática, as pesquisas descritivas, e as

exploratórias, são mais utilizadas por pesquisadores no campo das pesquisas sociais (GIL, 2002).

Com relação ao estudo do ponto de vista empírico, o trabalho foi composto por uma pesquisa de revisão bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de revisão bibliográfica se relaciona a materiais que já sofreram processo de análise, como livros, teses, dissertações entre outros.

A pesquisa documental, por sua vez, se refere a documentos que não sofreram processo de análise, como leis, ofícios, documentos de políticas públicas e publicações parlamentares. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”(MARCONI; LAKATOS, 2003, p.174).

Já a pesquisa de campo foi realizada por meio das entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro com questões abertas, que tem o intuito de responder às questões centrais do estudo. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

As técnicas de interrogação privilegiam o ponto de vista dos pesquisados e apresentam limitações no que diz respeito a análises mais amplas, mas são de grande valia em relação à obtenção de informações sobre o que a pessoa "sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes" (GIL, 2002 apud SELLTIZ, 1967, p. 273).

A presente investigação procurou responder o problema principal de pesquisa, no que diz respeito a questões relativas à constituição das trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol de alto rendimento. Para isso, lançou mão de um conjunto de procedimentos e técnicas distintas para responder a cada um dos objetivos específicos. Entre elas estão a busca de documentos para evidenciar o estado da arte em relação ao tema das trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol de alto rendimento, assim como a pesquisa de revisão bibliográfica, a pesquisa documental e como pesquisa de campo, na coleta de outros dados empíricos.

Para a busca, foram utilizados os descritores trabalho, juventude, futebol, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BNTD, como resultado do mecanismo de procura se chegou ao total de 13 estudos, entre teses e dissertações. O referido banco de dados concentra um vasto acervo de teses e dissertações, entre

outros documentos de diversas instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas. Após refinamento, separação por meio dos títulos dos trabalhos e posterior leitura dos resumos, foram selecionados três estudos que tinham relação com os objetivos da pesquisa, que foram analisados com profundidade para responder ao primeiro objetivo específico como é explicitado no quadro abaixo.

**Quadro 2** - Tese e Dissertações selecionadas sobre o tema trabalho, futebol e juventude.

AUTOR	TÍTULO DO ESTUDO	NATUREZA	ANO DA PUBLICAÇÃO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO VINCULADO
Arthur Silveira Guimarães	Além das quatro linhas: estudo sobre a trajetória profissional de jovens atletas do futebol	Dissertação de Mestrado	2012	Sociologia (Universidade Federal da Paraíba)
Claudio Lucena de Souza	Processos formativos e identitários no futebol: sujeitos (in)visíveis em jogo	Tese de Doutorado	2014	Educação (Universidade Federal da Bahia)
Daniel Machado da Conceição	O estudante -atleta: desafios de uma conciliação	Dissertação de Mestrado	2015	Educação (Universidade Federal de Santa Catarina)

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Além deste material, coletado por meio da análise de teses e dissertações, foram incluídos na análise do presente dissertação artigos científicos qualificados acerca do tema da investigação. Foi realizada uma busca por artigos no Portal de Periódicos da CAPES, em razão de possuir grande alcance de artigos de diversas bases de dados. Como instrumento de procura, foram inseridos no portal os seguintes descritores: juventude, futebol, trabalho, que obteve como resultado 345 estudos. A partir desse total, foi feito o refinamento dos artigos encontrados. Após excluir os livros, artigos de jornal e resenhas, foram incluídos somente artigos em português, disponíveis online sobre o tema, que restou do presente processo de seleção o total de 298 artigos. Após a leitura dos títulos de todos os 298 artigos, foram selecionados seis artigos relacionados ao tema e a delimitação do tema de pesquisa. Em seguida houve o refinamento com a leitura dos resumos dos seis

artigos, que foram mantidos como resultado e incluídos intencionalmente na amostra da pesquisa, como indica o plano amostral abaixo.

**Quadro 3** - Artigos selecionados sobre o tema trabalho, futebol e juventude.

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>REVISTA</b>	<b>QUALIS</b>	<b>ANO</b>
ANDRADE; RAMOS	Futebol: paixão ou negócios? uma análise da produção científica mundial	Podium: sport, leisure and tourism review	Educação Física - B4 Interdisciplinar - B2 Sociologia - B5	2015
CASARIN; STREIT	Modelo de formação em futebol: análise de clubes do estado do Rio Grande do Sul	Revista brasileira de futsal e futebol	Educação Física - B4 Interdisciplinar - B3	2011
LOPEZ; BARCLAZ	A invisibilidade do Esporte e da Cultura como Direitos da Criança e do Adolescente	Revista direito e práxis	Direito - A1 Interdisciplinar - B3 Serviço Social - B2	2019
KUPPER	Como o futebol brasileiro agradece a quem o impulsiona e vice-versa	Revista brasileira de futsal e futebol	Educação Física - B4 Interdisciplinar - B3	2020
OLIVEIRA; BALZANO; MORAES	O perfil dos atletas em transição para a fase profissional das equipes de futebol da cidade de Fortaleza	Revista brasileira de futsal e futebol	Educação Física - B4 Interdisciplinar - B3	2017
RODRIGUES <i>et al</i>	A formação de jovens atletas nas escolinhas de futebol em Fortaleza-Ce	Revista brasileira de futsal e futebol	Educação Física - B4 Interdisciplinar - B3	2016

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Portal de Periódicos da CAPES.

Com a análise das teses e dissertações e dos artigos qualificados, buscou-se algumas sínteses em relação ao mercado da bola, sua formação, funcionamento e sua mediação com modos e condições de vida dos jovens. Com base neste processo de análise, foram percebidas as contradições e as lacunas na produção acadêmica sobre o tema, o que demonstra como vem se constituindo a análise desta realidade pelo conhecimento acadêmico. Ressalta-se que esse mercado é altamente financeirizado e globalizado, sendo categorias fundamentais de análise

para o presente projeto de pesquisa. Foram incluídos intencionalmente, ao longo da investigação, outros materiais bibliográficos que ofereceram subsídios para a análise da realidade do futebol em tempos de capital financerizado. Como já citado acima, a análise bibliográfica se refere à interpretação de livros, artigos em periódicos, dissertações, teses entre outros estudos que passaram por um processo de avaliação, se diferenciando da análise documental no que diz respeito a documentos, como leis, ofícios, que não passaram por um processo de apreciação ou não foram examinados, denominados como fontes primárias. Com isso, foram incluídos intencionalmente uma relação de documentos que se referem às legislações relevantes que dissertam acerca do tema futebol, trabalho e juventude, conforme o seguinte plano amostral:

**Quadro 4** - Legislações selecionadas sobre o tema futebol, trabalho e juventude.

<b>Plano amostral - Análise documental</b>	
Constituição federal (1988)	CAPÍTULO VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso (Redação dada pela EC n. 65/2010)
Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998	Institui as normas gerais sobre desporto e dá outras providências
Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998	Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
Estatuto da Juventude (2013)	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.
Lei de adoção (2017)	Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.



--	--

Fonte: Sistematizado pelo autor a partir do caput e capítulo específico de cada legislação.

Com a pesquisa documental, buscou-se verificar como essas legislações se ocupam da proteção social para adolescentes e jovens no mercado do futebol. Ainda para atender ao objetivo específico dois, foi empregada como pesquisa de campo e coleta de dados as entrevistas semi estruturadas com os participantes da pesquisa. A escolha pela entrevista semi-estruturada se deu pelo motivo de combinar perguntas abertas e fechadas, a partir de questões previamente definidas, com a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto em um contexto próximo a uma conversa informal. Devido a isso, o entrevistador deve redobrar a atenção para poder intervir no caso do entrevistado tangenciar o tema proposto, fazer novas perguntas em caso de dúvidas, elucidar questões que não ficaram claras, com isso obter um maior direcionamento para o tema (BONI; QUARESMA, 2005). A entrevista é bastante utilizada nas pesquisas sociais, “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 195).

Em razão da necessidade de respeitar o distanciamento social, as normas e medidas sanitárias impostas pela pandemia de COVID-19, todas as entrevistas foram realizadas na modalidade online, mediadas por ferramentas de comunicação. Primeiramente foi realizado o contato via e-mail formal, para convidar os participantes para a realização da pesquisa, com pessoas da rede de contatos do pesquisador. Devido à trajetória do autor da dissertação, como professor de Educação Física, foi possível contatar uma série de pessoas que trabalham nas categorias de base de clubes, assim como no futebol profissional de clubes de expressão nacional e regional. Foram realizados convites por meio da rede de contatos do pesquisador, e aqueles que se interessaram em participar da entrevista, posteriormente, indicaram tanto profissionais como jovens. Os critérios de inclusão e exclusão, foram: serem jovens jogadores, ex-jogadores, treinadores, preparador físico, entre outros membros da comissão técnica de clubes profissionais de futebol. Para obtenção dos demais participantes da pesquisa de campo foi utilizada a técnica da bola de neve. Esta técnica consiste em um método de amostragem não probabilística em rede, que utiliza cadeias de referência. Diversos estudos já

lançaram mão da técnica bola de neve para obtenção de participantes de pesquisas, principalmente utilizada para fins exploratórios e útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas, de maneira que os entrevistados são procurados a partir de características específicas (VINUTO, 2014).

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral [...] Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014, p, 203).

Com o recurso da técnica da bola de neve foi possível encontrar os participantes da pesquisa na intenção de obter a visão de diferentes momentos e ângulos da carreira no futebol, para atender o objetivo do estudo, que foi analisar como vem se constituindo a exploração do trabalho juvenil no futebol masculino e o impacto nas trajetórias, modos e condições de vida de jovens, no intuito de contribuir com subsídios teóricos na perspectiva da garantia de direitos para esse segmento social. Participaram do estudo jogadores de futebol que ainda estão nas categorias de base de clubes de futebol profissional, jogadores profissionais, ex-jogadores jovens e profissionais que trabalham junto com os jovens trabalhadores do futebol. A escolha dos sujeitos, tanto os jovens como os trabalhadores, se deu pela inserção em categorias de base e/ou equipes principais de clubes de futebol profissional, e que se mostraram disponíveis à realização da pesquisa.

Foram 11 sujeitos entrevistados. Após a realização das entrevistas, um dos sujeitos retirou a autorização dos dados fornecidos para a utilização como conteúdo de análise. Desta forma, 10 sujeitos de pesquisa que autorizaram a utilização dos dados, entre eles cinco jovens e cinco trabalhadores da comissão técnica nas categorias de base e/ou equipes principais de clubes de futebol profissional.

Entre os cinco profissionais entrevistados que fazem ou já fizeram parte das categorias de base de clubes como membros da comissão técnica, até o momento da entrevista, três são técnicos, um treinador de uma equipe profissional, mas antes já havia sido preparador físico da sub-20, um treinador da categoria sub-17 e um treinador no sub-17 e auxiliar no profissional. Dos outros dois, um trabalhou exercendo as funções de auxiliar técnico, preparador físico e auxiliar de preparação física. E o último ocupava o cargo de coordenador da preparação física. Com

exceção de um dos treinadores que está cursando o curso de Educação Física, todos os outros são graduados do mesmo curso. Entre os graduados, um possui o curso de mestrado em Educação Física, outros dois possuem a licença B da CBF Academy, que são licenças expedidas para os treinadores que realizarem cursos de formação e qualificação em futebol organizados pela CBF. Essas Licenças funcionam como um requisito básico para os treinadores que trabalham em clubes que ocupam as divisões maiores dos campeonatos estaduais, nacionais e internacionais. Os trabalhadores das categorias de base foram selecionados por serem os que mais de perto acompanham o cotidiano dos adolescentes e jovens no processo de formação de atletas e tudo o que envolve as categorias de base, assim como, o futebol profissional.

Os cinco jovens jogadores estavam na faixa etária entre 16 aos 21 anos de idade. A escolha dos jovens se deu por serem os jogadores que mais vivem ou já vivenciaram o processo de formação com o objetivo de chegar à profissionalização. A partir das entrevistas com os participantes da pesquisa, foi possível obter relatos detalhados sobre as questões que envolvem a exploração do trabalho, as trajetórias, modos e condições de vida a partir da inserção no mercado do futebol. Abaixo apresenta-se um quadro com os participantes da pesquisa.

**Quadro 5** - Participantes que serão entrevistados na pesquisa de campo.

<b>Profissionais</b>	<b>Jovens</b>
3 treinadores	1 - jovem atleta de 16 anos
1 coordenador de preparação física.	2 - jovens atletas de 20 anos
1 foi auxiliar técnico, preparador físico e auxiliar de preparação física	1 - jovem ex-atleta de 19 anos
	1 - jovem atleta de 21 anos
Totalizando 5 trabalhadores	Totalizando 5 Jovens atletas e ex-atletas

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas foram realizadas de forma online mediadas por ferramentas de comunicação, com a utilização do software Google Meet, por ser gratuito e de fácil acesso, após combinação prévia realizada com o participante para identificar as

condições de acesso ao programa de computador sugerido, data e horário mais adequado, assim como foram colocadas outras informações para que o participante se sentisse confortável e o mais à vontade possível para a realização da entrevista. Os participantes da pesquisa autorizaram a utilização da gravação de voz, termo de consentimento livre e esclarecido e demais procedimentos éticos com relação à investigação com seres humanos. A escolha dos sujeitos se deu pelos seguinte motivo: serem participantes inseridos ou que já haviam passado pelo mercado de trabalho do futebol, seja com as categorias de base ou no futebol profissional.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica da análise textual discursiva. Essa abordagem de análise de dados tem sido utilizada cada vez mais nas pesquisas qualitativas (MORAES, 2003). Esse método transita entre duas das formas de avaliação crítica consolidadas na pesquisa qualitativa, a análise de discurso e a análise de conteúdo (MORAES; GALIAZZI, 2006).

A análise textual discursiva tem como objetivo produzir metatextos descritivos e interpretativos a partir de um conjunto de estudos ou documentos, denominado corpus. A estrutura básica do metatexto é organizada com base na desconstrução dos textos e sua unitarização, elaboração de unidades de significado, para que posteriormente possa formar um conjunto mais complexo, que são categorias, para que, com isso, se possa captar do novo emergente, produto de uma nova combinação construída ao longo dos passos anteriores. Toda essa construção não é resultado de simples montagens, mas de processos intuitivos e auto-organizados, com o propósito de aprofundar a compreensão dos fenômenos, e deve se apoiar em uma análise criteriosa e crítica, não se preocupando em testar ou refutar hipóteses (MORAES, 2003).

O processo analítico consiste em criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se flashes fugazes de raios de luz iluminando os fenômenos investigados, que possibilitam, por meio de um esforço de comunicação intenso, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise (MORAES, 2003, p.192). Esse processo de análise que se desloca do empírico para abstrações teóricas, que foi comparado, pelo autor, a uma espécie de tempestade de luz.

A presente pesquisa obedeceu todos os princípios éticos tendo a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-PSICO), levou em consideração a resolução nº510 de

de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre a dignidade humana, proteção devida aos participantes das pesquisas científicas que envolvem seres humanos, para respeitar a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano. A partir desse caminho, a presente dissertação está dividida em quatro capítulos, o primeiro é constituído pela introdução, em que é apresentado o tema da pesquisa, os caminhos metodológicos da pesquisa, com o tipo de estudo, procedimento e técnicas utilizadas na pesquisa, os participantes e modo como foram analisados os dados. O segundo capítulo trata do trabalho na perspectiva ontológica e perpassa algumas das diversas modificações ao longo do tempo para então debater a composição do mercado do futebol na sociedade capitalista, suas regras e sua forma de funcionamento, mediando com a perspectiva histórica na realidade do futebol Brasileiro. Em seguida, no terceiro capítulo, o tema discutido é sobre mercado da bola e sua mediação com as categorias de base, como uma preparação da força de trabalho de crianças e jovens para o mercado, evidenciando as contradições, as dificuldades nesse caminho, e por fim discorrer sobre a precarização do trabalho no contexto das categorias de base, com importantes violações de direitos e como o sistema de garantias de direitos atua na proteção social para as juventudes e, por fim, as considerações finais da dissertação.

## **2 PRIMEIRO TEMPO: O MERCADO DA BOLA E O FUTEBOL COMO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

O futebol se constitui como um esporte difundido mundialmente, que gera paixões e mobiliza milhões de pessoas. Sua história, inicialmente como jogos com bola, perpassa a construção de diversos povos em várias partes do mundo ao longo do tempo. Nesse sentido, compreender historicamente as transformações no mundo da bola se torna fundamental para a análise das possibilidades de ação dos trabalhadores atualmente envolvidos nesse mercado inscrito nas relações sociais produzidas e reproduzidas na sociedade do capital. Para isso, o entendimento da dimensão ontológica do trabalho mostra-se importante, pois o trabalhador do futebol, como um ser social, é parte de uma classe social que vive e constrói sua própria história por meio do trabalho.

O presente capítulo objetiva analisar como vem se constituindo o mercado da bola e sua mediação com modos e condições de vida dos jovens em tempos da financeirização do capital internacional. Primeiramente, será debatida a questão do trabalho na perspectiva ontológica, em seguida a partir do modo como se estrutura o trabalho na sociedade capitalista, para então tematizar sobre como vem se constituindo o mercado da bola, incluído nesse modo de produção. E, por fim, trata o futebol na perspectiva histórica brasileira. Esse foi o caminho traçado para responder um dos objetivos específicos da pesquisa. Para isso, foram utilizados estudos sobre a temática do trabalho ontológico, trabalho na sociedade capitalista, assim como, sobre o mercado da bola em específico. A pesquisa contou ainda com a utilização de estudos bibliográficos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BNTD) para a sua construção.

### **2.1 A ENTRADA DO TRABALHADOR NO CAMPO DE JOGO: DIMENSÕES ONTOLÓGICAS E A ALIENAÇÃO NA SOCIEDADE DE CLASSES**

O mundo em que vivemos foi e é modificado constantemente, construído pelas mãos de homens e mulheres ao longo de um longo processo histórico. Os prédios das grandes cidades, as pontes que cruzam lagos, as máquinas e objetos que fazem parte do nosso cotidiano são frutos do trabalho humano. Para Marx (2013), o trabalho está na base econômica da sociedade como criador de valor,

assim como ocupa o lugar de categoria teórica que sustenta o entendimento do ser humano e da sociedade. Engels (2004) afirma que o trabalho ultrapassa a noção restrita de criação de riqueza, sendo também condição básica e fundamental da vida, criador do próprio homem. Ainda segundo o mesmo autor, apoiado nos estudos evolucionistas de Charles Darwin, nossos antepassados mais primitivos foram evoluindo no transcurso de um grande período de tempo, e o passo decisivo para seu desenvolvimento ocorreu a partir do estabelecimento da posição ereta. Ao caminhar com os dois pés, foi possível o aperfeiçoamento das mãos, que passaram a estar livres para realizar diversas funções novas e mais complexas, como o desenvolvimento da motricidade fina, a criação de ferramentas entre outros, e constituiu-se como o principal membro que executa o trabalho e que, pouco a pouco, foi ampliando suas possibilidades de ação. Como produto de seu trabalho, o ser humano foi, não só criando instrumentos para suprir suas demandas mais imediatas, mas também ampliando seu domínio sobre a natureza e, ao mesmo tempo, modificando sua própria natureza, permitindo que ocorresse a transição dos nossos ancestrais mais primitivos até chegar ao ser humano atual.

Segundo Engels (2004), ao viver majoritariamente em grupo, o ser humano como o mais social dos animais, para satisfazer suas necessidades, obtém maiores vantagens agindo em conjunto. Com isso, torna-se imprescindível maior comunicação. Assim, os seres humanos foram desenvolvendo estruturas fisiológicas, órgãos como a laringe, que permitiram a evolução da fala e posteriormente da linguagem articulada. Outro fator decisivo para o progresso dos seres humanos foi o hábito do consumo de carne, além de vegetais e plantas encontradas na natureza, tornando-se onívoros. A passagem de uma alimentação exclusivamente vegetariana para outra à base de carne possibilitou o desenvolvimento do cérebro e dos sentidos, que por sua vez permitiram o avanço da consciência e da capacidade de abstração (ENGELS, 2004).

A sobrevivência dos seres humanos se vincula à interação e transformação da natureza, ou seja, pelo trabalho, também denominado como a atividade de transformação de matérias naturais em produtos para realização de suas necessidades (NETTO; BRAZ, 2009). No entanto, o trabalho não pode ser entendido de forma unívoca. "Essa dependência da sociedade para com a natureza, contudo, não significa que o mundo dos homens esteja submetido às mesmas leis e processos do mundo natural" (LESSA; TONET, 2008, p. 17). Não haveria sociedade

sem a transformação da natureza. Do mesmo modo, não seria possível a existência humana sem o constante ciclo de nascimento, vida e morte dos seres humanos. Portanto, há uma conexão entre o mundo dos homens e o mundo da natureza. No entanto, esse processo não depende somente de fatores biológicos, na perspectiva de “instintos animais”. Há outros elementos que ultrapassam as leis naturais, pois a manutenção e reprodução da vida social e material é determinada também por fatores sociais.

A evolução humana apresenta leis próprias, diferentes das leis naturais, pois os seres humanos se distinguem dos demais seres da natureza por meio da mediação com o trabalho. A base para sua construção como indivíduos se dá nesse movimento constante de modificações da natureza. Portanto, o trabalho acaba por modificar a si próprio.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 326-327).

Para o autor, o trabalho diz respeito unicamente aos seres humanos, devido ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades ao longo de um imenso intervalo de tempo. A modificação das condições de sua vida material serviram de sustentáculo para a evolução humana. Assim, a diferença entre o pior dos arquitetos e a melhor das abelhas está na capacidade do homem, por meio da prévia ideação, de antecipar na cabeça o que ele quer projetar, representar na ideia antes criar, enquanto com relação os animais, no caso das abelhas, sua colmeia sempre será produzida do mesmo jeito, pois sua ação não é feita de forma consciente, é programada geneticamente (MARX, 2013).

Dessa maneira, na concepção de Marx, o trabalho é a categoria fundante do ser social. No entanto, não se pode reduzir a categoria ontológica<sup>4</sup> somente em relação a transformação da natureza, necessitando que seu entendimento seja apreendido a partir da sua função social de caráter coletivo (JUNIOR; LARA, 2015).

---

<sup>4</sup> Ontologia é entendida como o estudo do ser, com um caráter histórico-social buscando capturar as determinações mais gerais e essenciais do ser. Cabendo ao sujeito analisar a realidade do objeto, se utilizando de conceitos para responder de forma geral às questões que dizem respeito a “o que é o ser, o que é a realidade?”. Portanto, não cabe ao sujeito criar o objeto teoricamente (TONET, 2016).



De acordo com Caliari (2021), para entender a ontologia do ser social, na perspectiva de György Lukács<sup>5</sup>, é preciso compreender o trabalho humano como o fazer que diferencia o homem do animal superior, da mesma forma, saber que há diferentes tipos de ser. Em relação ao ser como conhecemos, se mostra em três modalidades, o ser orgânico, inorgânico e o ser social (NETTO; BRAZ, 2009).

Conforme Netto e Braz (2009), o ser inorgânico é aquele que não tem a capacidade de se reproduzir, a exemplo dos minerais e outros elementos tabulados na tabela periódica. O ser orgânico, mais complexo que o ser inorgânico, contém a propriedade da vida e consegue se reproduzir, por exemplo as plantas, bactérias, entre outros tantos animais. E, por último, o ser social, os seres humanos, são animais que são compostos pelas duas primeiras modalidades. Em sua estrutura física, contém elementos inorgânicos, orgânicos e se reproduzem, No entanto, o ser social é outro muito mais complexo que o já complexo ser orgânico e ultrapassa essa modalidade de ser, pois sua constituição se dá mediada por relações sociais com outros seres humanos, assim constitui-se como dependente da estrutura orgânica e, por sua vez, depende da natureza (NETTO; BRAZ, 2009). Desta maneira, mesmo com pulsões sexuais como as dos animais, os desejos do ser social se realizam por meio de mediações, como a comunicação, pela linguagem articulada, um sistema de mediações que constitui uma determinada cultura e, com isso, foi possível criar um universo infinito de significações. De forma que elementos genéticos não dão fundamento ao comportamento social, somente o ser social é capaz de realizar tudo isso, pois não é natural, é criado e aprendido.

Os primatas se transformaram nos primeiros grupos humanos por meio do trabalho. Foi por meio da atividade de transformação prática material da natureza que modificaram sua própria natureza. Numa espécie de salto, foi possível o surgimento de um novo tipo de ser, diferente do ser orgânico e inorgânico, o ser social (NETTO; BRAZ, 2009). Por não existir intencionalidade na natureza, uma árvore não tem condições de pensar e explicar o porquê de produzir frutos, pois cada um desses seres tem uma dinâmica específica. Para pensar a teoria social é preciso pensar a constituição do ser social.

---

<sup>5</sup> Principal referência sobre o temática da ontologia do ser social, a partir do resgate dos fundamentos das obras de Marx, elabora uma ontologia crítica ao neopositivismo que invadiu a tradição marxista com pensamento stalinista das primeiras décadas do século XX, o que confere tratamento materialista, histórico e dialético ao debate ontológico.

No contexto dessa relação homem-natureza, Lukács é esclarecedor ao afirmar que não é possível conceber o ser social com um elemento deslocado da materialidade da vida inorgânica, dado seu primado ontológico, concreto, que, por sua vez, é base da constituição da sociabilidade. Evidentemente as esferas constitutivas desse ser social não se fundam apenas nas bases inorgânicas, elas se constituem como um complexo, posto em constante movimento, mediado pela esfera orgânica e social (JUNIOR; LARA, 2015, p. 22).

Nesse sentido, o ser social se constitui de elementos inorgânicos e orgânicos e necessita ser nutrido desses elementos. No entanto, se desde seu nascimento, os seres humanos não receberem o sustento, até adquirirem a capacidade de ir em busca de seu próprio alimento, não sobrevivem. Dessa forma, as comunidades primitivas, que perduraram por mais de 30 mil anos, eram nômades e não produziam o suficiente para suprir as necessidades imediatas de todos seus membros, viviam da pesca, caça e coleta, tudo o que era produzido e recolhido era dividido (ENGELS, 2004). A partir da maior adaptação e domínio sobre a natureza, como o uso do fogo, os seres humanos foram mudando o seu modo de vida nômade para um estilo de vida sedentário, começaram a se fixar em alguns locais, passando a produzir seu alimento, realizar o cultivo de terras, agricultura, na proximidade de seu local de moradia.

Todo esse processo viabilizou a ampliação de saberes das leis da natureza, a domesticação de animais, o aprimoramento de suas ferramentas, o uso de metais e a formação de ligas metálicas. O aprendizado sobre as estações do ano permitiu saber qual momento era mais propício para se plantar, permitiu o desenvolvimento de técnicas de irrigação, entre outros conhecimentos, inicialmente transmitidos oralmente de geração em geração, puderam ser aperfeiçoados, ampliados e sistematizados até chegarem às formas contemporâneas que utilizamos nos dias de hoje com seus métodos e técnicas estruturados nas ciências das mais diversas áreas (ENGELS, 2004). Foi por meio do trabalho que esses conhecimentos foram se diversificando, complexificando e se aperfeiçoando em diversos ramos. Assim, criaram-se valores, bens materiais para a manutenção e reprodução da vida que atendam às necessidades humanas, oriundas do estômago ou da imaginação (MARX, 2013).

Como já salientado, como elemento humano de transformação da natureza, o trabalho é uma condição fundamental para a continuidade da existência humana, seja ao modificar as suas condições de vida, seja ao criar objetos, valores de uso com a finalidade de suprir suas necessidades. Ao transformar a natureza, os seres

humanos adquirem consciência e modificam sua própria natureza. No entanto, eles não escolhem as circunstâncias, elas já estavam anteriormente postas materialmente. Esses processos históricos são elaborados pelos seres humanos em sociedade, perpassando por diversas formas de organizações sociais com diferentes interesses em conflito e disputa. Assim, os homens constroem sua própria história, mas não são determinados naturalmente, não da forma que bem entendem, e sim a partir situações calcadas em um contexto anteriormente encontrado, dado em circunstâncias transmitidas pelo passado (MARX, 2008).

Com o avanço das tecnologias disponíveis, foi possível aumentar a produtividade do trabalho, e isso permitiu gerar um grande excedente de sua produção. Seus membros puderam, não só terem suas necessidades atendidas, como conseguiram acumular os produtos de seu trabalho. Essas “sobras” foram destinadas à troca com outros grupos, o que abriu caminho para o comércio e para o nascimento da mercadoria (NETTO; BRAZ, 2009). Com o excedente econômico e com a acumulação dos produtos do trabalho, começou a exploração do homem pelo homem em larga escala, o que fez surgir o modo de produção escravista. Homens eram escravizados como resultado de guerras, ou por dívidas, e eram obrigados a trabalhar de forma forçada, e assim constituíram a base de diversas civilizações da antiguidade como a grega e romana.

O apogeu do escravismo identifica-se com o apogeu do império Romano e a crise deste será o golpe de morte no escravismo. A grandeza do império reclamava um enorme excedente econômico para manter a repressão aos escravos, a submissão aos povos conquistados e o parasitismo dos grande proprietários; ao mesmo tempo o trabalho monótono e de má vontade das horda de escravos que a conquista proporcionava mal podia sustentar o vasto edifício do domínio Romano (NETTO; BRAZ, 2009, p. 68).

Impulsionado ainda por diversas invasões de seus territórios, como as “invasões bárbaras”, o Império Romano foi ao declínio, o que abriu caminho para a consolidação do modo produção feudal (MORAES, 1993). No feudalismo, seus membros produziam boa parte do que era necessário à sua sobrevivência, não prescindindo de realizar grandes transações comerciais.

O trabalhador estava intimamente vinculado à terra, alguns lotes de terras eram cedidos aos servos em troca de proteção militar, no entanto eram obrigados a trabalharem nas terras dos senhores, a chamada corvéia, e a pagarem outros tributos quando o trabalhador rural não era dono dos instrumentos de produção, mesmo com essa taxaço, parte do produto de seu trabalho lhe pertencia.

No entanto, para a formação do proletariado na Europa, processo ocorrido entre os séculos XV e XVII, com intervenções de forma violenta por parte do Estado, se expropriou a propriedade rural; e o camponês, expulso de suas terras, foi obrigado a ir em direção às cidades em busca de trabalho. Desta forma, foram se incorporando à produção capitalista fabril (COGGIOLA, 2021). Ainda assim, havia terras comunais, florestas, bosques, que eram comuns a senhores e servos, de onde podiam retirar lenha. Posteriormente, devido à implementação de leis de caráter privado, o recolhimento de lenha das terras comunais foi classificado como crime e, portanto, passível de severas punições para aqueles que realizassem o antigo hábito de retirar galhos, gravetos e madeira de florestas para cozinhar ou para amenizar o frio do rigoroso inverno, o que impediu que os trabalhadores obtivessem um dos mais elementares meios de subsistência (MARX, 2017).

No modo de produção feudal, existiam ainda trabalhadores livres, como os artesãos, alfaiates entre outros que porventura não produziam a matéria-prima da qual necessitavam. Possuíam os meios para a realização de sua produção, como as ferramentas de seu trabalho e o conhecimento para transformar a matéria-prima em produto acabado, participando de todo o processo de produção de um produto destinado à venda. No entanto, os modos de produção escravista e feudal eram bastante estáticos, pois apresentavam uma dinâmica interna muito pequena e limitada produção de riquezas. Além disso, os conhecimentos sobre a natureza e a sociedade eram bastante precários (TONET, 2016). O regime feudal, na Europa, a partir do século XIV, viveu diversas situações muito complicadas, como a epidemia de peste bubônica, falta de alimentos, constantes guerras e revoltas populares estão entre os diversos fatores internos e externos que devastaram a população europeia e levaram o feudalismo ao colapso, o que abriu o caminho para o desenvolvimento do capitalismo (MORAES, 1993).

De acordo com Netto e Braz (2009), as contradições internas do modo de produção feudal, no decorrer dos séculos, proporcionou o avanço do comércio. As ações de natureza mercantil foram invadindo as relações econômicas feudais, assim o dinheiro começou a ser usado na mediação das trocas, como forma de pagamento de prestação serviços, compra e venda de terras entre outros. Segundo Lessa e Tonet (2008, p. 65), sobre a grande expansão da burguesia entre os séculos XI e XVII, “a burguesia não parou de se expandir. Do comércio local passou ao comércio por toda a Europa. Em seguida, descobriu a África, o caminho marítimo para as

Índias, as Américas e articulou o mercado mundial”. Com a gigantesca ampliação do comércio, o constante progresso técnico e o desenvolvimento das forças produtivas, acarretaram profundas mudanças no modo de produção da vida e que culminou, entre os séculos XVIII e XIX, na revolução industrial. Os mercadores e comerciantes se tornaram agentes importantes na economia, e seus interesses passaram a entrar em conflito com a nobreza feudal que não tinha o poder econômico da burguesia, mas ainda obtinha o poder político por meio do Estado absolutista. Esse processo abriu caminho para as revoluções burguesas (NETTO; BRAZ, 2009). Dessa forma, se iniciou o confronto pela obtenção do poder político do Estado por parte da classe burguesa.

No momento em que o século 18 fechava suas cortinas sobre o mundo moderno que nascia, o ciclo das revoluções burguesas atingia seu apogeu e iniciava sua crise. A consolidação das revoluções burguesas a partir das experiências Inglesas do século 17 e início do século 20, a Guerra de Independência dos EUA em 1776 e a Revolução Francesa de 1789, marcariam profundamente a formação dos Estados nacionais que tinham por base nesse processo a universalização do modo de produção capitalista (IASI, 2008, p. 7).

Como os principais enfrentamentos travados e vencidos contra o regime feudal, foi possível romper as barreiras para a constituição da sociedade em que impera o modo de produção do capital<sup>6</sup>. As revoluções ocorridas entre 1789 e 1848 estão entre as maiores transformações da história humana, desde as invenções da agricultura, da metalurgia, da escrita, da cidade e do Estado (HOBSBAWM, 2015).

Diferentemente das formas de sociabilidade escravista e feudal, na sociedade capitalista, os camponeses foram expropriados de suas terras. No caso do capitalismo Inglês do século XVI, o episódio ficou conhecido como cercamento dos campos, processo intitulado também de acumulação original do capital (MARX, 2013).

Os trabalhadores foram expulsos de suas terras e expropriados de seus meios de produção. A burguesia fundiária passou a se utilizar das terras, assim como de parte dessa massa de trabalhadores agora "livres", pois deixaram de ser servos. Aos antigos camponeses restou apenas a sua força de trabalho para ser

---

<sup>6</sup> A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da "indústria" como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade "burguesa" liberal; não da "economia moderna" ou do "Estado moderno", mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo (HOBSBAWM, 2015, p.11).

posta à venda no mercado, da mesma maneira que qualquer outra mercadoria (GRESPLAN, 2020).

De acordo com Marx (2013), na sociedade capitalista, as mercadorias<sup>7</sup> são produzidas para satisfazer uma necessidade ou desejo e são comercializadas no mercado. A mercadoria aparece como duplo valor, valor de uso e valor de troca. Seu valor de uso se refere à utilidade de uma coisa, já o valor de troca diz respeito a uma mercadoria destinada à venda. Para isso, necessariamente tem de ter valor de uso, ter utilidade para alguém, e é essa necessidade que permite que ela possa ser trocada (MARX, 2013).

Harvey (2013) dá o exemplo do valor de uso e o valor de troca de uma casa, de maneira que se o proprietário do imóvel deseja utilizar a casa, valor de uso, dificilmente poderá dispor de seu valor de troca, para isso precisará ceder o valor de uso a outrem. Um objeto pode ter um valor de uso e não ter valor de troca, como o ar que nós respiramos todos os dias, mas o contrário não é possível, pois para ser valor de troca é preciso que se tenha uma utilidade. Na venda de uma mercadoria, o proprietário recebe uma quantidade determinada de outras mercadorias, na relação mais habitual que vivenciamos, uma mercadoria é trocada por dinheiro. No entanto, quando vamos ao mercado realizar uma compra, muitas vezes, não conseguimos enxergar nitidamente que há trabalho humano contido na mercadoria, muito menos a quantidade de trabalho humano presente na produção de determinado objeto.

O valor de troca é uma representação necessária do trabalho humano incorporado nas mercadorias. Quando vamos ao supermercado, podemos descobrir os valores de troca, mas não podemos ver ou medir diretamente o trabalho humano incorporado nas mercadorias. É essa incorporação do trabalho humano que está presente fantasmagoricamente nas prateleiras. (HARVEY, 2013, p.31).

A única qualidade comum a todas as mercadorias é de ser produto do trabalho humano; é o trabalho quem cria valor e é o fundamento do valor. Assim, o valor contido no valor de troca de uma mercadoria é produzido por um tipo especial de mercadoria, a força de trabalho, que é a única capaz de produzir valor (GRESPLAN, 2020). Dessa forma, o produto destinado à troca se reveste de valor, mas não de forma explícita.

Para Marx, “todas as contradições do capitalismo nascem das contradições estruturalmente fundamentais entre o valor de uso e o valor da mercadoria e entre

---

<sup>7</sup> “Marx define mercadoria como a forma social específica de que se reveste o produto do trabalho, quando não serve ao consumo do próprio produtor ou as trocas apenas eventuais, e quando já é produzido para o mercado”(GRESPLAN, 2020, p.31).

os aspectos útil concreto e social abstrato do trabalho que ela encerra” (BOTTOMORE. 1988, p.172). O trabalho concreto e o trabalho abstrato não são dois tipos de trabalho, são duas dimensões do mesmo trabalho. Na sua dimensão concreta, o trabalho é útil, valor de uso e na dimensão abstrata do trabalho aparece quando as diferentes especificidades de cada trabalho, por exemplo o fazer do sapateiro e do tecelão, são reduzidos a trabalho em geral (NETTO; BRAZ, 2009). Dessa forma, é também o trabalho, na sua forma abstrata, reduzido ao dispêndio de força, energia física e psíquica comum aos variados trabalhos específicos, que fundamenta o valor e, por sua vez, o valor de troca das mercadorias que serão colocadas à venda no mercado. Com isso, no modo de produção capitalista, o trabalho é um componente essencial, a base da produção de valor. Para isso, é necessário que o trabalho seja transformado em uma mercadoria como qualquer outra encontrada no mercado pronta para ser consumida.

Para compreender as contradições, “leis” de funcionamento, tendências e a dinâmica própria da sociedade capitalista, Marx (2013) utiliza e desenvolve criteriosamente a teoria do valor trabalho formulada pelos teóricos da economia clássica Adam Smith e David Ricardo. De acordo com Netto e Braz (2009), com a consolidação da produção mercantil, o tempo socialmente necessário para a sua produção determina o preço das mercadorias. No entanto, preço e valor podem não se corresponderem de forma exata, sendo essa a lei do valor, que tem validade no marco da produção mercantil dominante na sociedade capitalista.

No modo de produção capitalista, assentado numa relação social de exploração do trabalho, tira proveito ao máximo da força de trabalho para a produção de mercadorias. Para isso, o preço pago na forma de salário para a utilização da força de trabalho na produção mercantil, assim como qualquer outra mercadoria, “obedece” aos preceitos da lei do valor. Os trabalhadores, proprietários apenas de sua força de trabalho, firmam um contrato a ser cumprido, com a anuência das duas partes: patrão e empregado. Essa aparente igualdade jurídica de contrato esconde as desproporcionais vantagens para os capitalistas que usufruem da compra da mercadoria força de trabalho, sendo que os trabalhadores receberão um salário por tempo determinado para executar um tipo de trabalho sem nenhuma vinculação com o resultado da produtividade de seu trabalho. Os produtos resultantes da exploração da força de trabalho, quando colocados na esfera da circulação de mercadorias, resultarão em lucros muito maiores ao capitalista dono

dos meios de produção em comparação aos valores recebidos pelo trabalhador na forma de salário. Assim, os trabalhadores, os reais produtores de mercadorias destinadas à venda, não mais têm qualquer vinculação com o produto de seu trabalho (GRESPLAN, 2020). Essa é uma grande contradição, pois os reais produtores não se reconhecem no seu trabalho e, muitas vezes, não obtêm condições de adquirir e usufruir das mercadorias que eles próprios produziram. Esse processo também é conhecido como alienação do trabalho.

Segundo Vázquez (2007), o conceito de alienação foi de suma importância na evolução do processo de pensamento de Marx. A evolução do conceito perpassa obras como os *Manuscritos Econômico filosóficos de 1844*, a ideologia alemã, até chegar em sua fase mais madura em *O capital*. Devido à polivalência do conceito, foi possível a elaboração de categorias centrais do método materialista histórico-dialético, como produção, relações de produção, divisão da sociedade em classes entre outros. Da mesma forma, a concepção de trabalhador alienado no trabalho possibilitou redigir o conceito de proletariado e de sua missão histórico-universal.

Em relação ao trabalho alienado, Marx nos *Manuscritos Econômico filosófico de 1844*, a alienação do trabalhador de sua produção é considerado um fato econômico. Ele divide a alienação do trabalho em dois planos, o objetivo e o subjetivo. No plano subjetivo, os produtos de seu trabalho são estranhos ao trabalhador, o trabalho é algo que é feito por obrigação a contragosto, e o trabalhador enxerga a relação social com outros homens como algo estranho. Já no plano objetivo, quanto mais o trabalhador produz riqueza mais ele empobrece, os produtos de seu trabalho pertencem ao capitalista e não ao trabalhador, com isso o trabalhador é reduzido a uma mercadoria. O trabalho aparece apenas como meio de subsistência, e as condições de seu trabalho são determinadas por quem se apropria de seu trabalho, portanto define o ritmo e as condições que operam o trabalho (VÁZQUEZ, 2007).

Nessa conhecida definição, a alienação consiste na “estranheza” do mundo dominado por um poder social o qual os indivíduos perderam qualquer controle, depois de o terem criado, em um evidente movimento de autonomização e inversão. As condições de trabalho e de distribuição do fruto do trabalho tornam-se independentes dos agentes econômicos e, em seguida, aparecem como “um poder que subjuga” seus criadores, “em vez de ser dominado” por eles. (GRESPLAN, 2020, p. 26).



No modo de produção capitalista, o direito à propriedade, as relações econômicas de produção, apropriação dos produtos do trabalho criam uma relação social bastante obscura, diferentemente de outros modos de produção como o escravista e feudal, no qual os escravos, camponeses e servos identificavam, com facilidade, que o resultado de seu trabalho se destinava em uma proporção imensamente maior ao dono da terra. Já no capitalismo, não é tão nítido que a riqueza produzida como resultado do trabalho do assalariado, construída por meio da exploração da força de trabalho, a extração da mais valia, é apropriada pelos donos dos meios de produção e se justifica como direito à propriedade, de tal forma que o trabalhador recebe o seu salário sem nenhum vínculo com o todo da produção (COGGIOLA, 2021). Dessa forma, parece que o trabalhador, ao receber seu salário, foi restituído de forma justa, no entanto, é exatamente do trabalho não pago que o capitalista obtém seu lucro.

Como o produtor foi privado dos instrumentos de trabalho, meios de produção e de sua produção, só consegue ter acesso aos bens imprescindíveis à sua sobrevivência e aos mais diversos produtos que necessita por intermédio do mercado. Para Marx (2013), a divisão social do trabalho é condição necessária para a existência da produção de mercadoria, pois sem diferentes formas de trabalho concreto independentes uns dos outros, agricultura, tecelagem, alfaiataria entre outros, não seria possível produzir as mercadorias para serem postas à venda no mercado. Contudo, o inverso não se aplica, pois já existia uma divisão social do trabalho entre os membros de sociedades primitivas sem que o resultado de seu trabalho gerasse mercadorias.

Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho (MARX, 2013, p.120).

Com a generalização da forma mercadoria no sistema capitalista, há duas divisões do trabalho, uma que ocorre na esfera da circulação e entre os diferentes capitalistas individuais e independentes que competem entre si, e outra na esfera da produção na qual os trabalhadores reunidos em um mesmo local são submetidos ao rígido controle do capital, realizam atividades parciais, simultâneas das quais resultam no produto do trabalho coletivo, as mercadorias apropriadas pelos donos

dos meios de produção e posteriormente serão postas à venda no mercado (BOTTOMORE, 1988).

Essa monetarização das mercadorias necessita ser compreendida no contexto do desenvolvimento da divisão social do trabalho, pois é nesse cenário que os indivíduos produzem objetos por intermédio do trabalho, que, por sua vez, são possuidores de valor de troca. Assim, é necessário situar a divisão social do trabalho e o próprio trabalho em uma condição fundada no valor de troca, sendo que esse último torna-se, na sociedade do capital, a pedra angular da sua reprodução. (JUNIOR; LARA, 2015, p.23).

A divisão social do trabalho na produção, com a adoção de diferentes formas de organização do trabalho, tiveram o intuito de aperfeiçoar a qualidade das mercadorias, diminuir o tempo utilizado para a realização de tarefas complexas e, com isso, aumentar a produtividade do trabalho (PINTO, 2010). Evidenciando que o que move a sociedade capitalista é a necessidade incessante de produzir lucro, esse acréscimo de valor advém dos processos de trabalho ocorridos na esfera da produção e tem na exploração da força de trabalho a raiz da produção e reprodução do capital, pois a força de trabalho é a única capaz de criar valor. Nessa relação, o capitalista paga pelo valor de troca da mercadoria força de trabalho, não pelo valor total criado, que é superior em relação ao preço pago ao trabalhador para a utilização de sua força de trabalho. Esse acréscimo de valor produzido e não pago é denominado mais-valia (NETTO; BRAZ, 2009).

A lógica da produção de mercadorias na sociedade capitalista é múltipla e diversa. Quanto mais essas relações foram se complexificando, mais se desenvolveram as forças produtivas. Assim, atualmente para a reprodução desse mercado há uma heterogeneidade de formas. Desse modo, no próximo item, abordaremos a lógica do mercado com ênfase em uma reprodução específica do capital, que se trata da particularidade do mercado da bola.

## 2.2 A AMBIÇÃO DA GLÓRIA E DA FAMA: O MERCADO DO FUTEBOL NA REPRODUÇÃO CAPITALISTA

A mercadoria, como já debatido no item anterior, como forma social específica do capitalismo da qual a produção, fruto do trabalho, é destinada diretamente ao mercado para ser trocada por dinheiro. Portanto, a produção é levada para a esfera da circulação, no mercado. Assim como inúmeras outras atividades que são

produzidas na sociedade capitalista, o futebol também se insere no âmbito da sociedade mercantil.

O futebol, como um esporte moderno, advindo dos jogos populares e diversos jogos com bola das classes populares inglesas a partir do século XVIII e intensificado nos séculos XIX e XX, diz respeito a uma prática corporal de caráter competitivo que tem como características principais o rendimento físico, a racionalização, a busca por bater recordes, igualdade de chances, especialização dos papéis, burocratização, desenvolvimento e utilização de métodos treinamento com base na ciência (BRACHT, 2005). Ao longo do tempo, o futebol foi adquirindo mais importância e se tornando um esporte imensamente visto, praticado e comercializado em diversos países do mundo. Para se ter uma pequena ideia da dimensão alcançada pelo futebol, a Federação Internacional de Futebol (FIFA), entidade máxima desse esporte, possui mais membros que a Organização das Nações Unidas (ONU). A saber, a FIFA possui 211 e a ONU 193 membros<sup>8</sup>. Somente por esse motivo, é possível perceber o alcance e difusão que o futebol atingiu em nível internacional. A visibilidade do futebol em âmbito mundial ocorreu com a contribuição e com o avanço dos meios de comunicação de massa, com a ampliação da exposição do esporte com a televisão, jornal, rádio, internet entre outros. Na realidade brasileira, o futebol se tornou hegemônico em relação aos outros muitos esportes. Especialmente em relação à hegemonia midiática, no maior programa de esportes transmitido em rede nacional, há predominância massiva do futebol em relação a todos os demais esportes (SMOUTE, GOMES; COUTINHO (2017).

Todo esse desenvolvimento do futebol abriu espaço para que esse esporte se vinculasse aos setores da produção industrial e à venda de mercadorias em escala global. No sentido mais estrito, o objeto produzido pelo futebol, o produto, colocado à venda na circulação de mercadorias é o entretenimento<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup><https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/06/21/lista-da-fifa-tem-18-paises-a-mais-do-que-a-onu-veja-quais-e-por-que.htm>

<sup>9</sup>Segundo o dicionário online de português, entretenimento significa o que entretém, diverte e distrai; divertimento. Aquilo que é feito como diversão ou para se entreter: canal de entretenimento; local de entretenimento. Ação ou efeito de entreter; ato de se divertir, de se distrair. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/entretenimento/>

À medida em que ocorre o processo caracterizado como esportivização, diversas práticas corporais foram transformadas em esporte e assumiram os códigos desse fenômeno (GONZÁLEZ, 2008). O esporte passou, cada vez mais, a ser usado também para propagar a ideia do consumo de mercadorias, com o uso, venda e divulgação de marcas. Dessa forma, transformou-se em uma mercadoria dentro da sociedade do espetáculo, caracterizada por relações sociais mercantilizadas e mediatizadas por imagens (DEBORD, 2003). Adorno e Horkheimer (1985) se referem ao que denominam de Indústria Cultural diz respeito às diversas produções artísticas e culturais, inseridas nas relações de produção capitalista, de forma que as massas de trabalhadores em seu momento de lazer não precisem pensar, e se constituam apenas como consumidores de produtos culturais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Por se tratar de um fenômeno de grande complexidade, são atribuídos muitos significados ao esporte. Como evidencia o Coletivo de Autores (2005), o esporte de alto rendimento subordina-se aos códigos e significados impostos pela sociedade capitalista, pois pressupõe a exigência de máximo rendimento atlético, com o domínio de elementos técnico-táticos, com a finalidade de alcançar a vitória na competição com fim em si mesmo e, com isso, pode ser visto como uma maneira de adaptação aos valores que produzem as desigualdades sociais.

Num esforço de síntese, podemos dizer que o esporte de alto rendimento ou espetáculo, aquele imediatamente transformado em mercadoria, tende, a nosso ver, a assumir (como já acontece em maior escala em outros países, como nos EUA) as características dos empreendimentos do setor produtivo ou de prestação de serviços capitalistas, ou seja, empreendimentos com fins lucrativos, com proprietários e vendedores de força de trabalho, submetidos às leis do mercado. Isso se reflete nos apelos cada vez mais frequentes à profissionalização dos dirigentes esportivos e na administração empresarial dos clubes (empresas) esportivos (esportivas) (BRACHT, 2005, p.18).

O futebol como um espetáculo<sup>10</sup> acaba por despertar diversos tipos de afetos, um dos mais observáveis é a paixão dos torcedores, da mesma forma incute na cabeça dos jovens o sonho de se tornar um grande jogador, para poder, assim,

---

<sup>10</sup> A prática de assistir jogos de futebol profissional nos estádios se tornou, no final do século XX, uma das principais atividades de lazer de grande parte da população ocidental. O futebol como espetáculo e/ou mercadoria tornou-se um tema de estudo para sociólogos, antropólogos, economistas, advogados, principalmente na Europa (REIS, 2006, p. 13).

usufruir das benesses que o futebol pode proporcionar. O cinema, a televisão e os jornais têm se ocupado de evidenciar as trajetórias dos jogadores de futebol, seus sonhos e frustração, no entanto, quando se trata das pesquisas sobre a formação profissional, no esporte, no campo da Educação, da Educação Física e da Sociologia das profissões, o tema não têm recebido a mesma atenção (SOARES et al., 2011a). Com grande força no Brasil, o dito “o país do futebol”, acima de todos os esportes, o futebol alimenta o desejo de parte significativa dos jovens da classe trabalhadora de “mudar de vida” por meio do esporte. Contudo, o investimento das famílias e dos jovens na direção de se profissionalizar no futebol é feito sem uma análise criteriosa sobre o que é esse mercado, o tempo de formação exigido, os sacrifícios que deverão ser feitos para entrar e se manter nesse ramo da economia.

O futebol é utilizado de diversas formas. Sua abrangência é empregada para a reprodução das marcas e venda de mercadorias de qualquer natureza vinculadas ou não com o esporte. Como espetáculo, despertou o interesse dos empresários que enxergam o futebol como um grande negócio (REIS, 2006). Assim, a publicidade empregada dentro de uma série de ações de marketing funciona como um dos mecanismos que auxiliam no ciclo de rotação ou giro de capital.

O número de vezes que um capital é empregado em certo período de tempo para lançar no mercado uma certa quantidade de mercadorias. No setor produtivo, quanto maior esse número, maior a quantidade de mercadorias criadas e, portanto, de valor embutido nelas. Assim cresce também a massa de lucro efetivamente gerada no período e a taxa de lucro fixada para aquela massa específica de capital (GRESPLAN, 2019, p. 53).

A realização de mega eventos esportivos ocorre a cada quatro anos, nesse momento, a audiência é “concentrada” e são vistos em quase todos os países do mundo, os ciclos de Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol. Esses eventos colocam ainda mais em evidência as marcas e produtos para assim alavancar o setor produtivo, comercial, financeiro especulativo entre outros.

Contraditoriamente, a realização de eventos esportivos de grande magnitude influenciam enormemente e diretamente na vida das pessoas. Caso do Brasil, no último período, como nos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro (2007), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo de Futebol, no Brasil (2014), Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016), todo esse ciclo de megaeventos, especialmente a Copa do Mundo de 2014, tiveram como um dos principais impactos as remoções de populações pobres de suas comunidades locais em favor de uma política que beneficiou a especulação imobiliária em espaços valorizados das diversas cidades

do país, o que acabou por gerar, durante esse período e posteriormente a eles, inúmeras manifestações e conflitos contrários a ocorrência dos eventos e contou com forte aparato estatal militar com ações conjuntas da polícia e do exército na repressão às manifestações para garantir que acontecessem os megaeventos a qualquer custo (BRASIL, 2015).

Durante o período de vigência dos megaeventos, houve a suspensão de diversas normas constitucionais a partir da aprovação e implementação da Lei 12.663 de 2012, a Lei Geral da Copa, com isso o governo brasileiro conferiu enormes poderes à FIFA. A concessão de poderes irrestritos durante a realização dos jogos acarretou diversas violações de direitos, como a exploração do trabalho infantil ligado aos jogos, entretanto, o trabalho de gandula é proibido desde 2004, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O código de defesa do consumidor passou a ser inoperante no caso da venda de ingressos, de forma que a FIFA obteve total liberdade para estabelecer os preços dos ingressos sem respeitar a legislação vigente. Assim, o direito à meia entrada foi desconsiderado quase que por completo, e ainda, caso a FIFA obtivesse alguma lesão por parte do comércio local, o estado teria a obrigação de ressarcir financeiramente à entidade máxima do futebol por possíveis danos aos patrocinadores credenciados para o torneio. As áreas públicas no entorno dos estádios se tornaram propriedade privada, de forma que, essas empresas receberam a permissão de operar de acordo com suas próprias regras nos dias de jogos (MAIOR, 2014).

Para Vainer (2014), os megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, contribuem para gerar cidades mais desiguais e segregadas, pois, por meio das parcerias público-privadas, transferem recursos públicos, financeiros, fundiários e políticos para a iniciativa privada, que opera de acordo com seus interesses. Isso cria um estado de exceção permanente financiado pelo Estado em favor da iniciativa privada.

Há também os eventos menores, dadas as devidas proporções, em comparação com os megaeventos, que impactam na vida cotidiana das pessoas que não estão diretamente envolvidas com os campeonatos em âmbito regionais, nacionais e internacionais, que ocorrem anualmente durante um período específico, com isso a dinâmica das cidades se altera. Nos dias em que acontecem os jogos, o poder é acionado principalmente com as ações dos agentes de segurança pública, guardas de trânsito que atuam na modificação da mobilidade urbana, os fluxos das

vias mudam, devido ao intenso transporte e circulação de passageiros por meio de trens, metrô, ônibus, táxis, aplicativos de celular, para que o público possa chegar aos estádios. Então, os policiais efetuavam a segurança no entorno e dentro dos estádios.

As competições oficiais são organizadas de forma a obedecer uma hierarquia. No caso da Copa do Mundo, maior competição de futebol do mundo, a FIFA organiza a disputa, firma contratos de televisão, negocia com os países participantes, define sede em conjunto com as federações e confederações nacionais para a realização dos jogos. Da mesma forma, em âmbito nacional, estadual e regional, a organização das competições fica a cargo da CBF e das federações estaduais. Elas negociam a definição de contratos publicitários e arrecadação com os direitos de transmissão de jogos, repasse de verbas para os clubes que participam de determinadas competições, entre outros. Os clubes, por sua vez, estabelecem contratos de trabalho com jogadores e são registrados nessas entidades de acordo com a competição a ser disputada.

Além de organizar os campeonatos nacionais de futebol, a CBF também gerencia as competições nacionais de futebol feminino e de jogos eletrônicos. Ao todo são 19 competições, são elas: o Campeonato Brasileiro Séries A, B, C e D, Campeonato Brasileiro Feminino Séries A-1 e A-2, Campeonato Brasileiro Sub-20, Campeonato Brasileiro Sub-17, Campeonato Brasileiro Feminino Sub-18, Campeonato Brasileiro Feminino Sub-16, Campeonato Brasileiro de Aspirantes, Copa do Brasil, Copa do Brasil Sub-20, Copa do Brasil Sub-17, Supercopa do Brasil, Supercopa Sub-20, Supercopa Sub-17, Copa do Nordeste, Copa do Nordeste Sub-20, Copa Verde, E-Brasileirão<sup>11</sup>.

As duas principais competições, em nível nacional, são o Campeonato Brasileiro e a Copa do Brasil. O Campeonato Brasileiro se divide em quatro divisões, as chamadas séries A, B, C e D. Atualmente a primeira divisão, a série A, é composta por 20 clubes que se enfrentam em jogos de ida e volta, em turno e retorno com ao todo 38 rodadas em sistema de pontos corridos. O campeão, o 2º, 3º e 4º colocados se classificam para a fase de grupos da Conmebol Libertadores do ano de 2023, maior competição de clubes da América do Sul, e o 5º e 6º se classificam para a fase preliminar<sup>12</sup>, já os 4 últimos colocados na classificação final

---

<sup>11</sup>Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/index/a-cbf>

<sup>12</sup>Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202202/20220209103808\\_745.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202202/20220209103808_745.pdf)

do “Brasileirão” serão rebaixados para a série B no ano seguinte. A organização da série B funciona da mesma forma que a série A, com disputa de pontos corridos em 38 rodadas com jogos de ida e volta em turno e retorno, o campeão, o 2º, 3º e 4º colocados sobem para a série A e os 4 últimos vão para a série C<sup>13</sup>. Já a série C é organizada de forma diferente, a competição terá disputa em 3 fases, a 1ª Fase conta com um grupo de 20 clubes que se enfrentam uma única vez, em turno único, em 19 rodadas no sistema de pontos corridos. Ao final da 1ª Fase, estarão classificados para a 2ª fase os 8 clubes atingirem maior pontuação, os 4 últimos colocados descerão para a série D do ano seguinte. Na 2ª Fase os 8 clubes classificados serão distribuídos em 2 grupos com 4 equipes cada, grupos B e C, a disputa terá 6 rodadas dentro de cada grupo em turno e retorno, 3 jogos de ida e 3 jogos de volta no sistema de pontos corridos. Os 2 primeiros colocados de cada grupo (B e C) irão para a série B de 2023, totalizando 4 clubes. Os primeiros colocados de cada grupo se classificam para a 3ª Fase, a fase final. O vencedor da disputa, em partidas de ida e volta, será consagrado como campeão.

A série D tem outro modelo de disputa: os clubes que jogarão a competição são definidos pela classificação obtida pelos campeonatos estaduais ou torneios seletivos de cada estado. Todos os estados e o distrito federal têm representantes. O número de vagas por estado é estabelecido de acordo com o ranking nacional de federações<sup>14</sup>. A definição da classificação de cada federação estadual, no ranking nacional de federações da CBF, é feita por meio de um cálculo, por meio do qual são atribuídos pontos de acordo com o desempenho dos clubes em competições nacionais, nos últimos cinco anos. Os campeonatos mais recentes têm maior peso. As federações ranqueadas como número 1, em 2022, têm direito a 4 vagas; a federação ranqueada como número 2 a 9, em 2022, contam com 3 vagas; as federações ranqueadas como número 10 a 23, em 2022, ficam com 2 vagas; as federações ranqueadas como número 24 a 27, em 2022, obtêm 1 vaga e os outros 4 clubes participantes são aqueles que estavam na série C de 2021 e foram rebaixados<sup>15</sup>. Na 1ª Fase, são 64 clubes distribuídos em 8 grupos com 8 equipes em cada. Os 4 primeiros de cada grupo passam para a próxima fase. Na 2ª, as 32

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/competicoes/campeonato-brasileiro-serie-b>

<sup>14</sup> Disponível em:

<https://ge.globo.com/pe/futebol/noticia/ranking-da-cbf-sao-paulo-lidera-rio-e-o-2o-em-ascensao-ceara-ja-vislumbra-furar-bolha-do-g-6.ghtml>

<sup>15</sup> Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202202/20220216223106\\_921.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202202/20220216223106_921.pdf)



equipes serão distribuídas em 16 grupos de 2 clubes cada, em jogos eliminatórios de ida e volta. As fases seguintes ocorrem da mesma forma, em jogos eliminatórios de ida e volta, as equipes classificadas jogam a 3ª fase. Os 16 clubes são divididas em 8 grupos de 2 clubes em cada; a 4ª Fase conta com 8 clubes distribuídos em 4 grupos de 2 clubes em cada e na 5ª Fase, a Semifinal, com 4 clubes distribuídos em 2 grupos de 2 clubes em cada define os 4 clubes irão disputar a série C do ano seguinte; a 6ª e última fase será constituída por 1 grupo com 2 clubes que deverão compor a disputa final para a definição do campeão e vice da competição.

Por fim, a Copa do Brasil é a competição de futebol nacional mais “democrática”, pois disputam a competição equipes de todas as divisões do Campeonato Brasileiro, no entanto a diferença orçamentária dos clubes que disputam a série A em relação aos demais são muito desproporcionais. A atual edição de 2022 conta com a participação inclusive daqueles clubes que, no momento, estão sem divisão no campeonato nacional e disputam apenas os campeonatos estaduais. Na edição de 2022, a competição ao todo terá a participação de 92 equipes. A 1ª fase conta com a participação de 80 clubes distribuídos em 40 grupos de 2 clubes em cada. A classificação é decidida em jogos únicos e, o pior ranqueado no ranking nacional de clubes da CBF jogará em casa, no entanto, o visitante tem a vantagem do empate. Na 2ª fase, se enfrentarão os 40 clubes classificados na 1ª fase distribuídos em 20 grupos de 2 clubes em cada. Os confrontos serão em jogo único, porém o empate dessa vez levará a disputa para a decisão por pênaltis. A 3ª fase terá 32 clubes. Os 20 classificados da 2ª fase e mais os outras 12 equipes, entre eles, 8 clubes disputarão a CONMEBOL Libertadores no ano de 2022, 1 clube vem como campeão da Copa do Nordeste na edição de 2021, 1 clube campeão da Copa Verde 2021, 1 clube campeão da Série B 2021, 1 clube que jogou o Campeonato Brasileiro da Série A de 2021, de acordo com a ordem de classificação. A forma de disputa da 3ª fase terá jogos de ida e volta distribuídos em 16 grupos de 2 clubes em cada. As fases seguintes seguem o mesmo sistema de disputa. A 4ª fase conta com 16 clubes distribuídos em 8 grupos de 2 clubes em cada. A 5ª fase com 8 clubes distribuídos em 4 grupos de 2 clubes em cada. A 6ª fase com 4 clubes distribuídos em 2 grupos de 2 clubes em cada. 7ª fase, a final, com 1 grupo com 2 clubes, do qual sairá o campeão<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202201/20220113124550\\_768.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202201/20220113124550_768.pdf)

A série A do Campeonato Brasileiro é a mais valorizada, obtém mais visibilidade e atrai maior aporte monetário de patrocinadores, assim como, para a transmissão televisiva de jogos. Especialmente nos últimos anos, a série B tem se tornado mais atrativa, obtendo mais atenção por parte da mídia e do grande público, com isso recebe mais recursos financeiros. Esse fato se deve às repetidas participações de clubes com grande tradição no futebol nacional, atualmente disputarão, a edição de 2022, clubes que um passado não muito distante, para alguns deles, obtiveram títulos nacionais. São eles: Grêmio, Cruzeiro, Bahia, Vasco da Gama, Guarani e Criciúma. Outro fato agravante para a valorização e maior visualização e transmissão de jogos da série B é o rebaixamento da série A para a série B de clubes de expressão como Palmeiras, Corinthians, Botafogo, Internacional, Atlético Mineiro e Fluminense, este último chegou a estar na série C.

Essa é a configuração atual dos dois principais campeonatos nacionais organizados e gerenciados pela CBF. Na Copa do Brasil, desde sua criação em 1989, foi empregado um pequeno número de modificações na maneira de se competir. Já o campeonato, no entanto sofreu diversas e confusas transformações nas fórmulas de disputa até se estabelecerem da maneira que está configurada. Para se ter uma ideia, participavam do campeonato brasileiro os melhores colocados nos campeonatos estaduais variando o número de clubes do mesmo estado. São Paulo e Rio de Janeiro tinham maior número de representantes, seguido de Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco, etc., por último, eram reservadas vagas para os estados do norte e os menos privilegiados do nordeste (VIANA, 2010). Com a fórmula atual de disputa do campeonato Brasileiro, que vai ao encontro da lógica da competição mercantil, via de regra, os grandes clubes do futebol nacional competem nas séries mais "altas", aquelas que envolvem somas monetárias gigantescas, visibilidade em larga escala, assim esses clubes acabam obtendo "sempre" maiores rendimentos, com isso são capazes de atrair um grande volume de recursos financeiros. São muitas as formas que os clubes têm para angariar receitas, uma delas é se classificar para participar de competições internacionais e com isso vender os direitos de transmissão dos jogos por valores mais altos e consequentemente atrair mais patrocínios, vender um número maior de peças de vestuário ligado aos clubes, cobrar ingressos para os torcedores assistirem aos jogos, entre outros. Mesmo com a constante saída dos jovens para clubes estrangeiros, os clubes com maiores receitas, aquelas que jogam a série A

do Brasileiro, realizam contratações dos melhores jogadores se comparado com as equipes que competem nas divisões inferiores, com isso mantendo o futebol nacional com uma disparidade “sem tamanho” e , favorecendo com que os clubes pequenos se mantenham nas mesmas posições inferiores tornando a competição futebolística completamente desigual, e isso se expressa nitidamente ao observarmos o ranking de clubes e federações da CBF.

Porém, não existe somente competições oficiais de futebol, há também outras com muito menos glamour que abrangem um mercado não oficial que compõe uma heterogeneidade de formas em que ocorrem campeonatos de pequena expressão organizados por pessoas físicas, que por ventura recebem algum recurso de estabelecimentos de bairro para a divulgação desses pequenos estabelecimentos locais. Os times participantes pagam o aluguel do campo e para jogar. Assim, a premiação oferecida ao campeão desses torneios é uma quantia em dinheiro maior do que investida na inscrição, assim como pequenas premiações como carne, cerveja ou mesmo bens materiais. Com isso, muitas vezes, esses times acabam por absorver jogadores que foram descartados de clubes oficiais, dessa maneira atuam na "informalidade", nos campos de várzea, ou seja, no futebol praticado de forma amadora, sem estrutura e organização profissional, e sem contrato e recebem por gol, por jogo ou outra forma de acordo.

Em relação ao mercado do futebol, ele não se diferencia de qualquer outro mercado inserido na lógica da produção capitalista, em que a produção e reprodução do capital impactam nos sujeitos que vendem sua força de trabalho<sup>17</sup>. Sendo a precarização do trabalho o traço estrutural do modo de produção capitalista (ALVES, 2013).

A definição de trabalho precário contempla pelo menos duas dimensões: a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade. Na primeira, considera-se o retrocesso em conquistas não constitucionais, mas acordadas no bojo das negociações coletivas, bem como a ampliação de formas de inserção ocupacional que não estendem ao trabalhador parte ou o todo dos direitos constitucionais. Na segunda, considera-se a relação entre ganhos e quantidade de trabalho e, complementarmente, aspectos de qualidade ligados diretamente ao exercício da atividade (GALEAZZI, 2002, p. 242-243).

E o jogador de futebol se constitui como um trabalhador envolvido em um mercado mundial financeirizado. Para refletir sobre a coisificação das relações

---

<sup>17</sup> O debate sobre o jogador enquanto um trabalhador e suas especificidades será abordado no capítulo 3.

sociais, fenômeno específico na sociedade capitalista, por se tratar da compra e venda da força de trabalho de seres humanos, jogadores de futebol, se constituem, além de sujeitos que vendem a sua força de trabalho, como seres objetificados, em uma perspectiva reificada no âmbito das relações sociais tecidas no mercado da bola. Acerca da reificação, Crocco (2009) refere:

O estudo da reificação assenta-se na análise do fenômeno da alienação e do fetichismo da mercadoria. A reificação como conceito é o desenvolvimento lógico e histórico destes. Trata-se da elaboração da temática da alienação que, passando pelo fetichismo, culmina na incubação da reificação como uma nova configuração histórica da análise social, na qual ainda estão presentes seus conteúdos constitutivos (CROCCO, 2009, p. 50).

No contexto de uma crescente esportivização das práticas corporais aliada à espetacularização do esporte, o futebol foi adquirindo os contornos de uma grande indústria com movimentação financeira bilionária, mercado de transferências de jogadores, comercialização de transmissão e direitos de imagens. De forma que a relação entre pessoas ganha o caráter de coisa e adquire uma 'objetividade fantasmática', de maneira que essa racionalidade rigorosa encobre o caráter imediato, concreto, qualitativo e material de todas as coisas (LUKAC'S, 2003). E a força de trabalho dos jovens jogadores de futebol, principal "engrenagem" dessa indústria, é transformada em mercadoria e explorada conforme o interesse do capital.

Assim, de acordo com Antunes (2011), foi Marx quem avançou nas reflexões em relação ao complexo social da alienação, que inclui o estranhamento e o fetichismo da mercadoria, de forma que o trabalhador ocupa o lugar de uma engrenagem, apenas um objeto que produz valor dentro do maquinário produtivo da sociedade capitalista, de tal ordem que os seres humanos passam a não se constituírem mais enquanto sujeitos. À medida em que a vida humana, a partir do processo de trabalho, transforma-se em mais um componente para a produção dessa maquinaria, as mercadorias ganham status e poder que seria equivalente ao da vida humana, e os bens materiais adquirem importância maior que a própria vida.

E dessa forma, dentro de um mercado heterogêneo, o futebol é tido como um trabalho, e o jogador de futebol se coloca numa relação coisificada nesse mercado. E diferente do que se coloca no imaginário social, o futebol brasileiro dispõe de limitados cargos com altos retornos financeiros (MELO et al., 2016; SOARES et al., 2011a). Assim sendo, representa um mercado muito competitivo e disputado para os

postos de trabalho com grandes remunerações, pois boa parte dos jogadores de futebol e os trabalhadores da comissão técnica dos clubes têm rendimentos baixos.

O centro desse mercado no mundo é o continente Europeu, destino de muitos jovens jogadores brasileiros, tendo como principais países Portugal, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França. De acordo com o relatório da Diretoria de Registro, Transferência e Licenciamento da CBF, com nome de raio-x do mercado 2019, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, foram firmados 792 contratos de jogadores e 40 de jogadoras de futebol, mas somente 109 negociações foram em definitivo, e 62 empréstimos envolveram capitais financeiros. Do total de jogadores que saíram de clubes Brasileiros e foram para o exterior, a maioria têm entre 18 e 23 anos, e o país que mais registrou transferências foi Portugal com 208 transações<sup>18</sup>. Entre os principais motivos da procura por atletas para se transferirem para os clubes do exterior estão o limitado mercado interno, as maiores condições financeiras dos clubes estrangeiros para contratar e os interesses dos empresários em fazer grandes negócios de transferências de jogadores (SOARES et al., 2011b).

Uma parte importante da renda dos grandes clubes provém da “venda de jogadores”. Inclusive há uma estimativa de “venda de jogadores” dentro do orçamento dos clubes. Os principais clubes do país juntos projetam em seus orçamentos receber por volta de R\$ 1 bilhão em 2022 com a venda de jogadores<sup>19</sup>. Vale destacar que nem sempre essas projeções se efetivam e se concentram em pouquíssimos clubes, com é o caso do Flamengo, atualmente o principal clube do Brasil em receitas. Somente ele efetivou em vendas R\$ 295 milhões em 2019, R\$ 270 milhão sem 2020. E, para ano de 2022, a perspectiva é de 27 milhões de euros<sup>20</sup>, por volta de R\$ 186 milhões<sup>21</sup>.

Cada vez mais os clubes dependem da venda de jogadores para realizarem pagamento de salários, investir em estrutura, em suma, para manter suas contas em

---

<sup>18</sup>Disponível em:

<https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/raio-x-do-mercado-2019-top-10-destinos-dos-jogadores-d-e-futebol>

<sup>19</sup>Disponível em:

<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2022/01/03/metade-da-serie-a-planeja-quase-r-1-bilhao-em-vendas-de-jogadores-em-2022.htm>

<sup>20</sup> As vendas muitas vezes são realizadas em euro, dólar, libra esterlina entre outras moedas que na cotação cambial se apresentam muito mais valorizadas em relação à nossa moeda corrente, o real, assim é possível observar grandes montantes na conversão de valores nessas transações.

<sup>21</sup>Disponível em:

<https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/orcamento-2022-flamengo-preve-r-847-mi-com-rec-eitas-recorrentes-e-separa-r-100-mi-para-contratar.ghtml>

dia. Por isso, não só os empresários têm o interesse em realizar grandes transações, mas também os clubes, assim como os jovens aspiram receber grandes salários, no entanto, a procura dos jovens para entrar no mercado do futebol é muito maior do que a oferta de oportunidades existentes e, entre aqueles jovens que conseguem chegar nos clubes do mercado internacional, especialmente o europeu, a maioria tem como destino clubes de divisões inferiores em países em que remuneração está abaixo do que se espera (SOARES et al., 2011a).

Para além da venda de jogadores, existem outras formas com as quais os clubes se organizam para adquirir recursos financeiros. Entre elas estão os acordos firmados para a transmissão de jogos pelos canais de televisão aberta e fechada do qual os assinantes pagam para ver determinados jogos e eventos (pay per view), exibição de patrocínios no uniformes de jogo e de treino, vender de ingresso para os jogos, receber premiação por terminar bem colocado ou avançar de fase nas competições que disputa, ser campeão de campeonatos, adquirir e manter os sócios torcedores do clube que pagam regularmente uma quantia em dinheiro para obter alguma vantagem como não pagar ingresso para ir aos jogos entre outros, realizar eventos no estádio, casamentos, visitas ao vestiário e ao campo de jogo, vender alimentos e bebidas, estacionamentos e materiais atrelados a imagem do clube (canecas, bolas, chaveiros, bolas, vestuário). Uma ação que alguns clubes brasileiros estão realizando é não assinar contrato com grandes marcas para fabricação de uniformes e confeccionar seu próprio uniforme de jogo e para a venda aos torcedores. Assim recebem uma quantia maior e baixam o preço final dos produtos vendidos aos torcedores nas lojas e sites dos clubes, como é o caso do Esporte Clube Bahia, que foi o primeiro clube da série A do campeonato Brasileiro a realizar essa ação<sup>22</sup>. Em 2019, com a venda de materiais com a marca ESQUADRÃO, o Bahia atingiu um aumento de 316% de faturamento em relação a arrecadação ao ano anterior<sup>23</sup>.

Em 2020, mesmo com a pandemia de Covid-19, seguindo a mesma dinâmica, os rivais do estado do Ceará, Fortaleza Esporte Clube e o Ceará Sporting Club, somaram R\$ 21 milhões com a venda de camisas, o Ceará: R\$ 12 milhões e o

---

<sup>22</sup>Disponível em:

[https://www.espn.com.br/blogs/varalespn/763841\\_bahia-e-1-time-da-serie-a-do-brasileiro-a-ter-marca-propria-de-uniformes-torcida-desenha-camisas](https://www.espn.com.br/blogs/varalespn/763841_bahia-e-1-time-da-serie-a-do-brasileiro-a-ter-marca-propria-de-uniformes-torcida-desenha-camisas)

<sup>23</sup>Disponível em:

<https://ge.globo.com/ba/futebol/times/bahia/noticia/com-marca-propria-bahia-aumenta-arrecadacao-e-uniformes-em-316percent.ghtml>

Fortaleza: R\$ 9 milhões<sup>24</sup>. E essa parece ser uma tendência adotada por outros clubes, pois 6 dos 20 clubes da série A do campeonato Brasileiro, em 2021, tiveram marca própria, América-MG (SPARTA), Atlético-GO (DRAGÃO PREMIUM), Bahia (ESQUADRÃO), Ceará (VOZÃO), Fortaleza (LEÃO 1918), Juventude (19 TREZE)<sup>25</sup>. Ter escolinhas de formação de jogadores em que os jogadores pagam mensalidade, ida a torneios de verão para a divulgação da marca são algumas das formas com as quais os clubes vão desenvolvendo para ampliar suas receitas, assim como, para se manter existindo dentro desse nicho de mercado.

Além disso, o futebol movimenta uma infinidade de setores da indústria com as atividades, como por exemplo, o ramo de fertilizantes para a irrigação do campo, plantios de gramas naturais específicas que propicie que a bola role melhor sem quicar pelo gramado, o que acaba por influenciar na qualidade do jogo, gramas sintéticas, construção de estádios, arenas, centro de treinamentos, equipamentos de musculação, controle e aprimoramento da parte física dos atletas com uso de tecnologias, software para análise de desempenho, contratação de profissionais para compor o departamento médico, psicológico, jurídico dos clubes, gastos alimentação, segurança, limpeza, em dias de jogos ocorre a venda de bebidas e alimentos para o público em geral, entre outros tantos.

Nesse sentido, o futebol se constitui como um mercado inscrito no âmbito das relações sociais de produção. E para entender o mercado da bola no contexto atual, com as suas múltiplas particularidades e como parte componente a questão da financeirização do capital internacional, é preciso compreender o contexto histórico do futebol.

### 2.3 A CONSTRUÇÃO DO ESPETÁCULO NA ARENA DE JOGO: O FUTEBOL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA BRASILEIRA

Antes da existência do esporte e mais especificamente o futebol como conhecemos hoje, com suas regras próprias inscritas na sociedade capitalista, havia registros de diversos jogos, observados em paredes de cavernas, assim como

---

<sup>24</sup>Disponível em:

<https://ge.globo.com/ce/futebol/noticia/com-marca-propria-ceara-e-fortaleza-faturaram-juntos-r-21-milhoes-com-venda-de-camisas-em-2020.ghtml>

<sup>25</sup>Disponível em:

<https://ge.globo.com/ce/futebol/noticia/com-marca-propria-ceara-e-fortaleza-faturaram-juntos-r-21-milhoes-com-venda-de-camisas-em-2020.ghtml>

expressavam uma forma de manifestação da cultura recreativa e religiosa de povos espalhados em várias partes do mundo desde a pré-história (PARANÁ, 2006). Há 5 mil anos, os chineses foram os primeiros a organizar os jogos com bola. Outros povos da antiguidade como os egípcios e japoneses se divertiam com a bola. Pelos pés dos romanos, o “futebol”, até hoje, na Itália, conhecido como Cálcio, chegou nas ilhas Britânicas. Nas Américas, não se sabe ao certo desde quando é praticado (GALEANO, 2015). Todos esses diversos jogos com bola e suas variadas formas de se praticar serviram como uma espécie de “ensaio” para o que viria a ser o futebol que conhecemos hoje.

Porém, é somente na modernidade que o esporte apresenta uma relevância maior com o contexto social e é utilizado para outros fins. São as mudanças nos antigos jogos populares, ocorridas no século XIX, um período de muitas transformações sociais decorrentes da revolução industrial e da consolidação do sistema capitalista, que deu origem ao fenômeno esportivo (DUTRA; BRASIL; SOUZA, 2010). É a partir de 1800 que esses jogos vão caindo em desuso devido ao processo de industrialização e urbanização ocorrido na Europa, e é nas escolas públicas (Public Schools), escolas destinadas à elite que os jogos populares permanecem sendo praticados e passam a ser regulamentados. Esse processo de transformação dos jogos populares das classes mais pobres inglesas resultou no esporte moderno (BRACHT, 2005). Nessa perspectiva, os inúmeros jogos foram se estruturando e transformados em práticas institucionalizadas, os esportes. A criação do futebol ocorre no mesmo momento de domínio do imperialismo britânico e com isso seus costumes e tradições acabaram sendo incorporados por outros países (GUIMARÃES, 2012). Mais do que isso, os esporte foram exportados para o mundo todo como sinônimo de um avanço civilizatório (DANTAS JUNIOR, 2009). As classes dominantes passaram a incorporar em seus clubes e agremiações privadas esses jogos, esportes em seus momentos de lazer. A passagem de um jogo com a utilização dos pés para o futebol propriamente dito se dá a partir da criação da Football Association em 1863, instituição que elaborou e unificou suas regras (REIS, 2006). Como uma grande potência econômica de vasto poderio militar do século XIX, a Inglaterra levou não só o esporte para os territórios sob seu domínio, assim como para todo mundo, também para ser usado como um elemento disciplinador dos trabalhadores, de fortalecimento com o propósito de diminuir as faltas e aumento da produção fabril (SIGOLI; JUNIOR, 2004).



A chegada do futebol ao Brasil se deu em decorrência das relações econômicas que os ingleses estabeleceram com as elites da região sudeste do Brasil, principalmente com o ramo das indústrias têxtil e a construção de ferrovias. O futebol foi trazido ao Brasil pelo inglês Charles Miller, no final do século XIX, mais especificamente no ano de 1894. Filho de imigrantes, seu pai, John Miller, trabalhava na empresa de ferrovias San Paolo Railway company Limited. Assim, Charles foi enviado para Southampton para receber educação nas Public Schools da Inglaterra (GUIMARÃES, 2012). E que quando aportou de volta ao Brasil trouxe consigo os materiais para a prática do esporte, como chuteiras, bolas, camisetas e calções, chegou primeiramente no estado de São Paulo, sua cidade natal. Charles Miller era filiado ao São Paulo Athletic Club, clube fundado em 1888, que organizou a prática do futebol, bastante jogado entre os jovens da elite paulistana (RODRIGUES, 2004). Caso semelhante ocorreu no estado do Rio de Janeiro. É atribuída a Oscar Cox a difusão do futebol naquela localidade, descendente de ingleses que, ao retornar da Suíça, em 1897, lugar em que teve seu primeiro contato com o esporte ao se filiar ao Payssandu Cricket Club, clube de origem Inglesa fundado em em 1892, introduziu o futebol como uma de suas atividades (ANDRADE; RAMOS, 2015).

O elitismo foi predominante no futebol no Brasil, nos primeiros anos do século XX, visto que o esporte não era difundido entre a população pobre. Para estar filiado como membro de clubes e agremiações, os sujeitos deveriam ter disponíveis significativos recursos financeiros, pois as mensalidades eram altíssimas. Desta forma, pertencer a esses clubes era também uma forma de distinção social (KUPER, 2020). Assim, o elitismo é uma marca do nascimento do futebol no Brasil. Os mais pobres e os negros eram excluídos da prática esportiva, reservada apenas para os membros da elite como um privilégio (RODRIGUES, 2004). Para além do elitismo, o futebol brasileiro, num primeiro momento, ficou marcado pelo racismo, pois diversos clubes e agremiações proibiam os negros de jogar, até mesmo de fazer parte da seleção brasileira. Alguns acontecimentos históricos contribuíram para romper essa barreira imposta pelo preconceito racial, entre eles está o título da copa América de 1919 conquistado pelo Brasil contra o Uruguai, o gol da vitória de 1x0 saiu dos pés de Friedenreich, um homem negro filho de um alemão e de uma mulher negra (GALEANO, 2015).

O futebol, inicialmente, passou de um esporte exclusivo à elite econômica e cultural do país como elemento de diferenciação social, fase correspondente ao futebol amador, para um momento de popularização influenciado por um processo de espetacularização de massa (RODRIGUES, 2004). A massificação da prática do futebol, assim como a passagem do amadorismo para o futebol profissional, período que compreende entre 1905 a 1933, não ocorreu sem conflitos, Houve uma disputa entre a prática do futebol amador versus o profissional. A defesa do amadorismo por parte das elites servia como uma forma de resistência, visto que dominavam o campo esportivo, mesmo com a crescente popularização do futebol (FERNANDEZ, 2016). Mesmo antes da prevalência do profissionalismo, já havia cobrança de ingressos nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, desde 1917. A justificativa era para cobrir as despesas com bolas, uniformes, chuteiras e, num momento posterior, para o pagamento de salários de atletas profissionais (ANDRADE; RAMOS, 2015). Com a popularização de sua prática no Brasil, o futebol passou a ser praticado nos campos de várzea, morros, espaços de festa e movimento do povo, deixando de ser uma diversão predominantemente da classe dominante (COLETIVO DE AUTORES, 2006). Para a prática do futebol, não é necessário equipamentos refinados, em uma versão extremamente simples que relembra a infância de muitos, a bola poderia ser feita de pano ou outros materiais quaisquer, a goleira de chinelos e ter a rua como campo de jogo. Assim, possibilitando a mudança de uma posição passiva, de meros espectadores, para que qualquer pessoa se transforme e possa ocupar um lugar de protagonista (KUPPER, 2020).

Nas primeiras décadas do século XX, os operários foram de suma importância para a democratização e difusão do futebol. Devido à industrialização crescente, emergem inúmeros clubes formados por jogadores que eram trabalhadores operários (GUIMARÃES, 2012). O exemplo mais destacado dos clubes “operários” foi o “The Bangu Athletic Club” que em 1904 foi fundado por trabalhadores ingleses da Companhia Progresso Industrial Ltda, uma fábrica de tecidos, no bairro de Bangu, no Rio de Janeiro, que aceitou que os operários pudessem jogar para completar a equipe para a disputa de uma partida de futebol (KUPER, 2020). E num momento posterior, com uma maior democratização do futebol brasileiro, os operários da bola se tornaram os profissionais do futebol (RODRIGUES, 2004). A partir da profissionalização do futebol, que ocorreu em 1885, na Inglaterra e no Brasil, em 1933, aumentou o significado social atribuído ao

esporte, fato que colaborou para um maior interesse do público, pois os jogadores se tornaram mais habilidosos e o jogo mais vistoso e atraente devido à dedicação integral dos atletas aos treinamentos. Somado a isso, o rádio, que se utilizou de uma linguagem própria e emocionante favorecendo para a divulgação do futebol (REIS, 2006).

A partir da década de 1930, segundo Andrade e Ramos (2015) o futebol ficou marcado por um momento de maior reconhecimento e foi regulamentado como profissão com a legislação social e trabalhista do governo de Getúlio Vargas (1930-1936). Com a profissionalização e a transformação futebol em um trabalho, houve um avanço em razão da possibilidade de ascensão social para os negros e para a população mais pobre, pois para jogar nos grandes clubes, o critério técnico passa ser mais importante do que o étnico e de classe. No entanto, esses jogadores não participavam da vida social (RODRIGUES, 2004). Evidenciando que tanto na história, desde o amadorismo, a transformação do esporte em uma prática profissional e chegando no contexto contemporâneo, se convive com a questão do preconceito racial e de classe como elemento segregação. Assim, o futebol também é atravessado pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), que está na base das relações sociais que compõem a sociedade brasileira.

O futebol Brasileiro ficou marcado, e se tornou mais vistoso desde os anos 1930, por apresentar um “estilo” próprio de se jogar, por meio do improviso, do drible, da ginga foi intitulado de “futebol arte”. Essa forma específica de se jogar, contribuiu para uma maior comercialização e modernização do esporte (KUPER, 2020). O momento que vai de 1950 a 1970 se caracterizou pela consolidação e consagração do futebol brasileiro. Há o reconhecimento internacional devido à participação brasileira nas Copas do Mundo, assim como, enfrentamentos de equipes nacionais com equipes estrangeiras (RODRIGUES, 2004). Essa consagração ocorreu em conjunto com a ampliação do futebol como um negócio.

Não se limitando estritamente, porém intimamente ligado às relações mercantis, o futebol atua como espaço de identificações (locais e nacionais) estruturado a partir da configuração dos estados nacionais do final do século XIX como fruto da expansão capitalista e dos projetos de modernização, nem sempre consensuais. O Brasil muitas vezes é nomeado pelos grandes veículos de informação como o “país do futebol”, e esse esporte, de grande relevância para diversas esferas da população, se constitui como um dos principais elementos de

identidade nacional. Isso se torna mais evidente em ano de copa do mundo. Para Kuper (2020, p. 104), “entender a trajetória do “jogo da bola” é entender um pouco mais do Brasil, de sua história e de sua gente, isso porque o futebol, ao proliferar-se, passou a tomar a vida do brasileiro, a ponto de fazer parte de seu cotidiano”. Para Viana (2010), o apelo à identidade nacional, tanto no Brasil como em outros países, é conservador pois se manifesta pela reprodução de valores dominantes mascarando a desigualdade social, a luta de classes, interesses antagônicos, e outras divisões e subdivisões de região, raça, sexo, idade, cultura, etc.

Pode-se observar já na década de 1960 e nos anos que seguiram, para além do uso já citado do esporte como uma mercadoria, a ideia de venda, consumo e divulgação de marcas, a utilização ideológica do esporte tornaram-se práticas adotadas pelos Estados modernos. O exemplo mais emblemático foi o caso das ditaduras militares na América Latina nas décadas de 1960 à 1980, que lançaram mão do futebol como instrumento de manipulação de massas, no intuito de, com sua propaganda política, atenuar as crises, ofuscar a visão da população em geral sobre os horrores, crimes e violações de direitos, como assassinatos, torturas, desaparecimentos, prisões políticas, censuras aos artistas, meios de comunicação e outros setores da sociedade, cometidos pelos regimes militares. As ditaduras na América Latina cumpriram também o papel de forçar subjetivamente a aceitação de uma realidade extremamente autoritária que causou inúmeras perdas, danos e conflitos políticos e sociais (PARANÁ, 2006).

Ainda na década de 1960, o desenvolvimento crescente da tecnologia, a ampliação e maior acesso aos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, que se popularizou no mundo, coincidiu com o avanço e ascensão das ideias neoliberais. Segundo Dardot e Laval (2018), o neoliberalismo vai além do sentido “clássico” a ele adotado como liberdade de mercado, não intervencionismo do Estado na economia e retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora em luta. Para os dois autores, o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, é o fundamento de uma racionalidade que ao mesmo tempo é, mas que transcende, uma política econômica ou uma ideologia. Tem no estado sua base de sustentação, implica na tentativa de estruturar e organizar a ação dos governantes, da mesma forma a conduta dos submetidos a eles, moldando a subjetividade das pessoas. Assim, “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de

governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.15). De forma que a norma tida como “natural” das relações sociais é determinada pela generalização da competição, levando os indivíduos a se comportar de acordo com o modelo de mercado, que empurra os trabalhadores a agir em concorrência em todos os níveis, não só econômico, uns contra os outros, dificultando, impossibilitando o sentimento de união, fraternidade, solidariedade.

O neoliberalismo coloca como representação de sucesso e dos que são bem-sucedidos valores atrelados ao individualismo, assim o esforço individual, reforça a ideia de que os sujeitos não devem desistir, é preciso que se superam, se reinventem na forma de um empreendedor de si no formato de uma empresa, sem a análise de totalidade da realidade, e se o indivíduo é descartado a justificativa é de que o jogador, trabalhador não foi bom o suficiente e a culpa e a responsabilidade do fracasso é também individual por não ter se esforçado o bastante, justificando a desigualdade social e a violência estrutural.

Não é gratuito que o esporte de alto rendimento, assim como toda a grande indústria do capital, esconde as suas múltiplas determinações, como a exploração do trabalho infantil e a “(des)regulamentação”<sup>26</sup> do trabalho, que não encontra limites na obtenção de lucros e encontra no neoliberalismo o fundamento ideal para sua reprodução e desenvolvimento. Assim, o futebol representa também um espetáculo que move a paixão dos torcedores e dos amantes desse esporte, e também mexe com o sonho de muitas crianças e jovens em ser um grande jogador em um mercado que movimenta quantias milionárias em um país como o Brasil marcado por uma acentuada desigualdade social, sem deixar evidente as estruturas que movimentam esse mercado.

Qualquer menino brasileiro pode ter a esperança em chegar à Seleção Brasileira, sem dúvida, assim como qualquer um pode sonhar em ganhar na loteria esportiva ou na mega-sena, e isso não vai deixar de ser ilusão que promove sonhos burgueses nas classes desprivilegiadas e geram lealdade para com a sociedade que produz e reproduz a dominação e a exploração, bem como a pobreza e miséria (VIANA, 2010, p.14).

Ainda segundo o mesmo autor, a esperança de um dia quem sabe chegar a ser jogador profissional, e/ou ascender socialmente têm um significado conservador, principalmente para a população pobre, aqueles que já perderam a competição social, uma ilusão que legítima não somente o futebol como também a sociedade

---

<sup>26</sup> Numa concepção dialética, se regula e desregula o marco legal para atender interesses do grande capital, com regras que na essência não apresentam limites.

que transformou esse esporte em simples mercadoria, pois essa esperança impede que a desigualdade seja vista com maior amplitude e utilizada como força motriz de uma real mudança social. Assim sendo, o futebol reforça e reproduz a sociedade capitalista, que tem na competição um de seus importantes elementos.

A descartabilidade no mercado da bola é realidade bastante presente para uma grande quantidade de trabalhadores jovens, no entanto esse fato é invisível para grande parte da sociedade que “compra” a imagem do jogador de futebol somente enquanto representação de sucesso. Ao mesmo tempo, a força de trabalho do jogador de futebol se apresenta como uma mercadoria altamente lucrativa indo ao encontro da racionalidade neoliberal. Segundo Souza (2008), para compreender sobre a entrada, formação e circulação da mercadoria força de trabalho do jogador jovem no mercado do futebol, faz-se necessário acompanhar o processo de modernização do futebol ocorrida a partir da década de 1970, esse processo reproduziu o acirramento da exploração da força de trabalho no processo de acumulação capitalista que incluem a perda de direitos, precarização das condições de trabalho, saúde e de vida, cujos impactos, dessa acumulação flexível, atingem a todos os trabalhadores.

A partir da análise documental acerca da problematização do trabalho da juventude, no que se refere à inserção e exploração laboral no mercado da bola, foram encontrados 7 documentos referentes ao tema futebol, trabalho e juventude. Em uma perspectiva histórica, observa-se que a primeira legislação, a primeira legislação trabalhista específica para os atletas profissionais, foi regulamentada somente em 24 de março de 1964, por meio do Decreto nº 53.820 (RODRIGUES, 2004). Sua institucionalização garantiu aos jogadores alguns direitos, como a receber indenização 15% no ato da transferência de clube para outro, intervalo mínimo de descanso, férias e seguro desemprego. A Emenda Constitucional nº 20 de 1998 admite que somente a partir dos 16 anos um adolescente pode começar a trabalhar, e com 14 anos de idade, pode iniciar atividades como aprendiz. “Assim, desde 1998, o trabalho de crianças com idade inferior a 14 anos não é mais admitido nem na condição de aprendiz, embora na realidade social, se continue, por vezes, ignorando a lei” (BARROS; MENDONÇA, 2010, p.7). Na realidade específica do futebol, a partir da institucionalização da lei nº9.615, de 24 de março de 1998, a chamada “Lei Pelé”, a atividade profissional do atleta é firmada mediante contrato especial de trabalho desportivo. No seu artigo 28, que versa sobre os contratos entre

os jogadores jovens e os clubes, a entidade formadora poderá assinar o primeiro contrato com atletas a partir de 16 (dezesseis) anos de idade, com prazo máximo de cinco anos (BRASIL, 1998). A Lei Pelé representou outras mudanças importantes na dinâmica do mercado do futebol, uma das principais foi a extinção da “Lei do passe” que obrigava legalmente os atletas, mesmo sem contrato em vigor, a continuarem vinculados aos clubes, com maiores dificuldade nas transações, pois para uma transferência, seja ela para clubes nacionais ou internacionais, era necessária a anuência do clube ao qual o jogador havia firmado, em algum momento, contrato especial de trabalho. Com o fim da referida lei os jogadores, por serem donos de seus passes, passaram a estar livres para negociar seus contratos e as movimentações de jogadores mudando de clubes passou a ser mais frequente. Se por um lado os jogadores se desvincilharam das “amarras” dos clubes impostas pela legislação anterior, as medidas colocadas a partir da lei Pelé deixaram os atletas à mercê dos agentes e empresários da bola. Essa nova configuração de contratos vai ao encontro da racionalidade neoliberal, que amplifica e torna “natural” a lógica da competição dentro desse mercado. E, via de regra, os melhores clubes conseguem arrecadar mais recursos financeiros, conseqüentemente, obtêm mais condições de trabalho, estrutura, e possibilidade de contratar os melhores jogadores de forma que a disputa das principais competições nacionais, e até mesmo internacionais, no continente, Copa Sul Americana e a Libertadores da América, fica restrita a um seleto grupo de equipes do futebol brasileiro.

Antes mesmo da profissionalização do futebol, no Brasil, não era proibida a transferência de jogadores brasileiros para clubes de outros países. Os primeiros registros de transferências de jogadores brasileiros para a Europa, mais especificamente para a Itália, ocorreram a partir da década de 1920, que apesar de serem estrangeiros, eram tratados como cidadãos italianos que viviam no exterior devido à sua descendência e eram repatriados. As negociações ocorriam diretamente com os atletas sem nenhum ressarcimento aos clubes ao qual os atletas tinham contrato (TONINI; GIGLIO, 2019). Comparado com o momento atual, a saída de jogadores para atuarem em outras ligas era menos frequente. Um dos motivos eram as normas esportivas da união Europeia que não permitiam o ingresso

massivo de jogadores estrangeiros. Em 1995, com o advento da lei Bosmann<sup>27</sup>, atleta que ganhou o processo judicial contra o clube RFC Liege da Bélgica ao qual estava vinculado anteriormente e deu nome à lei, permitiu que os jogadores profissionais pudessem ser transferidos sem custos para outros clubes após o término de seus contratos, fato que acabou modificando radicalmente o futebol mundial. A reboque da lei Bosman, no Brasil ocorreu a aprovação da lei Pelé. Observa-se como um desdobramento relevante da implementação da Lei Pelé o fato de que os atletas, no Brasil, conseguiram se livrar das cláusulas contratuais que os prendiam aos clubes. No entanto, isso não representou uma real liberdade total para decidirem sobre seus futuros e carreira, pois a referida lei abriu caminho para o agenciamento de atletas por parte dos empresários da bola, que passaram a ter bastante poder para comercializar a força de trabalho do jogador, principalmente de atletas jovens, no mercado do futebol, contribuindo significativamente para uma maior “evasão” de jogadores no intuito de ocuparem postos de trabalho em outros países. Desta forma, atualmente, o futebol, que foi se consolidando ao longo do tempo, se constitui como um mercado mundializado, altamente financeirizado, e o jogador de futebol ocupa o lugar de um trabalhador que vende o seu “pé de obra”.

Com base nos achados, principalmente, da pesquisa de campo e da pesquisa de revisão bibliográfica, o próximo capítulo irá abordar as questões relativas às trajetórias vividas por alguns jovens jogadores e treinadores de futebol que optaram em seguir no caminho da profissionalização na dura realidade do futebol brasileiro.

---

<sup>27</sup>Disponível

em:  
<https://www.goal.com/br/not%C3%ADcias/lei-bosman-o-que-foi-a-decisao-que-mudou-para-sempre-o/67tgkzyyp63z107uamhmy3ed>



### **3 SEGUNDO TEMPO: MERCADO DA BOLA E SUA MEDIAÇÃO COM AS CATEGORIAS DE BASE**

O sonho de “ser tornar um jogador de futebol” permeia o imaginário, desde muito cedo, de muitas pessoas, isso é: a inserção no mercado de trabalho do futebol é um elemento de desejo, especialmente, da juventude diante da construção social ligada a fama e ao sucesso. Nesse contexto, as categorias de base se constituem especialmente em uma preparação da força de trabalho para o mercado do futebol, marcadamente competitivo que tende a descartar a força de trabalho de grande parte dos trabalhadores inseridos nessas relações. Assim, a mediação com os modos e condições de vida dos jovens e inserção nesse mercado, em tempos da financeirização do capital internacional, serão elementos analisados no presente capítulo.

O objetivo desta discussão é problematizar acerca do trabalho da juventude no que se refere à inserção e exploração laboral no mercado da bola. Em um primeiro momento, será debatido o processo de formação no futebol que ocorre de forma concomitante com a escolarização, entre outras dificuldades enfrentadas nas trajetórias dos jovens. Posteriormente, será realizada a discussão sobre o tema do mercado de trabalho do futebol e do jogador de futebol, que ocupa o lugar de um trabalhador que vende a sua força de trabalho, nesse mercado, que se caracteriza por ser altamente financeirizado, mundializado, tendo como uma de suas marcas a precarização do trabalho. Por fim, serão analisadas algumas das muitas contradições e fetiches do mercado da bola. Nesse âmbito, o debate acerca do sistema de garantias de direitos emerge como concepção importante para evidenciar as violações de direitos dos atletas no processo de profissionalização, enquanto elemento comum, e, muitas vezes, oculto e naturalizado por meio dos fetiches desse mercado.

#### **3.1 OS CARTÕES VERMELHOS EM JOGO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A BUSCA PELA PROFISSIONALIZAÇÃO NO FUTEBOL**

Na construção do processo de profissionalização dos atletas no mundo do futebol, que serve também como uma preparação para o mercado da bola, se dá majoritariamente nas categorias de base. Neste contexto, o tema da formação de

jovens atletas foi uma categoria emergente em todas as entrevistas realizadas, e se mostrou com bastante relevância nos artigos, teses e dissertações. No que se refere à análise da produção acadêmica, dos 6 estudos que compõem a amostra da presente investigação, 4 artigos tratam, de algum modo, do tema da formação do jogador de futebol nas categorias de base e sua relação com o mercado da bola. Todas dissertações e teses abordam o tema. Dentre os artigos estão: (Lopez; Barclaz et al., 2015; Casarin; Streit et al., 2015; Oliveira; Balzano; Moraes et al., 2017; Rodrigues et al., 2016). E as dissertações e teses: (Conceição, 2015; Guimarães, 2012; Souza, 2014).

A questão da formação e inserção no mercado da bola aparece sob diferentes perspectivas nos textos analisados, Lopez; Barclaz et al. (2015), problematizam sobre a invisibilidade do esporte e da cultura, principalmente em relação ao esporte como um direito fundamental, da mesma maneira o tema da profissionalização dos centros de treinamento de atletas, e aponta para a falta de prioridade orçamentária para efetivação dessas políticas públicas. Assim, criando enormes dificuldades de se efetivar o esporte como um direito social garantido a todos. Mesmo que fomentar práticas desportivas formais e não formais seja um dever do estado, como consta no Art. 217 da Constituição Federal (1988) e no Art. 28 do estatuto da juventude (2013), a prática esportiva esteja como um dos componentes para o pleno desenvolvimento dos jovens.

No estudo de Casarin; Streit et al. (2015), os autores se debruçam sobre o modelo de formação adotado por seis clubes do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com os achados da pesquisa, os principais objetivos do processo de formação encontrados foram a preocupação excessiva em vencer todas as competições a serem disputadas e que ao final das categorias de base os atletas devem apresentar fatores físicos e técnicos evoluídos. Já Oliveira; Balzano; Moraes et al. (2017), verificaram qual seria o perfil dos atletas na transição entre a fase amadora para a profissional, de equipes de futebol na cidade de Fortaleza, problematizando sobre a relação dos atletas com a escola e a conciliação com os treinamentos realizados nas categorias de base. Entre os achados da pesquisa, encontraram que a maioria dos atletas estudados apresenta dificuldades de conciliar os estudos e os treinamentos, pois estavam com algum atraso escolar, no entanto não pararam de estudar. Da mesma forma, os atletas consideram ser importante

estudar para obter um futuro profissional fora da carreira no futebol, porém não acham os estudos uma questão necessária para se jogar futebol. Com isso, concluíram que os clubes, escolas e famílias devem encontrar melhores maneiras de conciliação entre os treinamentos e os estudos. Na perspectiva de inserção nas categorias de base, a pesquisa de Rodrigues et al. (2016) destaca as metodologias usadas na formação, formação dos treinadores e estrutura no processo de formação. Tem como conclusão de que apenas uma das três escolinhas analisadas tinha como treinador um profissional com formação de Educação Física, e mesmo que as estruturas físicas das escolinhas sejam distintas por terem objetivos, classificados como uma escolinha de cunho social, outra comercial e a terceira, formativa, os treinadores apresentaram predominantemente a utilização do método global nas aulas. O método global é aquele no qual a aprendizagem se dá na totalidade da prática do jogo, mas não fizeram referências em relação ao método utilizado nas aulas.

Como é possível observar, em relação aos artigos, há uma heterogeneidade de temas relacionados à formação de jovens atletas no futebol, e destacam a importância das categorias de base para a formação profissional no mercado da bola.

Em relação às dissertações e teses, a maioria, dois estudos, concentram debates na área de conhecimento da Educação e um em Sociologia/Ciências Sociais. Todas as dissertações e teses tratam da trajetória dos jovens no caminho da profissionalização, no entanto são abordados sob pontos de vista diferentes.

Guimarães (2012), em sua dissertação de mestrado relata se utilizar da pesquisa qualitativa, entrevistas e observação da rotina do Auto Esporte, clube da cidade de João Pessoa no estado da Paraíba. Na sua “entrada em campo”, cita que teve contato com a prática etnográfica, da mesma forma, explícita sobre a tensão da entrada na pesquisa de campo. Fica subentendido, mas não deixa evidente que o autor realizou uma pesquisa etnográfica. O estudo defende que o processo ao qual os jovens são expostos segue o modelo de produção de jogadores de futebol. Ao mesmo tempo, no clube estudado, há também um ambiente de formação, com crenças e valores a serem ensinados em meio a um processo de socialização. O autor diferencia produção e formação de jogadores de futebol, produção no sentido fordista de descartabilidade e produção em larga escala e a formação direcionada para a aprendizagem no futebol. Destaca que a disciplina, técnica, preparação física,

hierarquia e a obediência são elementos muito presentes nesse caminho.

A dissertação de Conceição (2015) realizou uma investigação etnográfica em duas escolas públicas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Florianópolis, nas quais os atletas que ficam alojados nas dependências do Avaí e do Figueirense frequentam. Estuda a relação entre esporte e sociedade, relacionado com a questão da formação de jogadores de futebol, projeção profissional, projeto de vida para muitos jovens, o processo de formação de atletas em concomitância com a escolarização. Não confirma que os estudantes atletas tenham defasagem escolar como encontraram Oliveira; Balzano; Moraes et al. (2017), pois, na dissertação em questão, as escolas auxiliavam no sentido de não serem um empecilho para os estudantes atletas, e eles tendem a ter avaliações flexibilizadas, toleradas as ausências e remarcadas as provas e trabalhos, assim os atletas colocaram em primeiro plano a carreira e tem como perspectiva concluir o Ensino Médio para cumprir a exigência da legislação educacional. Embora o trabalho não trate de forma aprofundada sobre os impactos dessa flexibilização, o autor aponta que o processo de flexibilização pode gerar perdas para os jovens.

E a tese de doutorado de Souza (2014) investigou as implicações do processo mercantilização do futebol na formação esportiva de jovens que participam de escolinhas públicas e privadas de futebol. Para isso, realizou uma pesquisa qualitativa, de abordagem dialética, para o levantamento de informações se utilizou da pesquisa documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada. Entre as principais conclusões estão a prevalência dos interesses do negócio futebol em relação as forças contrárias ao trabalho infantil. Aponta para a informalidade nas relações contratuais dos atletas das categorias de base dos clubes profissionais, alto índice de descarte do processo de formação, tanto na seleção inicial quanto no percurso até a profissionalização, a ausência de alternativas caso a carreira no futebol não tenha o sucesso esperado entre outros. Dialogando com as reflexões de Souza (2014), ao longo do capítulo, alguns desses elementos são aprofundados, uma vez que a análise das entrevistas aponta para categorias que se relacionam aos achados desta investigação.

De maneira geral, as produções analisadas expõem uma diversa gama de questões, apresentam uma ampla visão sobre o processo de profissionalização no futebol, desde tópicos mais específicos, como as metodologias usadas na formação, análise sobre o que vem sendo produzido na literatura mundial nos últimos cinco

anos sobre o futebol, descrição e análise dos processos histórico do futebol ao longo do tempo, assim como sobre os temas da legislação e direitos dos jovens no esporte.

Dentre as diversas questões que emergiram da pesquisa de revisão bibliográfica, o tema da trajetória juvenil no caminho da profissionalização<sup>28</sup> foi uma questão recorrente em todas as entrevistas realizadas com os jovens, a partir disso se optou por dar atenção específica ao tema no processo de análise. Segundo Scherer; Seimetz; César (2022), as trajetórias juvenis são construções históricas, se relacionam com a ideia de percurso estabelecidas em todos os momentos da vida dos sujeitos ao longo do tempo, envolvem as diversas dimensões, experiências das relações sociais do qual fazem parte e auxiliam na construção de seu tempo histórico. É importante salientar que o caminho da profissionalização, no futebol, começa de forma bastante precoce, na maior parte das vezes na infância. É um caminho difícil e longo com mais de 5.000 horas entre treinos e jogos (SOARES et al., 2011a), com duração de aproximadamente 10 anos de formação no futebol dedicados à preparação física, práticas disciplinadas de aprimoramento de técnicas (DAMO, 2005). Assim, são raríssimos os casos de jogadores que atingiram destaque e se profissionalizaram depois de adultos ou que não passaram por categorias de base, isso é: a formação para o trabalho no mercado da bola, necessariamente inicia na infância e na adolescência.

A trajetória juvenil dos atletas no processo de preparação da força de trabalho para uma possível inserção no mercado de trabalho do futebol geralmente começa com o ingresso nas categorias de base. Uma das muitas particularidades está na forma de selecionar os jogadores que fazem parte desse mercado. A maneira mais conhecida de entrada é por meio da realização de testes, as “peneiras”. No entanto, é bastante frequente o acesso por outros meios, como a indicação direta de empresários, treinadores, dirigentes, de olheiros ou ainda, os jogadores podem vir das escolinhas dos próprios clubes. Em muitas delas, os próprios jovens e suas famílias pagam uma mensalidade. Em alguns clubes, não há nenhum tipo de cobrança ou ainda funciona de uma forma mista. Alguns jogadores pagam mensalidade e outros não. Desde o início da trajetória no mercado do futebol, o jovem atleta é inserido em um complexo mercado, com múltiplas formas de serviço, conforme debatido no capítulo 2 da presente dissertação. Alguns clubes

---

<sup>28</sup> As categorias emergentes da investigação serão grifadas em negrito ao longo do texto.

estabelecem uma idade mínima, em torno dos sete, oito anos de idade, com o ingresso em uma categoria de iniciação ao futebol que é mais recreativa e sem muitas cobranças, a partir daí as categorias se dividem por faixa etária sub-10, sub-11, sub-12,13,14,15 e, assim por diante, até chegar ao profissional. Como pode ser observado na fala do treinador 2.

Geralmente aqueles meninos que estão treinando aos sábados de manhã, sub-9, eles vão ser os primeiros a ingressarem na sub-10 que é o primeiro ano, vamos dizer assim, de formação. Mas não é uma coisa que tenha caráter competitivo ou geralmente que exerça alguma pressão ou uma intenção de cobrança como tu vai ver lá no sub-20 que é totalmente diferente, na categoria sub-9 tu vai ver ali os meninos jogando, treinando, se divertindo e que no ano que vem a maioria deles vai dar o start na sub-10 (Treinador 2).

Como pode se observar no relato acima, em relação ao processo formativo de jogadores de futebol, conforme os atletas vão subindo de categoria, o caráter lúdico vai perdendo espaço e passa a ser priorizado o caráter competitivo dos treinos e jogos, o que aumenta a pressão por desempenho. Um dado relevante e pouco divulgado, de um modo geral, em relação ao ingresso no mercado do futebol, é que a estimativa dos jovens que desejam adentrar no mercado da bola conseguem se tornar jogadores de futebol é de menos de 1% (TOLEDO, 2002). Dessa forma, o mercado da bola se apresenta altamente competitivo, a disputa para ocupar uma vaga é extremamente acirrada e a grande maioria dos jovens que fazem as peneiras não são aproveitados. Segundo Rigo et al. (2018), as peneiras não têm servido para a captação de futuros jogadores, e os clubes têm se utilizado dessas ações mais como estratégias de marketing. De saída, a exclusão é parte do processo e tratada com naturalidade pelos clubes, com isso gera muitas decepções ao longo dessa complexa jornada. Melo et al. (2016, p.402) afirmam que: “em geral, trata de frustrar as expectativas de um enorme contingente de jovens aspirantes à profissionalização no futebol”, visto que esse mercado é muito competitivo e não há vagas para todos os jovens que aspiram ser um jogador profissional. Mesmo que a realidade seja dura e a grande maioria de jogadores não seja “aproveitada”, a formação de atletas no Brasil funciona como uma indústria que atende ao mercado interno e externo e tem como matéria prima, em sua maioria, jovens na faixa etária entre os 12 e 16 anos (SOARES et al., 2011a), faixa etária em que os jovens estão em constantes mudanças não só fisiológicas como outras tantas.

Ainda em relação à discussão sobre a formação como preparação para o mercado de trabalho no futebol, Damo (2005) e Guimarães (2015) afirmam que há

uma diferença substancial na discussão sobre a processo de formação e de produção de jogadores de futebol, sendo a formação um processo que envolve a aprendizagem num sentido pedagógico, já o processo de produção de jogadores de futebol tem um modelo voltado para o mundo dos negócios, e conseqüente inserção dentro da lógica capitalista de produção de mercadorias, por exemplo o caso do jogador de futebol da compra e venda da força de trabalho dentro do fenômeno da reificação humana como já citado no capítulo 2.

Nesse contexto, a produção de jogadores se torna cada vez mais acelerada, e é na adolescência que a carreira profissional dos atletas de futebol começa a tomar os rumos (SOARES et al., 2011b). O caso de maior destaque dos últimos anos foi a venda de Vinicius Júnior do Flamengo para o Real Madrid, em 2017, por 45 milhões de euros. Naquele momento, o jogador tinha 16 anos, no entanto só pôde se transferir de fato após completar os 18 anos de idade.<sup>29</sup> Uma das explicações para a maior frequência de transferências de jogadores jovens ocorrer precocemente pode estar na dependência cada vez maior da utilização desses recursos para realizar o pagamento de salários dos atletas, investir em estrutura, manter suas contas em dia, entre outros, por isso, não só os empresários têm o interesse em realizar grandes transações, mas também os clubes, dessa forma os jovens aspiram receber grandes salários, no entanto, a procura dos jovens para entrar no mercado do futebol é muito maior do que a oferta de oportunidades existentes e entre aqueles jovens que conseguem chegar nos clubes da Europa, a maioria tem como destino clubes de divisões inferiores em países em que remuneração está abaixo do que se espera (SOARES et al., 2011a).

De forma geral, a trajetória juvenil dentro do contexto da profissionalização ainda sofre com o estigma de ser vista como um período considerado de transição da infância para a fase de maturidade e conseqüente "preparação", condicionamento ou aprendizado da força de trabalho com o propósito de se inserir no mercado profissional (GROPPO, 2016). Importante considerar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Art. 3º assegura por lei à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, a fim de lhes facultar-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, assim como o Estatuto da

---

<sup>29</sup>Disponível em:

<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2017/05/22/vinicius-jr-da-ao-fla-a-2-maior-venda-da-historia-do-futebol-brasileiro.htm>

Juventude (2013), no seu Art. 28, que garante ao jovem o direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento. Como prioridade absoluta do Estado, a infância, a adolescência e os jovens devem ser colocados a salvo de qualquer tipo de violação de direitos. No contexto do futebol, à medida em que a preparação para o mercado de trabalho nas categorias de base vai se aproximando da profissionalização, a exigência de esforço e empenho vai se intensificando. Logo, o centro desse processo não se relaciona ao bem-estar ou a garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens, mas sim à produção de uma força de trabalho para inserção no mercado da bola, como pode ser observado nas falas dos jogadores.

– [...] No começo a gente treinava 2 vezes por semana, daí depois foi aumentando, foi pra 4 e até treinar segunda-feira. E agora eu ainda to na categoria de base que é o meu último ano, treino às vezes 2 turnos semana inteira os 7 dias (Jogador 7, 19 anos).

– [...] Olha, novo assim dos 11 anos aos 12 anos eu treinava 3 vezes por semana, segunda, quarta e sexta. Aí a partir de 2012 pra frente os treinos já começaram ser de segunda a sexta ou de segunda a sábado, sempre a semana inteira praticamente. Mas é uma rotina, assim, no início bem tranquila e depois já começou a ficar bem, “não cansativa” acelerada, bastante corrida (Jogador 8, 21 anos).

Os relatos acima citados evidenciam que a rotina varia conforme a idade e que, à medida que os atletas vão subindo de categorias, a carga de treinamentos vai aumentando progressivamente. Nesse sentido, “a história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever. Ao mesmo tempo em que o esporte se tornou indústria, foi desterrando a beleza que nasce da alegria de jogar só pelo prazer de jogar” (GALEANO, 2015, p.10). Assim, aquela brincadeira de jogar bola, que na maioria das vezes começou pelo simples divertimento, ao longo do tempo, vai se transformando em uma qualificação da força de trabalho, sendo capturada pela lógica de mercado. Com isso, o contexto de produção de jogadores de futebol se torna bastante disciplinar. De acordo com Rodrigues (2004), a disciplina produz maneiras de agir, é vista como obediência técnica e tática, se manifesta na organização do espaço com funções determinadas no campo de jogo, sendo o processo mais relevante que o resultado da ação, também entendida como uma disciplina corporal e moral. Sobre essa perspectiva de controle das ações dos sujeitos, o entrevistado 10 relata como foi realizada a intervenção sobre o modo como deve se comportar para obter maiores chances de chegar a se profissionalizar e conseqüentemente obter sucesso no futebol em dos clubes pelo qual ele passou.

– Eles falam: “mano, se é o que tu quer, tu é que tem que te controlar, não pode sair comendo hambúrguer e sair tomando refri e engordar que nem



louco, sempre bom quando sair do treino comer uma maçã, uma banana, se é o que tu quer mesmo tu tem que focar porque se tu for para um clube maior ele vão ver tua porcentagem de gordura e isso né”(Jogador 10).

O exposto acima não diz somente a respeito de uma reeducação alimentar em prol das exigências futuras de cobrança por rendimento, mas também se refere às diversas condições que desde muito cedo são postas no cotidiano e vão moldando o modo de pensar e agir dos jovens jogadores, direcionando o foco para a carreira no futebol. Da mesma maneira, quando questionados, os treinadores deram alguns indícios daquilo que é o básico para se obter sucesso no futebol, e nas respostas obtidas, muito está associado ao comportamento que deve ser seguido, o foco no trabalho e nas tarefas individuais a serem executadas.

– Ah a disciplina, eu acho que esse é o principal porque eu já vi vários jovens talentosos que não *conseguem chegar porque tem a falta* dessa disciplina, desse foco, *dessa dedicação*. Então eu vejo alguns atletas inferior tecnicamente mas que tem essa disciplina de querer treinar, de querer cuidar da sua alimentação, *de levar a sério isso e aí eles conseguem chegar* (Treinador, 3).

– Ter talento, mas *ser esforçado, te dedicar, comprar a ideia*, tu querer sempre um algo mais, buscar ser um atleta melhor, se alimentar melhor, dormir melhor, buscar uma carga de treino máxima possível sem ter uma lesão, acredito que é isso (Treinador 5).

As falas ressaltam a importância da disciplina, do desejo e do compromisso individual para se atingir o sucesso. Chama a atenção ainda a frase "buscar uma carga de treino máxima possível sem ter uma lesão", o que evidencia a contradição entre a exigência de máximo desempenho, a convivência com grande possibilidade de lesão e descontinuidade da carreira de atleta no futebol de alto rendimento ao mesmo tempo em que jogam sobre o jovem a responsabilidade de subir na carreira. A valorização do esforço individual como principal componente do sucesso indica que esse mercado está inserido diretamente na lógica neoliberal, não se resume à qualificação técnica em si, mas também há uma série de outros fatores exigidos e voltados para se atingir a profissionalização que estão para além da carga horária de treinamentos e extrapolam a chamada relação "campo e bola". Todas essas exigências na busca por melhorar o desempenho e performance esportiva, de certa forma, acabam por exercer uma pressão e um certo tipo de controle sobre os jovens. Esses elementos estão ligados à reformulação adotada pelo capitalismo, a chamada racionalidade neoliberal, que está associada com a construção de um modo de ser e de agir em que os valores presentes na lógica de mercado dia a dia vão sendo internalizados nos sujeitos também na sua forma de pensar.

"É mais adequado dizer que o capitalismo se reorganizou sobre novas bases, cuja mola é a instauração da concorrência generalizada, inclusive na esfera da subjetividade. O que aprouve chamar de "desregulamentação", termo ambíguo que poderia dar a entender que o capitalismo não conhece nenhum outro modo de regulação, é na realidade uma nova ordenação das atividades econômicas, das relações sociais, dos comportamentos e das subjetividades (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 202).

Não é por acaso que o talento<sup>30</sup> por si só não é suficiente, deve vir acompanhado do esforço, dedicação e máximo desempenho. Essa perspectiva não se diferencia tanto dos diversos ramos da produção industrial. Para Alves (2013), no modo de produção do capital, a forma organizacional toyotista do trabalho ou gestão *just in time* tem por base a técnica como pressuposto para a "captura" da subjetividade, de forma que o tempo de vida é reduzido ao tempo de trabalho, destruindo a possibilidade de desenvolvimento pessoal dos indivíduos sociais. Diante disso, as relações sociais são determinadas pela generalização da competição. Assim, essa disputa cria a imagem do sucesso relacionada à valorização do individualismo e do esforço individual, e conseqüentemente reforça a ideia do empreendedor de si como o sujeito que não desiste, que se supera, se reinventa no formato de uma empresa, sem a análise total da realidade. E, se o indivíduo for descartado, a justificativa é de que o jogador (trabalhador) não foi bom o suficiente, e a culpa e a responsabilidade do fracasso é também individual, por não ter se esforçado o bastante, o que justifica a desigualdade social e a violência estrutural.

Com a intensificação da cobrança por desempenho ao passo que a profissionalização se aproxima, os jovens atletas colocam os treinamentos como prioridade em suas vidas em prol do sonho de se tornar um jogador profissional. Todos esses atributos obrigam os atletas em formação a abdicar de uma vida comum para se dedicarem à profissionalização no futebol. "Os atletas em formação reclamam da ausência de vida normal, do excesso de trabalho, dos treinos de diferentes naturezas e das proibições de sair à noite. Tudo isso significa controle social" (RODRIGUES, 2004, p. 264-265). A construção da ideia de um sacrifício pelo qual terão que passar naturaliza e, às vezes, oculta o processo de exclusão de diversos momentos em família e de espaços de lazer, por exemplo, que terão que

---

<sup>30</sup> Em relação à discussão sobre o talento, Marx e Engels (2010) relacionam a visão exacerbada do talento relacionado a indivíduos especiais como sendo resultado da divisão social do trabalho, pois essa valorização se daria às custas do não desenvolvimento das qualidades da maioria dos sujeitos. Assim, alguns poucos terão as melhores condições para desenvolver seus talentos e, então, serão considerados indivíduos únicos.

abrir mão nesse processo.

– Mas essa é a parte ruim digamos, mas aí tem que pensar também aí a frente, pensa em tudo que o futebol pode te dar entendeu, na felicidade e tudo mais, porque é um esporte que te deixa em êxtase a cada momento então é uma coisa muito boa, mas vai ter que tá treinando toda hora e largando festa, largando, as vezes, amizade, até namorada e tudo mais porque o foco tem que ser só um né (Jogador 9).

– E a gente tenta sempre fazer eles entenderem que cada detalhezinho que eles podem fazer pra chegar nesse objetivo vai ajudar, porque muitos nessa idade por exemplo, e até na sub-15, sub-14 enfim, eles já chegam numa idade onde eles tem que abdicar de umas coisa em prol de outras, eles tem que abdicar de uma festinha com os amigos no sábado porque tem um jogo no domingo de manhã, então a gente tenta fazer eles entenderem que, cara é realmente isso que tu quer? esse é o teu sonho? esse é o teu projeto? se é, tu vai ter que abdicar de algumas coisas (Treinador 1).

A referida perda de "coisas boas" impacta diretamente na vida dos jovens atletas, e em muitos casos, se constitui também em uma violação de direitos, muitas vezes, ocultada pela ideia de "esforço" necessário para se alcançar a profissionalização. Isso acaba incidindo sobre o direito ao lazer, garantido no Art. 6º da Constituição Federal (1988), da mesma forma que seu Art. 227 coloca como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar esse direito, reiterado no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Em relação ao direito à educação para os jovens jogadores, o investimento na carreira de atleta acontece concomitante ao processo de escolarização dos jovens, principalmente na adolescência, momento em que os jovens entram nos últimos anos de escolarização. O período posterior aos 16 anos é uma fase importante para a profissionalização no futebol, pois determinará suas possibilidades no mercado do futebol. Assim, frequentemente os jovens nas categorias sub-17 e sub-20 concentram seus estudos no ensino noturno, colocando em segundo plano a escolarização em detrimento da carreira no futebol (SOARES et al., 2011a). E na medida que se aproxima o momento da profissionalização, maiores são as matrículas no ensino noturno (Melo et al. 2014). Em relação às impressões dos entrevistados sobre a conciliação da rotina de treinamentos com o processo de escolarização:

– Sempre o estudo esteve em primeiro lugar, desde pequeno meus pais falaram isso. Mas acho que foi algo bem tranquilo, claro algumas vezes eu tive, em algumas situações eu tive que faltar aula pra poder viajar, vamos supor que a gente jogava no sábado e nisso a gente viajava um dia antes, então a sexta eu já não conseguia estudar e tinha que recuperar depois. Mas sendo sincero foi algo assim bem tranquilo de lidar, até por eu estudar perto de onde eu treinava então isso facilitava bastante (Jogador 8).

– Tá presencial e online [...] pra mim não tem dificuldade alguma sabe, só em matemática que eu não gosto, hahaha, no caso eu não vou te mentir, agora eu não to indo pra escola porque a minha escola é [longe] e é dois ônibus e é de tarde também, mas no caso eu vou mudar de colégio e vou botar pra de manhã ou de noite, que daí fica melhor pra mim. Agora eu to fazendo online (Jogador 10, 16 anos).

Mesmo que as falas deixem evidente o entendimento dos jovens de que não consideram um grande problema conciliar os treinamentos com os estudos, na prática, os treinamentos são colocados como uma prioridade. A situação mais preocupante, que pode se configurar como uma possível violação de direitos educacionais, é em relação ao jogador 10, que de todos os entrevistados é o único que ainda está cursando o Ensino Médio e, devido à pandemia, parte das atividades estão sendo online, visto que, no momento em que ocorrer a regularização das aulas, que em voltarão a ser somente presenciais, ele pensa em trocar de turno para que as aula se adequem à rotina de treinos, que ocorre no turno da tarde. Assim, o processo da escolarização parece ser uma realidade oculta. O relato do jogador 10 vai ao encontro dos achados do trabalho de Soares et al. (2011a), que aponta que os jovens entrevistados atribuíram importância aos estudos, porém, o foco dos entrevistados se voltaram para a profissionalização, e a escolarização era deixada em segundo plano. A pandemia de Covid-19, nesse caso, funcionou como mais um agravante para que os treinamentos fossem colocados em primeiro plano pelo atleta em questão.

De modo geral, o ensino foi bastante afetado devido à pandemia de Covid-19. O relatório Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar (2021), realizado pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para Infância (Unicef), traz dados do Censo Escolar Brasileiro, em 2019, sobre reprovação, abandono escolar e distorção idade-série, e além disso, apresenta quais alternativas poderão ser utilizadas para reverter essa situação durante e depois da pandemia da Covid-19. O levantamento contabilizou 27.780.779 matrículas nas redes públicas municipais e estaduais de Educação Básica em turmas regulares e seriadas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A pesquisa registrou mais de 2 milhões de estudantes reprovados, o que correspondeu a quase 8% do total de estudantes matriculados. No que se refere ao abandono escolar, o estudo indica que mais de 600 mil estudantes abandonaram as escolas, em sua maioria no Ensino Médio e nos anos finais do Ensino Fundamental. No que diz respeito à distorção idade-série, ela se relaciona às muitas reprovações, abandonos escolares e novas tentativas de

permanência e sucesso. Estavam nessa situação pouco mais de 6 milhões de estudantes com pelo menos dois anos acima da idade considerada ideal em comparação ao ano ou série escolar. E por fim, aponta como alternativas importantes discutir sobre esses dados com toda a comunidade escolar, recomenda que as/os gestoras(es) educacionais em todas as instâncias da educação pública tenham um olhar cuidadoso para cada um dos desafios nas diferentes etapas da escolarização com intuito de desenvolver políticas que atenda às suas necessidades e especificidades e garanta que a escola seja um espaço de acolhimento, segurança e proteção para crianças e adolescentes, entre outros.

A educação formal não se resume a adquirir conhecimentos que possibilitem competir no mercado por uma vaga de trabalho no mercado. Para Ivo Tonet (2005), a natureza essencial da atividade educativa consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos habilidades, valores, e comportamentos, no entanto, com o advento do capitalismo, a dinâmica do capital instaurou a contradição entre a auto realização e a aquisição de habilidades, qualificações e outros elementos adquiridos no e para o trabalho, indo de encontro com a autorrealização dos sujeitos. Dessa forma, mesmo sendo um direito, a educação cada vez mais cedo entra em um embate com a qualificação da força de trabalho voltada para o mercado em contraposição ao seu próprio de desenvolvimento como indivíduo e satisfação

Da mesma forma, o caminho da profissionalização no futebol está intimamente ligado ao processo de produção capitalista, à aquisição e o aprimoramento de questões técnicas foram colocados em primeiro plano. No estudo de Oliveira, Balzano e Morais (2017), a maioria dos jovens disse que consideram importante estudar, no entanto, pensam que o tempo dedicado aos estudos não auxilia no desempenho no futebol. Segundo a fala dos treinadores entrevistados, a legislação educacional é respeitada pelos clubes com os quais eles têm ou tiveram vínculo.

– A gente não cobra especificamente o desempenho escolar, a gente cobra que os meninos estejam matriculados e frequentando (Treinador 1).

– O jovem obrigatoriamente precisa estar matriculado em escola, ele precisa ter o mínimo de nota, ele precisa estar estudando regularmente e estar realmente estudando, não só estar matriculado em uma escola (Treinador 2).

De acordo com as falas dos treinadores, há o entendimento dos clubes em cobrar dos jovens a frequência escolar. Para isso, a legislação cumpre um papel

importante no entendimento da educação como um direito dos jovens no caminho da profissionalização, sendo um fator essencial para que os clubes possam respeitar esse direito. Melo et al. (2014) problematizam que o cumprimento da legislação educacional só se revelou verdadeira em decorrência da flexibilização das normas escolares, que permitiu com que os estudantes atletas pudessem ter aulas em turnos diferentes no mesmo ano letivo, estudar à noite, com uma cobrança menor de desempenho nos estudos. Um dos achados do estudo de Oliveira, Balzano e Morais (2017) foi de que a maioria dos atletas estavam com defasagem escolar de acordo com a faixa etária na qual deveriam estar, mas que não haviam parado de estudar. A pesquisa contou com a participação de trinta e um (31) atletas de duas equipes da cidade de Fortaleza. Soares et al. (2011a) colocam que, para estarem de acordo com a legislação, alguns clubes têm escolas próprias para atender às necessidades educacionais de seus atletas, auxiliando principalmente na diminuição do tempo de percurso entre suas casas, clube e escola, assim como, possibilitando uma flexibilização de horários de estudos para que os atletas concluam o Ensino Médio na escola do clube.

Com a proximidade de subir para a categoria profissional, Rigo et al. (2018) afirmam que há indícios de que, quanto maiores são as possibilidades de se profissionalizar no futebol de alto rendimento, menos os jovens se dedicam aos estudos. O fato de que o tempo de dedicação à formação no futebol seja igual ou superior ao de dedicação à escola pode criar percalços no processo de escolarização" (RIGO et al., 2018, p. 915). No entanto, a imagem amplamente difundida de que a formação de atletas nas categorias de base cria graves empecilhos à presença na escola ou leva ao abandono da escola devido ao investimento no futebol profissional não foi um elemento evidenciado.

Assim, de formação nas categorias de base, como um caminho seguido com o propósito de ocupar uma vaga no mercado da bola extremamente concorrido, faz com que as formas de agir sejam voltadas desde muito cedo para esse objetivo. Desta forma, a possibilidade de ingressar na carreira do futebol é colocada em primeiro plano em relação à educação formal. Melo et al. (2014) constataram que a permanência na escola não significa empenho nos estudos e levantam a discussão em relação ao controle e fiscalização do cumprimento dessas normas, pois quando o jovem sinaliza que deseja tentar a profissionalização no futebol, a escola contribui em favor da carreira do atleta, o que vai ao encontro da racionalidade neoliberal,

cuja formação para o mercado ocupa lugar central, até mesmo para instituições educacionais, como a escola, que tem como centro de suas tarefas a educação integral dos sujeitos.

Somado aos diversos atributos já citados, como o domínio de habilidades técnicas desenvolvidas por meio do treinamento, do ponto de vista cognitivo, além da interpretação e leitura de jogo, rápida tomada de decisão, os atletas também tem que lidar com as questões psicológicas, como estabilidade emocional em relação às frustrações e controle da ansiedade (DAMO, 2005). Assim como os jovens sofrem pressão por performance, a preocupação em atingir resultados, o afastamento da família, a falta de tempo para lazer entre outros parecem impactar na saúde mental dos atletas. Sobre o componente emocional dos atletas, durante o caminho da profissionalização, o treinador 1 relata que é muito importante conseguir administrar as diversas frustrações durante o processo.

[...] Destaco também pra ter sucesso a nível profissional, uma mente muito forte, uma cabeça muito forte, um poder de resiliência muito grande, até chegar no profissional os atletas passam por diversas frustrações, dispensas, não convocações, substituições, derrotas, eliminações, lesões, então a gente já viu muitos atletas de qualidade técnica muito refinada assim, mas que não tiveram uma capacidade mental adequada para sustentar (Treinador 1).

O debate sobre a saúde mental de atletas ficou mais efervescente com a repercussão mundial ocorrida durante as olimpíadas de Tokyo em 2021, após Simone Biles, atleta estadunidense de ginástica artística, até então a maior “estrela” dos jogos, ter uma crise psicológica que a fez desistir da disputa das principais da modalidade<sup>31</sup>.

Em relação à saúde, o Art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabelece que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. A Lei pelé (1998) trata da saúde, no art. 3 parágrafo II, de maneira geral, quando se refere ao desporto de participação. Assim, as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir na promoção da saúde, no mesmo artigo no parágrafo III quando diz respeito ao desporto de rendimento, têm a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com as de outras nações. Já no Estatuto da Juventude (2013), o Art. 227. coloca como dever da família, da

---

<sup>31</sup><https://ge.globo.com/ginastica-artistica/noticia/biles-fala-sobre-seu-emocional-ainda-tenho-medo-de-fazer-ginastica.ghtml>

sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, uma série de direitos, entre eles a saúde. E ainda no mesmo artigo, o inciso primeiro aponta que os governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal devem adotar programas governamentais destinados a assegurar esses diversos direitos. No entanto, não consta nos documentos analisados alguma referência específica sobre a saúde mental de atletas.

No contexto do futebol, não são poucos os casos de ex-atletas que convivem ou ainda relatam ter passado por situações de depressão. Segundo a reportagem do Esporte Espetacular<sup>32</sup>, um em cada três atletas de futebol em atividade sofre ou já sofreu de depressão. Em relação ao apoio psicológico, fica a cargo dos clubes oferecerem auxílio e acompanharem de perto quando situações de sofrimento psíquico ocorrem. No entanto, de acordo com um levantamento realizado por um dos grandes veículos de mídia esportiva do Brasil<sup>33</sup>, em 2020, ano de maior impacto da pandemia de Covid-19 no mundo e consequente paralisação obrigatória de todas as competições esportivas no país, dos 20 clubes que estavam na série A, do Campeonato Brasileiro, apenas 8 ofereciam acompanhamento sistemático para os atletas lidarem com o impacto da pandemia em relação ao sofrimento psíquico e, ainda segundo a mesma reportagem, se convive o com o estigma do preconceito nesses espaços em relação aos atendimentos psicológicos.

Na realidade, alguns clubes profissionais no Brasil oferecem suporte em relação à saúde mental ao qual os atletas podem recorrer. Além disso, o Brasil conta com uma política nacional de saúde mental dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Os serviços de saúde que compõem a rede de atenção psicossocial (RAPS), concentram esforços no atendimento e proteção a pessoas que sofrem de transtornos crônicos. Mesmo que a política de saúde mental tenha aberto caminho para o atendimento de qualquer tipo de sofrimento psíquico sendo reconhecido legalmente como um direito de todos, para os atletas, o cuidado ainda está um pouco distante de ser uma alternativa a qual os atletas recorrem com maior frequência quando necessário.

---

<sup>32</sup><https://ge.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/depressao-nilmar-pedrinho-fenomeno-cincho-e-thiago-ribeiro-falam-tudo.ghtml>

<sup>33</sup>[https://www.espn.com.br/futebol/artigo/\\_/id/6838991/como-clubes-brasileiros-se-preocupam-ou-nao-psicologico-seus-jogadores-quarentena](https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/6838991/como-clubes-brasileiros-se-preocupam-ou-nao-psicologico-seus-jogadores-quarentena)



Segundo a reportagem de Gabriela Moreira da ESPN<sup>34</sup>, em entrevista com profissionais da psicologia que trabalham em clubes da primeira divisão do campeonato Brasileiro, que a reportagem preferiu não identificar, relatam que não são raros os sintomas de depressão e síndrome do pânico entre os atletas e que há resistência em assumir que estão vivendo essa situação de sofrimento psíquico por receio de que possa parecer que possuem uma fraqueza, ou mesmo, ser sacados do time devido a esses problemas. Com isso, no início de trabalho de um dos profissionais entrevistados, os jogadores não o procuravam, por terem receio e vergonha de admitir que estavam realizando atendimento com psicólogo, e só após verem os resultados obtidos, ficaram mais à vontade.

Muitas vezes, o psicólogo, por meio da subárea Psicologia do Esporte, é convocado para realizar palestras motivacionais, ou tratar de outros assuntos. Na revisão sistemática realizada por Dominski et al. (2018), constataram que é crescente o número de publicações em língua portuguesa nos periódicos da área sobre o tema da Psicologia relacionada aos mais diversos esportes. As questões mais investigadas foram a motivação, o estresse, a ansiedade e o humor. No entanto, no tocante ao cuidado da subjetividade dos jogadores para lidar com essas difíceis situações os serviços ainda são pouco acionados.

– Então, eu considero que o mercado é pequeno e todo mundo tem que ter noção disso, mas aí vai do sacrifício da pessoa entendeu [...] isso que eu te falo, tem que aguentar no osso mesmo até as coisas vim, até as coisas darem certo (Jogador 9).

– Como é uma profissão que a gente tem que mostrar a cada dia nosso valor, mostrou que sem luta a gente não conquista nada e essa luta é diária. A mentalidade que eu tinha antes e eu tenho agora, tanto dentro de campo como fora de campo, aproveitar todas as oportunidades, levar tudo a sério, levar as coisas mais a sério (Jogador 7).

Assim como o mercado da bola não apresenta um volume grande de boas oportunidades, suportar a uma grande pressão é parte do cotidiano dos jovens nas categorias. Eles convivem ainda com uma pressão pelo resultado, pelo desempenho, indo ao encontro da lógica neoliberal, que responsabiliza individualmente o sujeito por seu sucesso, da mesma forma por seu fracasso. Isso acaba por interferir significativamente na saúde mental dos atletas e conseqüentemente, contribui para o adoecimento psíquico dos jovens. Todo esse

---

<sup>34</sup>[https://www.espn.com.br/blogs/gabrielamoreira/729892\\_depressao-e-sindrome-de-panico-sao-comuns-no-futebol-mas-so-6-clubes-do-brasileiro-tem-psicologos-atuando-com-os-profissionais](https://www.espn.com.br/blogs/gabrielamoreira/729892_depressao-e-sindrome-de-panico-sao-comuns-no-futebol-mas-so-6-clubes-do-brasileiro-tem-psicologos-atuando-com-os-profissionais)

contexto não se descola de processos de precarização do trabalho, como uma categoria emergente, tema que será debatido no próximo item.

### 3.2 GOL CONTRA NAS TRAJETÓRIAS JUVENIS: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A GARANTIA DE DIREITOS NO CONTEXTO DAS CATEGORIAS DE BASE

Como já apresentado no capítulo 2, o futebol, entre diversos aspectos, se apresenta como um mercado de trabalho mundializado, altamente financeirizado, e o jogador de futebol se constitui como um trabalhador que vende a sua força de trabalho nesse mercado da bola. A precarização desse trabalho, assim como elemento presente em outras atividades laborais, se constitui como marca das relações sociais expressa no mercado da bola.

De acordo com Araújo e Moraes (2017), na nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, a precarização do trabalho aparece como elemento central, ao substituir a estabilidade e o trabalho em tempo integral por formas flexíveis, como os contratos por tempo de serviço e trabalho por conta própria. E isso institui a condição de instabilidade e de insegurança, privação material, rebaixamento de salários, o que acarreta graves prejuízos para os trabalhadores. Essa situação de precariedade leva os trabalhadores a uma nova condição de vulnerabilidade social, pois a fragmentação da organização dos trabalhadores na exigência por direitos sociais, a exposição a maiores riscos, sejam eles físicos, químicos e/ou psicológicos entre outros, o esvaziamento do conteúdo social do trabalho são consequências da desregulamentação do mercado de trabalho.

A precarização do trabalho é uma realidade bastante presente nas categorias de base, seja na trajetória dos treinadores seja no caminho percorrido pelos os atletas em busca da profissionalização e ela se manifesta como uma contradição oculta desse trabalho. Embora esses elementos se expressem na trajetória dos jogadores de futebol, os achados da pesquisa evidenciaram a precarização do trabalho, especialmente na fala dos treinadores. São diversas as questões que atravessam a trajetória dos atletas, entre elas, como já discutido, as dificuldades enfrentadas com a escolarização, além disso, a convivência familiar, muitas vezes, é deixada de lado, a perda de espaço de lazer, ingresso precoce no mundo trabalho

,que inclui em sua prática uma rotina de grande pressão pelo resultado, desempenho esportivo, e enorme concorrência entre os atletas, de forma que a descartabilidade é um elemento constituinte do mercado do futebol, entre outros diversos os fatores com os quais os jogadores passam no transcurso desse processo.

O jogador de futebol experimenta assim como outros trabalhadores em tempos de flexibilização e precarização do trabalho, o medo do desligamento, a rotina estafante de treinamentos, o isolamento social, a falta de controle de seu tempo livre e a incerteza de continuidade da carreira, que a rigor, já é muito curta (SOUZA, 2008, p.14).

Ainda segundo a mesma autora, para compreender a entrada, formação e circulação do jogador jovem no mercado do futebol que vende a sua força de trabalho, é preciso discorrer sobre o processo capitalista de modernização do futebol a partir da década de 1970, que reproduz o acirramento da exploração da força de trabalho no processo de acumulação capitalista que inclui a perda de direitos, precarização das condições de trabalho, saúde e de vida, cujos impactos dessa acumulação flexível atingem a todos os trabalhadores. É na década de 1970 que ocorrem mudanças no mundo do trabalho. As empresas alteram profundamente a forma de produzir mercadorias devido à crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), assim denominada por se diferenciar de outros momentos de crise com intervalos cíclicos entre recessão e expansão, a crise é estrutural por ser frequente, constante e permanente, com isso o capital, sob uma dinâmica incontrolável e destrutiva, processa constantes reformulações em escala global visando a acumulação de capital, não encontrando limites para sua expansão e valorização (ANTUNES, 2009 a).

As transformações no mundo do trabalho ocorridas na década de 1980, também chamadas de reestruturação produtiva do trabalho, substituíram o padrão taylorista/fordista de produção em série, com uma estrutura verticalizada baseada na relação direta do homem-máquina, para a forma organizacional toyotista do trabalho ou gestão *just in time* (ANTUNES, 2018). O Toyotismo surge no Japão, mais especificamente na Toyota Motor Company, como um modo de organização da produção em que se aplica o Just in time, visava aumentar a produção e diminuir os preços finais dos produtos, foca em um produto principal, com entrega rápida e precisa, para isso foi utilizada a subcontratação de empresas para desenvolver e fornecer os insumos necessários e principalmente passou a requerer um trabalhador

polivalente, com capacidade de exercer muitas funções, como manutenção, limpeza, controle de qualidade entre outras responsabilidades (PINTO, 2010).

Todo esse modelo carrega consigo a “acumulação flexível”, conceito debatido por Harvey (1992), que diz respeito à flexibilização nas relações de trabalho, desregulamentação das leis trabalhistas, das barreiras comerciais, precarização dos serviços públicos, flexibilização do controle das empresas privadas pelo poder estatal e tem reflexo na organização política dos trabalhadores. Isso impacta diretamente nas relações de trabalho, na destruição da natureza, no aumento da violência, na ampliação da precarização da vida, entre outros. Em meio a tudo isso, o Estado, apoiado em um projeto político, econômico e ideológico de caráter neoliberal, age como um mediador e “gestor dos negócios da burguesia” e, em defesa principalmente da desregulamentação do mercado de trabalho, tem como pressuposto a precarização do trabalho, volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites e sobretudo que os trabalhadores que aceitem e se submetam a quaisquer condições impostas, indo ao encontro do padrão de acumulação flexível (DRUCK, 2011).

O agravamento da crise estrutural do capital, que traz consigo inúmeras refrações para toda a classe trabalhadora, tem impactos particulares para a juventude, sendo que o desemprego, o trabalho precário, a dificuldade de acesso à escolarização e as altas taxas de violência letal são apenas algumas das expressões do mesmo fenômeno, advindo da produção e reprodução ampliada do capital e agravado em um país de desenvolvimento capitalista tardio e dependente (SCHERER, 2020, p. 22).

A crise estrutural do capital incide em toda a classe trabalhadora e tem expressões particulares para os trabalhadores do mercado da bola. E isso reflete nas condições de trabalho que são oferecidas. A maioria dos clubes não consegue oferecer condições adequadas para desenvolver um trabalho com mais qualidade, e a precariedade na estrutura de trabalho aparece como uma das maiores dificuldades destacadas pelos treinadores de futebol entrevistados.

Hoje uma das maiores dificuldades é *em termos de estrutura* que o clube fornece. Infelizmente hoje o clube não consegue nos oferecer a estrutura adequada, minimamente adequada para a gente conseguir fazer um trabalho com mais qualidade (Treinador 1).

*A maior dificuldade é a estrutura de trabalho.* Eu levo todas as coisas no meu carro, as vezes levo jogador dentro do meu carro, as vezes não tem campo pra treinar, o cara trabalha sozinho, o material, as bolas. É uma estrutura mesmo de trabalho, sabe (Treinador 5).

A precarização do trabalho se expressa de diversas formas, dentre elas nas condições objetivas do desenvolvimento do trabalho, como referem os participantes.

Segundo os relatos, a maior delas está na estrutura de trabalho. O treinador 5 traz o elemento de que, em decorrência da precarização do trabalho, se utiliza de recursos pessoais no andamento do trabalho, que se apresenta como mais uma faceta da precariedade do trabalho, novamente indo ao encontro da racionalidade neoliberal que oculta as múltiplas determinações. Outro ponto importante de precarização do trabalho a ser destacado é a flexibilização do regime de trabalho nas categorias de base.

- Eu tenho uma MEI [Micro Empreendedor Individual] e eles me registram como MEI, eu sou um professor, na minha MEI, um professor particular (Treinador 5).
- Não não, não tem nada, é uma combinação feita de boca, não tem nenhum tipo de vínculo formal digamos assim, não tem Mei, não tem CLT. A gente simplesmente combina com a coordenação como vai ser a remuneração [...] Algumas pessoas da comissão [Técnica] do profissional tem CLT daí. Os atletas do profissional tudo tem CLT (Treinador 1).

Em relação ao regime de trabalho nas categorias de base, dos 5 treinadores entrevistados, 2 dos treinadores relataram já ter trabalhado na informalidade. Um deles diz que na época em que trabalhou em um dos clubes pelos quais passou, o vínculo era informal, mas sabe que agora, para a mesma função que exercia, o regime de trabalho passou a ser celetista. O outro trabalhador, o treinador 1 acima citado, conta, no momento da entrevista, que estava trabalhando sem contrato de trabalho, ou seja, com vínculo informal. Os outros 3 treinadores possuem MEI, microempreendedor individual. Um deles relatou que anteriormente tinha uma carteira de trabalho assinada e, a partir de um dado momento, no mesmo clube, o vínculo empregatício passou a ser através do MEI, microempreendedor individual. Assim, os treinadores têm seus vínculos empregatícios, em sua maioria, frágeis e com poucas garantias legais, a exemplo do vínculo como MEI, que funciona como mais uma forma que os clubes têm de ampliar seus lucros, pois ficam desvinculados de garantir os mínimos direitos trabalhistas, visto que o trabalhador é a “própria empresa” e assume todas as responsabilidades. No outro caso observado, o trabalhador atua na informalidade e não tem nenhuma garantia legal de proteção social em relação ao trabalho, emprego, previdência, em situações de adoecimento, incapacidade, acidente de trabalho entre outras situações. Essas condições se apresentam como mais uma face da precarização e degradação do trabalho no futebol.

Na medida em que se põe a crise estrutural de valorização do valor, a precarização do trabalho aparece como precarização salarial com suas implicações no emprego, carreira, salário e condições de

trabalho. É o que explica a nova precariedade salarial com a vigência do trabalho flexível alterando as condições do estatuto salarial (contratação salarial, remuneração e jornada de trabalho)(ALVES, 2013, p. 239).

Somado a essas questões que dizem respeito a todos os trabalhadores, particularmente no mercado do futebol, como mais uma forma de flexibilização, em alguns clubes, o recurso financeiro usado para pagar o salário dos professores das categorias de base vêm das mensalidades que os atletas e suas famílias pagam ao clube no processo de profissionalização dos atletas.

- Nas categorias mais baixas, na sub-16 para baixo, por exemplo, os meninos pagam mensalidades, pagam taxa de jogo. Então um percentual da mensalidade volta para o professor, mas não tem nada fixo também, é extremamente variável [...] E como a gente pegou uma época bem no início da pandemia, o apoio dos pais foi fundamental, o bom relacionamento com os pais foi fundamental para que os meninos se mantivessem fazendo os treinos online, pagando as mensalidades. Teve categoria por exemplo, que teve professor que o salário foi a quase zero porque não tinha atleta, os pais resolveram não dar prioridade pro treinamento (Treinador 1).

Para além dos vínculos empregatícios frágeis e com pouca ou nenhuma garantia legal, informalidade, estrutura e condições de trabalho ruins, é observado, na fala acima, que o trabalho dos treinadores de futebol convive com mais forma de flexibilização que podemos chamar de subcontratação, sendo uma forma mais precária que a terceirização, pois nem a empresa nem o clube paga o salário do professor, e sim os próprios atletas e suas famílias e, devido à pandemia de Covid-19, a situação dos trabalhadores se tornou ainda pior. Segundo Bridi (2020), a pandemia de Covid-19 fragilizou ainda mais a classe trabalhadora no Brasil, que desde 2015, já sofria os impactos da crise econômica. A crise sanitária tratou de ampliar as taxas de desemprego e avanço da informalização do trabalho, mostrando as incapacidades do neoliberalismo, pois a precariedade no e do trabalho com contratos flexíveis, tempo parcial, temporários, terceirizados entre outras formas se universaliza, deixando nítido que se ampliaram as formas fragilizadas de trabalho totalmente mercantilizadas. As transformações no mundo do trabalho ocorridas na década de 1980, com o grande avanço tecnológico, influenciaram as relações de trabalho e a produção material, assim como repercutiram na subjetividade e nas formas de ser (ANTUNES, 2008). Nesse sentido, o futebol não se diferencia tanto dos ramos da produção industrial, pois, no modo de produção do capital, a forma organizacional toyotista do trabalho ou gestão *just in time* tem por base a técnica como pressuposto a “captura” da subjetividade. Nos termos de Alves (2013), o

tempo de vida é reduzido ao tempo de trabalho, destruindo a possibilidade de desenvolvimento pessoal dos indivíduos sociais.

Nesse sentido, a crise pandêmica de Covid-19 que assolou o Brasil e o mundo como maior força em 2020 serviu como mais um elemento de agudização nas relações de precarização do trabalho no futebol. No que diz respeito especialmente ao mercado do futebol, a pesquisa de Martinez (2021) revela que a pandemia de Covid-19 afetou consideravelmente o futebol em diversos níveis, tanto categorias de bases, futebol amador e profissional. No clube por ela analisado, que disputa o campeonato da segunda divisão do estado do Rio Grande do Sul, devido ao período de parada de todos campeonatos no Brasil e conseqüente alterações e implementação de uma nova rotina no clube em questão, os aspectos motivacionais, sociais, psicológicos e principalmente financeiros foram bastante prejudicados. Em relação a proteção social relacionada aos jovens que trabalham no futebol, Lopes e Barcelaz (2019) descrevem o cenário normativo a partir de documentos como a Constituição da República de 1988, “Convenção dos Direitos da Criança” de 1989, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e Estatuto da Juventude de 2013, e inferem que mesmo com um pequeno avanço no último período, os direitos infanto-juvenis estão longe de serem implementados na realidade, com isso podem se configurar situações de risco e de vulnerabilidade por “ação ou omissão da sociedade ou do Estado”. Especificamente sobre o direito ao esporte e a profissionalização dos atletas das categorias de base, o estudo, mesmo que de forma não aprofundada, apresenta a concreta negação desses direitos<sup>35</sup>.

Outra questão fundamental se fixa nos baixos salários oferecidos nas categorias de base, que obrigam os treinadores a trabalharem em outros locais para complementar a renda, o que inviabiliza que o trabalho seja feito com dedicação exclusiva para o futebol. Segundo pesquisa do site Salario.com.br<sup>36</sup>, com fonte de informações o Novo CAGED, eSocial e Empregador Web, reuniu dados de 3.608 salários de profissionais admitidos e desligados por empresas no período de abril de 2021 a março de 2022. Com base nos dados apresentados, um treinador esportivo tem rendimentos de, em média, R\$ 2.930,85 no mercado de trabalho do futebol brasileiro para uma jornada de 33 horas semanais de trabalho. De acordo com as

---

<sup>35</sup> O tema será debatido no item 3.3 desta dissertação.

<sup>36</sup> <https://www.salario.com.br/profissao/treinador-esportivo-cbo-224125/>

informações do site folhabv.com.br<sup>37</sup>, que utilizou como fonte de dados uma pesquisa realizada pela plataforma CupomValido, Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Statista e Ernst & Young, afirmam que o Brasil possui 7.020 clubes registrados, e 874 clubes profissionais ativos, com maior concentração de clubes no sudeste do país, com aproximadamente 360 mil jogadores registrados, sendo que 88% dos jogadores ganham até R\$5 mil de salários. Deste total, 55% recebem até R\$ 1.100, 33% recebem entre R\$1.001 e R\$5.000, por mês, e apenas 12% recebem salários superiores a R\$5.001. Em relação à remuneração dos atletas de base, muitos deles não recebem ou ainda pagam para estarem nas categorias de base. Aqueles jogadores que obtêm algum ganho, recebem uma bolsa-auxílio como ajuda para cobrir diversos custos, visto que os jogadores na faixa etária dos 10 aos 14 anos legalmente não podem receber salário, de acordo com reportagem do site do Terra<sup>38</sup>, em sua plataforma voltada aos assuntos de finanças, direitos e renda (FDR), um jogador de base recebe em média o valor de R\$ 300 a R\$ 500 de auxílio, e ao assinarem um contrato os atletas passam a receber em torno dos R\$ 1.000. de salários. Portanto, os dados tratam de desnudar e desmistificar aquele que é mais um dos fetiches do mercado da bola, a imagem amplamente difundida, principalmente pela grande mídia com seus veículos de informação, de que a quantia recebida mensalmente pelos jogadores de futebol está dentro de uma alta faixa salarial, os dados evidenciam que os salários milionários não é uma realidade para a imensa maioria dos jogadores de futebol. De acordo com Melo et al. (2016), a realidade de salários do futebol brasileiro, na maioria dos casos, é muito discrepante em relação ao que os jovens desejam receber quando se decidem por apostar na carreira do futebol. Somado a isso, chegar ao final do processo de formação é realidade para poucos, e são raros os casos em que o sucesso de desempenho e o esforço dedicado nas categorias de base serão recompensados com grandes salários (CAVICHIOILLI et al., 2011). Diante disso, Melo et al. (2016) apontam que a realidade do futebol, além dos limitados postos de trabalho para os atletas, não oferece grandes garantias de acesso e permanência nesse mercado. Diante dessas informações, os autores questionam sobre o porquê do imenso interesse de muitos jovens em idade escolar tentarem a carreira profissional no futebol.

---

<sup>37</sup><https://folhabv.com.br/noticia/ESPORTES/Nacional/No-Brasil--55--dos-jogadores-de-futebol-ganham-1-salario-minimo/77392>

<sup>38</sup> <https://fdr.com.br/2022/01/23/copinha-quanto-ganham-os-jogadores-da-base/>



Dessa forma, os salários baixos impactam nas condições de vida dos trabalhadores da bola, em muitos casos, faz com que os treinadores tenham que buscar outras formas de complementar sua renda.

Como meu treino é só à tarde e em função da remuneração não ser uma remuneração tão boa, isso faz com que eu tenha que buscar outras fontes de renda em outros horários que não batem com os horários dos treinos do clube, eu dou aulas né, faço personal (Treinador 1).

A rotina ali, eu vou às vezes pela manhã, saio do meu outro trabalho na academia, chego no clube arrumo os materiais, separo bola, colete, aplico o treino, depois guardo e volto pro meu outro trabalho (Treinador 5).

A fragilidade na questão dos vínculos e a baixa remuneração faz com que os profissionais não consigam se dedicar integralmente à profissão de treinador assim, atuando como uma das formas de precarização do trabalho. Para Druck (2011), a precarização social do trabalho é caracterizada como um novo e um velho fenômeno que se relaciona com o fetiche da flexibilização, do qual a flexibilização passa a atuar como uma força exterior e natural, de forma que os sujeitos não teriam condições de reagir e determinar o controle sobre os processos sociais.

Na realidade brasileira, a precarização do trabalho se apresenta de diversas maneiras, entre elas estão os contratos precários sem proteção social, a intensificação da terceirização do trabalho, a extensão da jornada de trabalho, a polivalência, a imposição de metas inalcançáveis na busca de maior produtividade a qualquer custo, em muitos casos, colocam os trabalhadores em condições de insegurança no trabalho. Um importante indicador de precarização é a evolução do número de acidentes de trabalho no país, que se soma à desvalorização, à exclusão e ameaça constante de perda do emprego. Essas práticas danosas aos trabalhadores são utilizadas como estratégia de dominação no âmbito do trabalho, pois contribui para a desregulamentação das leis trabalhistas e sociais, prejudica a organização dos trabalhadores e enfraquece os sindicatos. Todos esses ataques às formas de regulamentação do trabalho acarretam na perda da identidade coletiva prejudicando a classe trabalhadora como um todo.

Mesmo que o trabalho tenha vários componentes de precarização, no dia a dia, o treinador 1 relata ter certa autonomia nas decisões de caráter técnico, como para programar e modificar a carga de treinos da semana, avaliação e dispensa de atletas.

A gente aumentou a carga horária dos treinos, isso por uma autonomia nossa da comissão (técnica), porque a gente entrou em um período de intertemporada então a gente quer aumentar cargas, a gente quer aumentar

o tempo de trabalho da parte física [...] todos os atletas que foram dispensados da categoria esse ano foi eu quem dispensou, então foi eu quem fez os feedbacks. Pra não dizer assim 100%, teve uns dois ou três atletas que o meu analista de desempenho, teve um momento que eu pedi ajuda pra uma das pessoas da minha comissão e ele deu o feedback, mas todos os outros foi eu quem comunicou o desligamento, ao mesmo tempo que a gente dá o feedback pro atleta, a gente tá sempre em contato com a coordenação também. A gente tem autonomia, mas a gente sempre conversa e discute os nomes (Treinador 1).

Mesmo com esse cenário difícil de grandes fragilidades de vínculos empregatícios, os participantes da pesquisa relatam que o trabalho é realizado de maneira integrada com diálogo entre o treinador, membros da comissão técnica e a diretoria do clube e suas decisões são respeitadas. Esse trabalho requer diversos conhecimentos diversos e específicos e os profissionais devem estar constantemente se aprimorando, se o objetivo for crescer na carreira como membro da comissão técnica dos clubes.

até pela imaturidade da época também, a intenção, preocupação não era com a formação dos atletas, o principal foco, objetivo de ter começado o trabalho nas categorias de base foi de entrar no mercado e ascender profissionalmente né, com o tempo a gente foi passando a se preocupar mais com a formação e entender um pouco mais a importância disso também, tanto para os atletas quanto para a nossa própria formação, nossa própria ascensão profissional também. Então com o passar do tempo a gente passou a entender que a nossa ascensão profissional ela passa muito por uma boa formação, por um bom processo de formação também. Então a gente começou a se preocupar muito mais com esse objetivo digamos assim (Treinador 1).

Segundo o relato, a medida que o treinador 1 foi amadurecendo e entendendo melhor a profissão, passou a notar que a ascensão profissional de treinadores nas categorias de base depende muito de uma boa formação de treinador, da mesma forma proporcionar um bom processo de formação para os atletas, no entanto, a maioria dos clubes não dispõem de boa estrutura e não oferece condições para se exercer um bom trabalho. Sobre a ascensão profissional de treinadores nas categorias de base, cada clube tem um funcionamento diferente. Geralmente, à medida que vai trocando a comissão técnica, os profissionais que porventura mudam de clube, passam a não exercer mais aquela função ou vão trabalhar em categorias maiores. Os treinadores que estão trabalhando com categorias menores são promovidos.

O preparador físico da categoria tal saiu, aí tu pula. E ao mesmo tempo tu tá de preparador físico numa categoria pequena, mas ao mesmo tempo tu é auxiliar de preparação física na categoria grande, entendeu, tu é auxiliar do preparador físico e quem trabalha com o sub-20, mas o teu emprego mesmo é na sub-12. Então é assim que tu vai experienciando coisas diferentes dentro do organograma da instituição (Treinador 2).

E a concorrência para ocupar cargos na comissão técnica dos clubes é bastante acirrada, devido à inserção massiva de ex-jogadores que, por sua experiência no campo, são bastante considerados. Assim, os clubes contam com uma quantidade considerável de treinadores que não possuem formação em Educação Física, mas que tiveram um passado como jogador. E essa vivência os credencia a ocupar o cargo de treinador de futebol. Como consequência da grande concorrência, há um achatamento salarial, devido à quantidade de trabalhadores inclinados a aceitar, sem reclamar, as condições precárias de estrutura, salários e de trabalho. E essas questões se apresentam como uma das formas de precarização do trabalho nas categorias de base do futebol. Para Antunes (2009 b), a precarização do trabalho aparece como uma tendência acentuada em função do caráter destrutivo da lógica do capital, aliando superexploração do trabalho com ampliação da intensidade e da jornada de trabalho, baixos salários. Ao mesmo tempo, há a expansão do desemprego estrutural com grande quantidade de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho que não conseguem se requalificar para reingressar, o que amplia o exército industrial de reserva.

O treinador 4 acredita que a valorização de ex-atletas ocuparem cargos de treinadores de futebol seja uma questão cultural, pois a rede de contatos que os ex-atletas fizeram ao longo de suas carreiras, as passagens como jogador por diversos clubes dão a eles maiores vantagens a ocupar cargos no mercado do futebol.

Mas o grande lance dessa inserção é porque eles conheceram, um cara que jogou conheceu muita gente, esses caras que contratam também o conhecem e acabam tendo confiança em trazê-los. Mas isso é assim, não adianta se lamentar porque existem muitos ex-jogadores que são competentes, assim como tem treinadores que não foram jogadores mas que não tem competência também. Então isso é como é feito, é uma questão cultural aqui, mas não significa que uma pessoa que não jogou profissionalmente não tenha capacidade de assumir cargos (Treinador 4).

O treinador 4 não invalida a experiência de atleta para exercer o cargo de treinador, mas discute a questão de que os conhecimentos técnicos, o esforço empreendido na formação de treinador e o estudo no futebol nem sempre são os fatores determinantes para ocupar o cargo de treinador. Para ele, na cultura do futebol os contatos realizados anteriormente, conhecer pessoas do meio do futebol, a confiança depositada pelos dirigentes exercem grande influência na hora de contratação de profissionais no mercado de treinadores de futebol, o que evidencia a

influência que os ex-atletas têm nos clubes. Os achados do estudo de Casarin e Streit (2011) confirmaram a tendência dominante nos clubes em contratar ex-jogadores de futebol para ocuparem o cargo de técnico, pois os clubes entendem que os ex-atletas possuem um capital simbólico adquirido pela experiência passada como atleta, no entanto atentam para a questão de que nem todos ex-jogadores estão capacitados para exercerem funções de treinadores, sendo necessário adquirir aprendizados para além da prática como jogador. Para Rodrigues et al. (2016), o mundo do futebol se renova constantemente, devido às novas tecnologias e à circulação cada vez mais rápida de informações, com isso a formação e a atualização contínua são importantes para os profissionais. Assim como os demais ramos da produção, o mercado da bola é impactado pela mesma dinâmica da racionalidade neoliberal no que se refere à flexibilização, precarização e descarte da força de trabalho. Para se trabalhar em clubes grandes clubes do futebol nacional, que ocupam as maiores divisões dos campeonatos estaduais e nacionais, além da necessidade de estar envolvido em um processo de constante qualificação, é requisito básico que os treinadores obtenham licenças específicas. Essas licenças, de alto custo financeiro, são expedidas para os treinadores que realizarem cursos de formação e qualificação em futebol organizados pela CBF.

- Eu tenho a licença da CBF, a licença B, mas ela é uma licença muito cara, ela é elitizada, então só que ela é também requisito para trabalhar, então é importante fazer esse movimento. [...] Na verdade quem exige são as federações, mas ainda nesse nosso nível aqui, não tá sendo exigido, justamente porque não é todos que tem acesso. Mas no futebol em nível de série A já está sendo exigido, inclusive em nível internacional também (Treinador 4).

- Foi uma iniciativa minha mesmo [fazer a licença B da CBF] na verdade assim, o clube, as pessoas do clube até de certa forma incentivam, acham legal que a gente faça, mas só nesse sentido mesmo, incentivo financeiro não teve nenhum (Treinador 1).

Os requisitos da formação em relação às licenças da CBF academy em clubes menores não são exigidas como requisitos de trabalho, no entanto nas divisões maiores, são necessárias. Mesmo sem o incentivo financeiro dos clubes, os treinadores terão que obter, angariar, reservar recursos para investir nas licenças da CBF.

Acho que o grande mérito do curso é esse ambiente de Network mesmo, que tu conhece pessoas do futebol, do meio [...] é um curso com bons professores só que com um período muito curto de formação e um valor muito caro, fora da realidade, eu já gostaria de ter feito a próxima licença mas ainda não tive a oportunidade porque o preço da licença seja o salário do ano inteiro, isso que eu acho o maior problema, ele é muito segregador,

elitizado e um curso muito curto, não é um processo continuado como é por exemplo na formação da AFA (Associação de futebol Argentina) da argentina, mas enfim, é a realidade, é como é e é algo que tu tem que ter, então quem quer dá um jeito (Treinador 4).

A fala do participante evidencia, em relação aos conteúdos, tempo de duração e a formação de treinador como um processo contínuo, entre outros, mas sabe que se um dia quiser ocupar um cargo em clubes de divisões maiores terá que obter as licenças, mesmo que seja a um preço muito fora da realidade dos salários que a maioria dos treinadores recebem no Brasil. A CBF oferece cursos para treinadores de futebol, da mesma forma para outras modalidades como Beach Soccer, Futsal, além de cursos nas áreas de Administração, Gestão e Negócios do futebol, eSports, tecnologia e inovação. Para treinadores, são oferecidos 4 cursos, as Licenças A, B, C e a Licença PRO<sup>39</sup>. A Licença C tem tempo de duração de 150 horas e custa R\$ 4.990,00, e o curso é direcionado para treinadores e professores de futebol para atuarem em escolas de iniciação para crianças e adolescentes. A Licença B, com tempo de duração de 210 horas, no valor é R\$ 7.700,00, é voltada para o trabalho de treinadores em equipes de categorias de base. A Licença A, que totaliza 270 horas, com o preço de 10.500,00, é dirigida a treinadores para atuarem em equipes profissionais de futebol. A Licença PRO tem tempo de duração de 370 horas, com o valor de R\$19.900,00, e é voltada para atuação em equipes profissionais de futebol que possibilita aos treinadores comandar equipes que atuam nas duas principais competições de futebol da América do Sul organizadas pela Conmebol (Confederação Sulamericana de Futebol), a Copa Sulamericana e a Copa Libertadores da América. Se os treinadores realizarem todas as licenças terão um gasto total de R\$ 43.090,00, sem contar que as licenças precisam ser renovadas a cada dois anos. Desta forma, essas formações para o nicho específico dos treinadores e comissões técnicas de clubes de futebol é literalmente vendida como uma qualificação necessária para se ocupar postos de trabalho em clubes que estão nas divisões maiores, funcionam como mais uma mercadoria do mercado do futebol, e fica a cargo da CBF o “monopólio das licenças”, pois é a instituição que organiza e vende esses cursos, exige, regula e fiscaliza, desta forma não sendo acessível para boa parte dos trabalhadores do futebol.

Então, o fetiche da bola esconde todo um complexo processo de precarização do trabalho no futebol e acaba sendo uma das uma violação de direitos, presente

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.cbf.com.br/cbfacademy/pt-br/sobre>

continuamente na vida desses trabalhadores, assim como na trajetória dos atletas, o que será debatido de forma aprofundada no próximo item.

### 3.3 POSIÇÃO (I)LEGAL: A VIOLAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DOS ATLETAS NO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO FUTEBOL

O mercado da bola, inscrito no âmbito das relações mercadológicas da sociedade capitalista, apresenta inúmeras contradições para além dos fetiches do sucesso e dos altos salários propagados midiaticamente. Como referido nos capítulos anteriores, os trabalhadores se inserem, desde muito jovens, no âmbito desse mercado repleto de contradições. Então, é necessário o debate de como vem se constituindo as violações e garantias de direitos para infâncias, adolescências e juventudes inscritos nessas relações.

Nesse âmbito, o presente item irá debater acerca do sistema de garantias de direitos, a partir de uma perspectiva histórica, no intuito de responder como as crianças e adolescentes no Brasil se constituíram enquanto sujeitos de direitos, assim como, evidenciar as possíveis violações de direitos dos atletas no processo de profissionalização.

Os diferentes olhares lançados pela sociedade sobre a juventude apresentam uma linha histórica que tem como marco a revolução Francesa. A tomada do poder pela burguesia e a ascensão do capitalismo, com seu modo de produção industrial que superou o antigo regime absolutista, abriu caminho para se firmar a ideia do novo, da felicidade ligada à transformação e a juventude cumpre papel importante no enaltecimento da novidade, também ligando às juventudes a ideia de revolução (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007). No Brasil, na década de 1920 valorizava-se o ingresso dos jovens na fase produtiva, de forma que o trabalho inspirava respeito e seriedade. Com isso, nessa época, a aparência, hábitos e posturas da juventude eram associadas a maturidade, com bigodes e uso de roupas escuras, por exemplo.

As percepções de juventudes passaram por um processo de muitas transformações ao longo do século XX, de forma que a maior visibilidade da categoria juventude e o entendimento do conceito de juventudes é uma construção bastante contemporânea e adquire um desenho mais próximo do que hoje conhecemos somente no período do pós segunda guerra, segunda metade do

século XX, decorrentes das mudanças sociais desse momento histórico (SCHERER, 2017). Impulsionado pelo mercado da indústria cultural dos anos 1960, que soube interpretar as potencialidades daquele momento, passa-se a pensar na cultura juvenil criando padrões estéticos ligados e direcionados ao consumo de forma ilimitada, envolvendo diversas produções como discos, filmes, roupas, programas de televisão, painéis, revistas criadas respectivamente pelas indústrias fonográfica, cinematográfica, televisiva, da moda e editorial (CORDEIRO, 2008).

Valenzuela (2015) evidencia o papel dos meios de comunicação de massa em determinar estilos de vida exitosos ligados à ideia de consumo, difíceis de serem alcançados pelos jovens. Esse ideal estético, reificado das sociedades de consumo, se apresenta como um paradigma de tudo aquilo que é desejável possuir na forma de mercadorias, passando a tratar o jovem como um consumidor em potencial com mercado específico, aumentando as desigualdades, gerando o acirramento das diferenças e muitas frustrações para aqueles que não tem condições financeiras para sustentar esse padrão de consumo ostentatório (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007). Somado a isso, o capitalismo moderno coloca sobre a juventude uma lógica cultural com pilares alicerçados em uma sociedade de imagens, para que o jovem se sinta “livre” para consumir e desejar, independente da classe social à qual ele pertença. No entanto, a produção das subjetividades, as maneiras de ser, de estar, de agir, de pensar e de sentir são colonizadas e estão dentro dos marcos do capitalismo (CORDEIRO, 2008).

Para Scherer (2020), é por meio das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do século XX que surge a construção social da juventude, e essas mudanças são resultantes das relações entre capital e trabalho, que tem por objetivo a ampliação das taxas de lucro para o grande capital. Ainda a respeito das representações atribuídas à juventude, Dayrell (2003) evidencia que muitas vezes se cria uma imagem do que é ser jovem enfatizando algumas características que não consideram os sujeitos em sua totalidade, como a dita condição de transitoriedade, na qual o jovem seria um “vir a ser”, colocando a juventude como uma etapa, momento de preparação para se chegar na fase adulta, que muitas vezes acaba por negar o que o jovem vive no presente, ou ainda, colocar a juventude como um momento de crise. São esses alguns dos estereótipos negativos socialmente construídos sobre a juventude.

Para Groppo (2016), as juventudes são vistas como elemento estruturante das sociedades modernas e adquirem status de uma categoria social que deriva da interpretação sociocultural dos significados da puberdade, contrapondo a ideia de uma característica biológica natural do indivíduo e para se analisar as juventudes concretas, é necessário fazer uma intersecção com outras categorias sociais e condicionantes históricos.

Mesmo compreendendo a juventude como uma construção social, existe a necessidade, especialmente no âmbito normativo, de estabelecer uma faixa etária para esse segmento social. Toma-se como referência a idade que vai dos 15 aos 29 anos, como consta na Lei 12.852/2013, também conhecida como Estatuto da Juventude (2013).

O Estatuto da Juventude se constitui como um importante marco na luta para todos os jovens brasileiros, isso porque, além de indicar uma série de direitos que esse segmento social possui, reconhece legalmente a necessidade de ações específicas para sujeitos de 15 até 29 anos” (SCHERER, 2018, p. 64).

Segundo Esteves e Abramovay (2007), a mudança de idade da juventude, que passou dos 25 anos para 29 anos, se deve à maior permanência dos jovens no sistema educacional e às dificuldades dos jovens para entrar no mercado de trabalho, ou seja, de obter maior autonomia financeira e independência de suas famílias. Assim, a construção de um conceito de juventude deve levar em consideração outras questões que ultrapassem o entendimento de juventude como uma fase de vida entre a infância e a maturidade, ou ainda concepções calcadas no desenvolvimento biológico.

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social (DAYRELL, 2003, p.42).

Essa noção de juventude deixa explícito que existem juventudes, e que sua concepção é diversa e plural e que não deve ser tomada de forma homogênea. “Atualmente há uma clareza de que não é apenas a questão etária que define o que é a juventude, mas, sobretudo as suas características sociais, históricas e culturais” (PERONDI; VIEIRA, 2018, p. 51). Assim, a juventude é entendida como uma construção social que tem incidências etárias, porém o olhar para a juventude não deve ser visto sob uma ótica que leva em conta apenas as determinações de idade.



Para Esteves e Abramovay (2007), o conceito de juventude é bastante diverso e tem relação com as múltiplas formas dos jovens em ser e estar no mundo, o que vai ao encontro das ideias de Dayrell (2003) e Groppo (2016).

Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc (ESTEVES: ABRAMOVAY, 2007, p.21).

Além disso, Dayrell (2003) trata os jovens enquanto sujeitos sociais e como sujeitos de direitos e entende a juventude como parte de um amplo processo que é influenciado pelo meio social e pelas trocas realizadas no cotidiano, portanto, têm especificidades que fazem parte da vida de cada indivíduo. Dentro desse mesmo movimento, se constrói uma ideia de juventude associada à periculosidade e deve ser motivo de vigilância e intervenção por parte do poder público. Existe uma preocupação constante com a juventude, relacionada com a “delinquência” e/ou promiscuidade juvenil das classes trabalhadoras, que se produziu a partir do processo de industrialização e urbanização, nas sociedades modernas e contemporâneas, iniciado no final do século XVIII e em todo o século XIX, que começou na europa e se alastrou para todo o mundo. Desta forma, a juventude é tratada como uma “questão pública” (GROPPO, 2016).

Essa forma de entender a juventude é atravessada por influências culturais e necessidades sociais e econômicas. Como é o caso da influência exercida pelos meios de comunicação de massa, que apresentam os fatos violentos colocando sobre a juventude o rótulo da delinquência, estereótipo negativo ligado à violência, marginalidade, principalmente sobre a juventude pobre. E quando se trata da defesa da propriedade privada, impera o discurso da verdade e da lei, e as medidas jurídicas adotadas são severas contra todos aqueles que vão de encontro à ordem vigente, ou ainda, quando a juventude se questiona e pensa sobre a situação em que vive é reduzida ao silêncio. Muitas vezes, a forma encontrada de manifestação por parte desses jovens são os atos de revolta (SALES, 2005). Diante dessa sociedade que culpabiliza e estereotipa a juventude pobre, os jovens demoraram muitos anos para serem vistos como sujeitos de direitos e terem seus direitos reconhecidos juridicamente. De acordo com Azambuja (2018), os primeiros documentos que apontam para a necessidade de proteção à infância foi a Declaração de Genebra, em 1924. A juventude centrava-se na infância e na

adolescência e como uma das primeiras formas de se poder pensar em juventude foi na perspectiva de proteção à infância. A referida declaração abriu caminho para outros avanços, como o direito a cuidados e à assistência especial à infância, proclamado por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em 1948, e os Pactos Internacionais de Direitos Humanos do final da década de oitenta.

No Brasil, o entendimento de que os jovens são sujeitos de direitos ainda é recente e não passa ileso pelos muitos anos em que vigoraram para a juventude o paradigma menorista do código de menores de 1927. Este código tratava as crianças e adolescentes sob a tutela do estado como “criança em situação irregular”, e com isso, os menores de 18 anos que sofriam com a situação de abandono e os considerados “delinquentes” eram tratados como um problema e uma ameaça para a sociedade. “Com a criação do Código de Menores, a infância e a juventude passariam a ser bens jurídicos tutelados pela lei brasileira” (CUNHA, 2016, p. 14). Nesse momento histórico, a juventude, resultado das diversas expressões da questão social, é tratada como um problema do qual a justiça deve se encarregar.

Essa mudança normativa do código de menores implica diretamente nas políticas públicas desse período. Isso pode ser evidenciado com a criação do SAM (Serviço de assistência a menores), em 1941, que se utilizava da internação para “solucionar” os problemas relacionados à correção, à educação e à assistência psicopedagógica. Esse serviço foi extinto devido às muitas denúncias de violência e maus-tratos e foi “substituído”, no governo militar de 1964, pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e pelas Fundações de Bem-Estar do Menor (FEBENs) nos Estados e Municípios, sem mudar o paradigma menorista. E é nesse momento que se funda a ideia de periculosidade relacionada à infância pobre, que é tratada de forma diferente daquelas crianças e adolescentes com a mesma faixa etária que tem família (AZAMBUJA, 2018). A ideia principal do código de menores de 1979, assim como sua primeira versão de 1927, foi utilizar dispositivos legais para ter o controle sobre as crianças e adolescentes que sofriam de abandono, tivessem cometido algum tipo de ato infracional, ficando conhecida como a doutrina da situação irregular. Se a família fosse julgada incapaz de cuidar e de proteger seus filhos, era destituída do poder familiar por parte do estado e as crianças e adolescentes encaminhados para instituições de encarceramento, como a extinta FUNABEM (Fundação de Bem-Estar do Menor), e não havia a exigência das

decisões tomadas pelos juízes terem uma fundamentação mais rigorosa ou ainda de ampla defesa (AZAMBUJA, 2018).

Somente com a Constituição Federal (1988) e posteriormente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as crianças passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos. Com isso, se criam instrumentos como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Conanda), Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança, Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase e a Política Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (WOLFF, 2018). Essas instâncias auxiliaram na construção de direitos, assim como no estabelecimento de medidas protetivas para a infância e adolescência.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, posteriormente, do Estatuto da Juventude (2013), dois documentos de base legal do sistema de proteção social, só foi viabilizada mediante ação e lutas dos movimentos sociais em prol da juventude e da legitimação legal da juventude como sujeitos de direitos. O reconhecimento da juventude enquanto sujeitos no contexto internacional corroborou para a criação do Estatuto da Juventude (SCHERER, 2018). O sistema de garantia de direitos para a infância e adolescência tem como principais referências duas legislações, a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e são direcionadas para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade. A construção de um sistema de garantia de direitos para as juventudes na faixa etária de 15 até 29 anos tem como marco legal o Estatuto da Juventude (2013).

A partir do ano de 2004, se instituiu o Grupo Interministerial vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) e, como resultado das ações desse grupo, foi encaminhado o projeto de lei (PL nº 4.530/2004) com tema central para a criação de um Plano Nacional de Juventude fomentando maior visibilidade nas políticas públicas específicas para esse segmento.

Em 2005, é criada a Secretaria Nacional de Juventude que tem a função de articular, no âmbito federal, todos os programas e projetos destinados aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, e o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, que tem como atribuições formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, elaborar estudos e pesquisas em relação à realidade socioeconômica dos jovens e incentivar e propor intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais (BRASIL, 2005).

Ainda no mesmo ano de 2005, passa a vigorar a Política Nacional de Juventude – PJN, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude, porém com uma perspectiva de trabalho intersetorial e interministerial, representando um importante avanço na perspectiva do estabelecimento de políticas públicas específicas e para garantir os direitos para esse segmento (SCHERER, 2018). As duas principais questões da atual Política Nacional de Juventudes são a educação e a inserção no mundo do trabalho, de forma que o trabalho e educação aparecem com grande destaque nas conferências nacionais de juventude. E isso ocorre devido à construção do jovem como sujeito que precisa ser capacitado para o “mundo adulto” por meio da preparação para o mercado de trabalho (SCHERER, 2017). No entanto, pouco se questiona em relação ao trabalho ao qual a juventude é submetida, que, em muitos casos, são postos de trabalhos precarizados e flexíveis ou ainda, se justifica a entrada no mercado de trabalho como uma ação de proteção social. E somente após muitas mobilizações, foi aprovado o projeto de Emenda Constitucional nº 65, de 2010, que acrescentou o termo jovem na Constituição Federal (1988), como consta no Artigo 227.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2010).

O artigo acima citado indica que a criança, o adolescente e o jovem são cidadãos e sujeitos de direitos universais e singulares, assim o estado e a sociedade têm como uma de suas responsabilidades garantir os direitos sociais para esse segmento de forma prioritária, no intuito de assegurar o pleno desenvolvimento da infância e da adolescência e que sejam mais protegidos.

A juventude é caracterizada por ser um grupo social heterogêneo. É um período da vida no qual os jovens vivenciam diversas transformações e é entendida como uma construção social, no entanto, ainda recai sobre a juventude as representações calcadas numa definição etária, vista como uma condição de transitoriedade, momento de preparação para a fase adulta e que serve como uma preparação para a entrada no mundo do trabalho, entre estereótipos negativos. Nesse sentido, as legislações protetivas direcionadas para crianças, adolescentes e jovens cumprem um papel importante para que esse segmento tenha seus direitos garantidos, e os jovens sejam reconhecidos como sujeitos de direitos. Porém, para a

materialização concreta na realidade e na vida desses sujeitos, é necessário que a legislação sirva de base para a criação de ações concretas. Portanto, a base legal é fundamental para legitimar as juventudes como sujeitos de direitos, assim como para a materialização desses direitos no plano real, com a construção de políticas públicas para esses segmentos sociais. E os jovens inseridos no mercado da bola não podem ser considerados distantes desse sistema de garantia de direitos.

No âmbito dessas políticas públicas, observa-se que poucas legislações se debruçam, de forma específica, sobre os jovens inseridos no mercado do futebol. As leis e documentos incluídos intencionalmente em relação ao trabalho de jovens, e mais especificamente proteção social aos jovens jogadores de futebol formam a Constituição federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, o Estatuto da Juventude (2013), a Lei de adoção (2017) e o Decreto Nº 9.306, de 15 de março de 2018.

Na Constituição federal (1988), não aparece nenhuma especificação em relação à proteção social aos jovens jogadores de futebol, no entanto garante de forma geral alguns direitos fundamentais, tais como Art. 5º, que afirma que todos os brasileiros e os estrangeiros residentes no país são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, de forma que ninguém será submetido a torturas nem a tratamento desumano ou degradante, são assegurados a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas. No Art. 6º, são reconhecidos como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), de forma geral, ratifica alguns direitos que constam na Constituição Federal (1988). Em seu Art. 4º, coloca que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O Art. 54 deixa evidente que é dever do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) destinou um capítulo específico em relação ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Em seu artigo 60, qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade é proibido, a não ser que seja na condição de aprendiz. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) representa um importante avanço para o segmento das juventudes no que diz respeito à concessão e garantia de direitos em relação à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, colocando como prioridade a proteção integral destinada para aqueles que estão na condição de desenvolvimento sejam eles físico, psíquico, moral, social, entre outros, prevendo ações e punições para que as crianças e adolescentes não sejam vítimas de negligência, maus tratos, assim como outras diversas formas de violência. Isso foi um marco legal determinante para avançar na afirmação dos direitos da infância e adolescência no Brasil, contribuindo para sua maior visibilidade.

O Estatuto da Juventude (2013), legislação que versa especificamente em relação aos segmentos das juventudes, dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Estabelece que são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade, assim estabelecendo os marcos legais para o reconhecimento à juventude entre 18 e 29 anos como sujeito de direitos que necessitam de políticas públicas específicas, ampliando as ações para além da faixa etária estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), crianças e adolescentes até os 18 anos de idade. Em seu art. 15. prevê ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização ofertando formas e modalidades de ensino em horários que permita conciliar a frequência escolar com o trabalho regular e agir de forma preventiva e repressiva em casos de exploração e precarização do trabalho juvenil. O Estatuto da Juventude tem uma seção que versa sobre o direito ao esporte e ao lazer. A seção VIII é bastante curta, com apenas 3 artigos, sem grandes especificações. O art. 28. diz que o jovem tem direito à prática desportiva e deve priorizar o esporte de participação. O art. 29. indica que a política pública de esporte e lazer destinada ao jovem deverá considerar a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte. E o art 30 aponta que as escolas deverão buscar ao menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas. Sendo assim, o esporte e o lazer podem contribuir de forma importante para a formação integral

dos jovens, principalmente para os que estão na condição de sujeitos em desenvolvimento, podendo proporcionar saúde, bem-estar físico e mental (Lopes; Barcelaz, 2019). Da mesma forma os autores defendem que todas as crianças e adolescentes possam ter acesso à prática dos mais diversos tipo de esportes, seja por meio do convívio social no ambiente escolar ou em praças e parques, caso contrário a prática esportiva pode ficar restrita apenas para os atletas profissionais ou pessoas com alto poder aquisitivo que podem proporcionar aos seus filhos ambientes privados como condomínios residenciais, clubes privados, escolas e aulas particulares. Para uma maior democratização da prática esportiva, é necessário ampliar as políticas públicas do esporte e do lazer.

Em relação ao futebol, a única documentação analisada que trata desse esporte de forma específica é a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, mais conhecida como a Lei Pelé, em alusão a Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, maior jogador de futebol de todos os tempos. A lei foi formulada quando ele era ministro do Esporte e presidente do Conselho do INDESP (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto), cargo e ministério hoje extintos. A Lei Pelé versa sobre diversas questões específicas do futebol no que tange à proteção social para adolescentes e jovens, no que diz respeito à sua inserção no mercado do futebol. Em seu Art. 3, classifica o desporto em três modalidades: o desporto educacional, o desporto de participação e o desporto rendimento. Seu Art. 26, parágrafo único, considera competição profissional aquela aquela promovida para obter renda e é disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de contrato de trabalho desportivo. O Art. 28. caracteriza a atividade do atleta profissional como aquela que é remunerada e pactua em um contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva. Em relação a esses acordos combinados com os clubes, a atividade profissional do atleta é acertada mediante contrato especial de trabalho desportivo. No artigo 29 da Lei Pelé, a entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com ele, a partir de 16 (dezesesseis) anos de idade, o primeiro contrato especial de trabalho desportivo, cujo prazo não poderá ser superior a 5 (cinco) anos. Como já salientado, a Lei Pelé extinguiu a “Lei do passe” que, de certa maneira, “aprisionava” os atletas aos clubes, pois os atletas continuavam vinculados aos clubes mesmo depois de seus contratos já tivessem sido encerrados, assim muitas transações eram dificultadas. Com a instituição da lei

Pelé, as transferências passaram a ser bem mais frequentes, o que acabou abrindo caminho para a ação dos agentes e empresários no futebol.

A Lei Pelé entrou em vigor em 1998, porém o impacto da lei teve maiores reflexos a partir dos anos 2000, os clubes diminuíram seu poder sobre os atletas, já que somente com o contrato especial de trabalho assinado os clubes puderam negociar ou impedir transferências. Esse fato representou um avanço em relação à legislação anterior, pois possibilitou aos jogadores negociar diretamente com os clubes melhores contratos, com remuneração maior que a oferecida anteriormente, mais facilidade de se transferir para um clube de fora do país, entre outras questões. Desta forma, os jogadores passaram a estar vinculados aos empresários da bola. Esses agentes fazem a gestão da carreira do atleta e, em muitos casos, decidem diversas questões sobre a vida desses jovens, muitas vezes, sem levar em consideração a legislação protetiva, ou ainda, colocam os atletas em risco de violação de direitos .

Em relação aos clubes, ainda no mesmo artigo 29 da lei Pelé, é estabelecido que, para que o clube seja considerado como a entidade de prática desportiva formadora de atleta, deve-se satisfazer alguns requisitos legais, dentre essas obrigações os clubes devem cumprir a legislação protetiva, como consta no § 2º da referida lei, I - fornecer programas de treinamento aos atletas nas categorias de base e complementação educacional, II - c) garantir assistência educacional, psicológica, médica e odontológica, assim como alimentação, transporte e convivência familiar, manter alojamento e instalações desportivas adequados, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade, f) ajustar o tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta, não superior a 4 (quatro) horas por dia, aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, além de propiciar-lhe a matrícula escolar, com exigência de frequência e satisfatório aproveitamento. A lei exige que alguns deveres sejam respeitados para os clubes sejam classificados como uma entidade formadora de atletas, da mesma forma para os atletas profissionais. O Art. 34. estabelece que as entidades de prática desportiva empregadora devem porcionar aos atletas profissionais as condições necessárias à participação nas competições desportivas, treinos e outras atividades preparatórias ou instrumentais, da mesma forma, fica a cargo das entidades e clubes formadores a responsabilidade de responder e garantir legalmente em relação ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à convivência familiar e comunitária entre outros, já



estabelecidos em legislações anteriores como a Constituição Federal (1988) aos jovens que estão no caminho da profissionalização no futebol, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, posteriormente a promulgação da Lei Pelé (1998). O Estatuto da Juventude (2013) não aborda de forma específica o tema dos jogadores de futebol, entretanto é um importante documento que trata da proteção social de uma maneira ampliada para a juventude.

A Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, se caracteriza por definir algumas diretrizes sobre o trabalho para a juventude de forma que admite que os adolescentes podem começar a trabalhar somente a partir dos 16 anos e, com 14 anos de idade, pode iniciar atividades como aprendiz. Já a Lei de adoção (2017), diz respeito às discussões sobre a questão da convivência familiar e comunitária. O Decreto Nº 9.306, de 15 de março de 2018, não trata do tema da proteção social aos jovens jogadores de futebol. Embora as legislações citadas considerem os jovens como sujeitos em desenvolvimento e protegidos por tais bases legais, a única menção feita ao esporte aparece no Decreto Nº 9.306, de 15 de março de 2018 e é colocada de maneira geral, como consta no seu art. 8 em que o esporte e o lazer serão organizados como um dos eixos prioritários de discussão dentro do Plano Nacional de Juventude (PNJ).

A análise de tais documentos demonstram que a legislação traz elementos em relação à garantia, por parte dos clubes, de assistência educacional, psicológica, médica e odontológica, alimentação, higiene, segurança, salubridade, exigência de frequência e aproveitamento escolar satisfatório aos atletas das categorias de base no caminho da profissionalização, principalmente com a Lei Pelé. No entanto, na realidade prática brasileira, são inúmeros os registros de casos de violação de direitos para infâncias, adolescências e juventudes em todo o país, sendo que tais violações também são percebidas quando analisadas as trajetórias dos jovens no caminho da profissionalização no futebol, desta forma se faz necessário maior fiscalização por parte do sistema de proteção social da infância e da juventude na figura dos órgãos de do poder público, no intuito de garantir direitos e proteger as juventudes.

Na lógica de funcionamento da sociabilidade capitalista, a descartabilidade é um elemento presente em vários ramos de trabalho e setores da economia. No mercado do futebol, não é diferente. Grandes expectativas são depositadas, por parte dos jovens e suas famílias, de uma mudança social, ganho de salários altos

entre outros, a partir de uma carreira exitosa no futebol. Essa lógica da descartabilidade mostra-se como um processo naturalizado, atribuído, unicamente, ao jovem e ao seu "esforço" a responsabilidade pelo sucesso, sendo que, como demonstrado anteriormente, impacta profundamente na saúde mental e física desse segmento social que sonha em ser jogadores profissionais no mercado do futebol.

De modo geral, realidade mais comum para a maioria dos jovens inicia desde muito cedo como uma espécie de funil que vai ficando cada vez menor. À medida em que os jovens vão subindo de categoria, aumenta a competitividade e a concorrência, com isso são selecionados alguns poucos jogadores entendido como sendo os melhores ao final do processo, pois não há lugar para todos, que é uma das explicações para que a imensa maioria dos jogadores de futebol não consiga chegar ao futebol profissional.

Porque tem um funil natural. Tu vai pegar a estrutura de um clube, um certo clube, tem sub-10, sub-11, sub-12, sub-13, sub-14 e sub-15, aí chega lá no topo dessa pirâmide aí vamos dizer assim, e tem lá os 30 jogadores no profissional. No próximo ano tem mais uma turma chegando, mais uma turma chegando, realmente não tem espaço pra todo mundo, realmente afunila bastante, então acho que o grande fator do jogador não conseguir se profissionalizar para quem entra na formação é o funil que é o profissional (Treinador 2).

Chega uma idade a partir dos 15 anos vai passando a virar competição, equipes competitivas e vai havendo um processo de exclusão onde tu vai ficando pra trás caso tu não esteja entre os 30 melhores e aí tu vai sendo dispensado do clube porque não existe mais um espaço lúdico e passa a ser um espaço de competição e aí vão sendo excluídos alguns jogadores que não vão atingindo essa necessidade que o clube tem de criar os jogadores promissores (Treinador 4).

A descartabilidade é tratada com naturalidade, em um processo contínuo de exclusão em que a competitividade, os resultados e o desempenho vão definindo quem se mantém nessa trajetória. A imensa maioria dos casos de descartabilidade não aparece na grande mídia. Simplesmente, os treinadores, membros da comissão técnica, dão feedbacks, conversam, explicam, sinalizam aos atletas os pontos onde devem melhorar e os motivos pelos quais estão sendo desligados ou apenas comunicam o desligamento. Porém, alguns casos chamam a atenção e são noticiados. Podemos citar a trajetória percorrida por Jean Chera, das categorias de base até chegar no futebol profissional, conforme a reportagem de 21/05/2015 do [globoesporte.com](http://globoesporte.com)<sup>40</sup>, que muito jovem e em poucos anos passou de uma aposta futura do futebol nacional, da qual se esperava muito, ao descarte pelo mercado da

---

<sup>40</sup><http://globoesporte.globo.com/mt/futebol/times/cuiaba/noticia/2015/05/com- apenas-41-minutos-em-campo-jean-chera-e-dispensado-do-cuiaba.html>

bola após passagem por diversos clubes. Jean, no ano de 2006, então com dez anos de idade, ganhava dez mil reais de salário no Santos Futebol Clube, agremiação que eternizou Pelé como o “rei” do futebol. À época, junto com Neymar e Gabigol, era como uma grande promessa do futebol brasileiro e teve repercussão nacional, com direito a uma reportagem especial na maior rede de televisão da mídia brasileira. Na matéria do programa de televisão Globo Repórter, é dito que Jean sustentava a família aos dez anos, e que seu pai exerce a função de empresário.

No futebol, é muito comum a figura do pai empresário que cuida da carreira de seu filho, da mesma forma, outros tantos parentes próximos passam a gerenciar os interesses legais de seus familiares atletas. A exemplo disso, temos o agente e pai de Neymar, atual camisa 10 da seleção brasileira de futebol. No entanto, Jean, depois de um desacordo na renovação de contrato, ainda menor de idade, saiu do Santos. Logo após não firmar contrato com o clube da Vila Belmiro, o jovem peregrinou pelas categorias de base de muitos clubes nacionais de grande porte como Flamengo, Cruzeiro, Atlético Paranaense e clubes internacionais, como o Genoa da Itália, entre outros. Depois de passagens apagadas por esses clubes, Jean conseguiu se profissionalizar como jogador, mas não confirmou a expectativa criada sobre ele. E aos dezenove anos de idade estava tentando recomeçar na carreira de jogador de futebol no Cuiabá, clube que leva o nome da capital do estado de Mato Grosso, que naquele momento, em 2015, estava na terceira divisão do futebol nacional. Com apenas 41 minutos em campo, o jogador foi dispensado do clube quatro meses após sua chegada. Algum tempo depois acabou se “aposentando” do futebol profissional aos 22 anos de idade. Mesmo com uma carreira curtíssima, Jean obteve ganhos financeiros, e seu pai empresário pôde investir dinheiro em outros ramos da economia, mas não é o caso da imensa maioria que fica pelo caminho e nem chega a se tornar profissional.

Outra reportagem do programa Globo Repórter, de 06/09/11, intitulada “Tudo Pelo Futebol”, desmistifica a situação da maioria dos jogadores e clubes de futebol no Brasil ao evidenciar o “outro lado da moeda do futebol” que muitas vezes é invisibilizado. A reportagem conta a história de nove meninos que saíram do interior do Maranhão com o objetivo de conquistar vaga no São Bernardo, Clube do ABC Paulista. Dos nove, seis estavam usando documentos falsos. Com isso, a justiça determinou o regresso de todos os maranhenses para sua terra natal, e o suposto “agente”, por quem foram trazidos, foi indiciado por corrupção de crianças e

adolescentes. No mesmo programa, os repórteres acompanharam a realidade nos bastidores de alguns momentos decisivos que antecederam a subida de uma equipe do interior do Rio de Janeiro para a segunda divisão do Campeonato Carioca. Na ocasião, o clube estava sem pagar os salários. Então, os jogadores vendiam rifas, pediam auxílio no comércio local para comer, muitos deles moravam na casa do técnico dividindo espaço com outros doze atletas, o que deixa clara a precariedade que é a realidade dos clubes menores e da maioria dos atletas e clubes do Brasil.

Em outra reportagem, dessa vez da Agência Brasil, do dia 30/07/2018, com o nome de “Tráfico humano: crime começa com promessa de realização de sonhos”<sup>41</sup>, o destaque vai para o crime de tráfico de pessoas, em que os aliciadores prometem ofertas vantajosas de se tornar jogador de futebol, oportunidade de emprego, melhoria de vida, chance de seguir a carreira de modelo e outras promessas, no entanto a real intenção é de que essas pessoas sejam usadas para a exploração de sua mão de obra e exploração sexual. As maiores vítimas são jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, com baixa instrução. No entanto, a ocorrência de violações de direitos são transversais às diversas trajetórias juvenis, e não são raros os casos de formas de violência por parte de alguns agentes que tentam se aproveitar desse desejo dos jovens de realizar o sonho de se tornar jogador.

Uma evidência encontrada nas entrevistas foi em relação a violência sexual sofrida por um dos entrevistados.

Daí quando deu a pandemia um dos empresários me mandou mensagem perguntando: “tu quer ser jogador?”, “eu quero ser jogador né, é meu sonho”, “então tu faz isso daí”[...] pedir fotos sensuais, essas coisas. Quando ele falou tu faz isso, uma coisa que ia baixar muito meu caráter sabe, fazer umas coisas que é muito inapropriada, uma pessoa da tua mesma sexualidade te pedir isso, daí eu falei: “Não, eu não quero mais ser jogador” [...] era uma pessoa que entrou no clube, eu não tenho empresário, e daí foi quando eu falei: “não, isso aí não é pra mim. Eu não vou fazer isso, eu jogo bem, mas eu não vou fazer essas coisas, a esperança que eu tinha de virar jogador baixou para a desistência.” (Jogador 6).

Mesmo que o jogador em questão não tenha aceitado enviar fotos sensuais, a situação se configura como uma violência sexual. Desta forma, violência sexual é entendida como a utilização de crianças e adolescente com a intenção de satisfazer qualquer tipo de desejo ou finalidade sexual de adultos e adolescentes mais velhos, mesmo que não tenha havido contato físico ou a prática de ato sexual, basta que a vítima seja exposta a qualquer tipo de situações que envolvam conteúdo sexual,

---

<sup>41</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-07/trafico-humano-crime-comeca-com-promessa-de-realizacao-de-sonhos>

pornográfico, o que inclui uma série de práticas como por exemplo, pedir, enviar ou receber fotos e vídeos de partes íntimas de crianças ou adolescentes, conversar com crianças e adolescentes sobre relações sexuais, com o interesse de despertar a curiosidade para a realização do ato sexual, mostrar partes íntimas ou, fazer e induzir a criança ou adolescente a ver um adulto sem roupa, fazer sexo na presença de criança ou adolescente, entre muitos outros atos se configuram enquanto violação sexual (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

Em relação ao mercado da bola, seja nas categorias de base ou mesmo no futebol profissional, alguns atletas vivenciam e sofrem violência sexual. De forma que o fetichismo desse mercado, com a promessa de algum tipo recompensa, faz com que, por diversos motivos, muitos jovens não consigam perceber ou interpretar essas situações como um abuso, como uma violência e, a exemplo do caso específico, faz com que os jogadores desistam da carreira no futebol. Tais fatos exigem maior atenção dos órgãos de proteção da criança e do adolescente no intuito de evitar possíveis episódios de violência de qualquer natureza. A Constituição Federal (1988), no Art. 227, coloca como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Estatuto da juventude (2013), em seu Art. 37., garante que todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental.

Outro caso bastante emblemático de violação de direitos do último período, que ganhou bastante repercussão na grande mídia, foi o incêndio no alojamento que abrigava os atletas das categoria de base do Clube de Regatas Flamengo, um dos maiores do país, com maior número de torcedores do Brasil, que em 2019 foi campeão da Libertadores da América. Com esse acontecimento desastroso, ficou evidente que até mesmo os grandes clubes do país com muitos recursos, muitas vezes, não apresentam a preocupação sobre a estrutura e a responsabilização necessária para a formação dos adolescentes e jovens. O incêndio nas dependências do Flamengo acabou com a morte de dez adolescentes entre quatorze e dezesseis anos de idade e deixou mais três feridos, um em estado grave no ano de 2019, na conhecida tragédia do Ninho do Urubu. De forma que, um ano

após o desastre, as famílias das vítimas ainda estão lutando na justiça para tentar fazer um acordo e receber alguma indenização por essas perdas irreparáveis. Segundo a notícia do globoesporte<sup>42</sup>, as famílias reclamam da falta de diálogo com o clube e, segundo elas, o Flamengo trata a morte dos adolescentes como despesa.

As condições de trabalho oferecidas pela maioria dos clubes, com a precariedade na estrutura de trabalho, salários baixos, flexibilização dos contratos, aparecem na realidade prática como algumas das violações de direitos que acabam por impactar nas condições de vida dos trabalhadores da bola. Como debatido no item 3.2, nem todas as violações de direitos têm final trágico. Como já exposto, a lógica do descarte, que é uma questão estrutural, se mostra também como um contexto violador. Ao longo do caminho da profissionalização, os atletas convivem com a pressão pelo resultado, performance, aprendem a lidar com o sucesso e fracasso, são obrigados a assumir grande responsabilidade entre outros atributos. Da mesma forma, vão adquirindo maior noção do funcionamento desse mercado e entendendo que ele oferece poucas boas oportunidades de inserção comparado com o que se imagina, ao mesmo tempo em que esse contexto carrega enorme componente de precarização do trabalho. Todas essas situações acabam por afetar a saúde mental e por contribuir para maior adoecimento psíquico dos jovens atletas.

Nas falas dos entrevistados, emergiram diversas situações de violação de direitos, algumas delas chamam bastante a atenção por serem graves, e em alguns casos serem tratadas de forma naturalizada, como mais um obstáculo para aqueles que desejam atingir o sonho de se tornar atleta profissional.

- Eu sempre quis jogar futebol, então eu era gordinho e dava pra ver que eles não queriam que eu fosse utilizado, então quando eu fui entrar numa partida de futebol acabou o jogo bem na hora que eu entrei, e daí depois daquele jogo meu pai foi tirar satisfação e daí o cara disse que me podia tirar do futebol que eu não ia ser jogador e daí o meu pai ficou sentido, só que não contou pra mim [...] então eu comecei a treinar com meu pai e daí corria no campo e aí bah, meu pai me mandando, imagina, eu ficava muito bravo, eu chorava, então eu treinei com meu pai assim direto eu emagreci e fui jogar um campeonato com um outro time, a gente foi pra final e foi campeão e eu fui destaque na final jogando de zagueiro e o treinador que tinha mandado eu parar de jogar bola tava na arquibancada vendo. Então o futebol tem essas partes boas e foi assim que aconteceu o começo da minha história de futebol (Jogador 6).

A fala acima revela o estereótipo de preconceito, devido ao padrão de corpo ideal relacionado à performance, o que muitas vezes é disfarçado de preocupação

---

<sup>42</sup><https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/um-ano-apos-tragedia-no-nin-ho-familias-reclamam-da-falta-de-dialogo-flamengo-ve-como-despesa.ghtml>

com a saúde, com o corpo saudável, entre outros. Segundo Paim e Kovaleski (2020), a gordofobia é uma opressão estrutural na sociedade materializada na estigmatização, desvalorização e preconceito com pessoas gordas devido à sua aparência estética. Com isso, o imaginário social é envolto em uma concepção de corpo ideal e cercada de discriminação e (pré) julgamentos gordofóbicos de que a pessoa gorda seria incapaz, fracassada, descuidada, deprimida, descontrolada, visto como um corpo sedentário, preguiçoso impossibilitado de realizar atividades físicas entre outros tipos de estigmatizações. Nesse caso específico, a gordofobia colocou sobre o jovem, ainda quando criança, a preocupação, a desconfiança e o medo da exclusão, simplesmente pelo fato de possuir padrão estético não compatível com o que aquele treinador entendia como o de um jogador de futebol, o que provocou na família e posteriormente no entrevistado grande indignação. O episódio específico serviu de combustível para o atleta seguir focado e determinado no percurso e provar que tem condições de se profissionalizar, mas nem todos os casos terminam com o mesmo desfecho. De antemão, muitos jovens são excluídos e não chegam nem perto de se tornar um jogador profissional de futebol, mas a questão que se apresenta nitidamente diz respeito às mais diversas situações de intolerância, preconceito sobre a forma física e descontentamento com seu próprio corpo que os jovens podem passar no caminho da profissionalização e nem sempre o final é feliz. Não descolado a isso, outras formas de preconceito e violação de direitos são reproduzidas como homofobia, racismo entre outras, típicas de uma sociedade que busca a "prodronização", sem dar espaço à diversidade humana que se reflete no mercado do futebol.

A busca do sonho da profissionalização, a procura de melhores condições de trabalho, de melhores salários e as dispensas dos clubes, entre outros casos, levam os jovens a trocar de clubes diversas vezes e com isso, em alguns casos, passam a residir longe da família ou de pessoas que tenham algum tipo de vínculo, em cidades em que não conhecem ninguém.

Quando a gente veio pra Porto Alegre eles vieram junto, isso em 2011, mas após isso, eu fui agora para Sergipe na última vez, no nordeste, mas antes disso também eu fui pra Portugal estive lá no Académica de Coimbra e foi um período assim onde eu estive sozinho, mas graças a Deus consegui lidar bastante. Claro que tem a questão da saudade, já liga com aquilo que a gente tinha falado antes sobre a família estar ajudando, tendo aquele respaldo, então acho que isso foi bem importante pra eu poder ter esse período de adaptação em um lugar sozinho e hoje eu já me acostumei bastante com isso (jogador 6).

A constante rotatividade de atletas que circulam por diversos clubes cria obstáculos e dificuldades para garantir o direito dos jovens jogadores. Em muitos casos, afasta os atletas da convivência familiar e comunitária. Essa intensa rodagem é um fenômeno bastante presente no sistema futebolístico brasileiro e que se apresenta como um dos efeitos da formação (Rigo et al., 2018). No estudo em questão, que contou com a participação de oitenta e quatro jogadores de cinco clubes diferentes, pouquíssimos jovens permaneciam no mesmo clube por um período de tempo superior a três anos, e em média já haviam estado em três clubes antes do atual. A falta de planejamento de médio e longo prazo dos clubes brasileiros é o fator que impulsiona a circulação e migração de jogadores de forma precoce. Rial (2008) chama a atenção para a grande rodagem de futebolistas brasileiros em escala global, dada a debandada de jogadores brasileiros para outros países, que ocorre com bastante frequência. Isso se aproxima das evasões de cientistas para outros países, do “roubo de cérebros”, no contexto da ciência, ao “roubo de pés”, uma emigração especial no contexto do futebol. Outro fator que favorece a circulação de jovens à procura de clubes é a organização dos calendários de competições, que funciona de forma difusa e sazonal. Essa organização impulsiona a rodagem dos jovens em busca de trabalho em diversas cidades. Mesmo que legislação, no que se refere à convivência familiar e comunitária, esteja bem demarcada no Art. 227 da Constituição federal (1988) e reafirmada no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) como um dos direitos sociais garantidos legalmente, a necessidade constante dos jovens de se afastarem de seus territórios de origem ocorre devido às mudanças em busca de clubes. Assim, essa inserção precoce em um mercado competitivo pode promover a quebra de vínculos entre os jovens e suas famílias e comunidades.

Somado a isso, com esse distanciamento do ambiente das famílias e das comunidades, são expostos a situações de violação de direitos.

Ano passado eu fui pra um time de Santa Catarina, ano passado no meio da pandemia tá, foi a primeira vez que eu passei fome, por causa que o clube prometia mais do que poderia dar. Era o sub-20 e o profissional tudo junto, pensa num bunkerzão assim de uns 40m2 e uns 50, 60 guri no meio da pandemia, então isso que eu te falo sobre a estrutura, o local entendeu, é muito complicado, é muito complicado mesmo [...] máscara a gente usava né, a gente sabia, só que álcool gel e distanciamento nada, não tinha nada, a única coisa que acontecia era que a gente comia separado, por exemplo, primeiro comia o profissional e depois comia o sub-20, tirando isso nada (jogador 9).



A fala deixa evidente as situações de violência institucional e desproteção da vida vivenciadas pelo jovem, além do mais relata sobre o contexto de agravamento da precarização do trabalho no mercado bola devido a pandemia de Covid-19, desrespeitando as medidas sanitárias de isolamento social exigidas pelos órgãos de saúde no Brasil e no mundo.

Não são poucas as notícias nos meios de comunicação de massas que deixam explícitas as situações em que essa busca de mobilidade social e a realização do sonho de uma vida melhor, muitas das vezes, não terminam com o final esperado. Portanto, é necessário desmistificar o estereótipo aparente de sucesso e deixar evidente o "outro lado da moeda" do futebol, que muitas vezes é uma realidade invisibilizada de baixos salários, estruturas precárias e violências. Ao contrário do que possa parecer, a violação de direitos não é uma mera obra do acaso, e sim uma constante na vida de muitos jovens.

Tais violações estão relacionadas com uma intensa violência estrutural que esse segmento presencia, que se apresenta de diversas formas, fruto das relações de produção e reprodução do capital. Isso é, transcendem o mercado da bola, mas não estão descoladas desse mercado como os fetiches da imagem de "jogador de futebol" levam a crer. Porém, como salienta Silva (2006), a violência estrutural não deve ser analisada como fenômeno isolado, deve ser levado em consideração a sua dimensão de totalidade.

Isto não significa que toda forma de violência deriva diretamente desta ordem societária (ainda que ela seja intrínseca e estruturalmente violenta), mas que, no mínimo, a ordem do capital oferece o terreno sócio-histórico e as condições objetivas para a materialização de todo e qualquer processo violento (por mais pontual que pareça) (SILVA, 2006, p. 36-37).

É nesse contexto de violência estrutural que a juventude vem vivenciando diversas violações de direitos, incluindo sua expressão mais trágica - a morte violenta, embora na perspectiva da proteção social, tenha havido alguns avanços.

Essa realidade impactante de violência vivida pelos jovens no Brasil contraria os princípios legais que são garantidos na Constituição Federal (1988). Crianças, adolescentes e jovens, no Brasil, são segmentos que mais vivenciam processos particulares de violação de direitos de diversas naturezas, como a violência sexual, trabalho infantil, violência física.

Tais violações de direitos não são causadas em função do futebol, porém ao se inserem no mercado do futebol, são submetidos a disciplinas de treinamentos

rígidos e impelidos à lógica da competição e à busca de desempenho e resultados. E mesmo aqueles que conseguem entrar nas categorias de base dos clubes de futebol têm seus direitos negados, têm sua trajetória marcada por dificuldade no processo de escolarização. Além disso, o tempo dedicado à profissionalização no futebol impede os jovens de vivenciar diversos espaços de lazer a que eles têm direito, à convivência familiar, muitas vezes, é deixada de lado, convivem com as constantes dispensas pois a descartabilidade é um elemento constituinte do mercado do futebol.

Portanto, o acesso às políticas públicas é fundamental para assegurar esses direitos, não somente aos jovens que ingressam no mercado da bola, mas também para todas as juventudes em uma sociedade marcada pela desigualdade social. Documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013) são avanços históricos em termos legais, fruto de processos de muitas lutas difíceis, porém a sua consolidação de fato se torna um desafio complexo em meio a uma lógica capitalista neoliberal, que destituiu direitos historicamente conquistados, que acentua a exploração do trabalho e a desregulamentação das leis trabalhistas, que por consequência ameaçam e, muitas vezes, violam os direitos e causam sérios danos aos jovens que ainda estão em processo de desenvolvimento.

Diante dessa realidade, é importante que o com o sistema de proteção social da infância e da juventude possa acompanhar, garantir direitos e fiscalizar clubes, dirigentes e empresários para verificar o cumprimento de todos os requisitos legais, visto que o futebol-negócio explora os jovens e, em muitos casos, os coloca em risco. Assim, é necessário avaliar com profundidade as diversas violações de direitos, abrir canal de diálogo com o poder público, para denunciar situações de violência. Souza (2014), em seu trabalho, deixa evidente que se ampliou bastante, nos últimos anos, a rede de relações que explora a força de trabalho do jogador de futebol, e a legislação esportiva, mesmo com alguns avanços, não correspondeu suficientemente em relação à proteção das crianças, adolescente e jovens ao longo da trajetória percorrida nas categorias de base no futebol. É de suma importância se ampliar as discussões sobre a exploração do trabalho no futebol, para que as juventudes e a sociedade brasileira como um todo conheçam e tenham mais informações sobre a constituição do mercado do futebol e seu impacto na vida dos jovens, e possam desmistificar a ideia de que os jogadores de futebol recebem

salários altos, quando na realidade esse mercado consiste em poucos postos de trabalhos bem remunerados, a concorrência é bastante acirrada, as condições de trabalho e contratos, em sua maioria, são precarizados, frágeis e flexíveis. Essas, são algumas das situações às quais a juventude é submetida no caminho da profissionalização.

#### 4 FIM DE JOGO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bola rola nos grandes estádios brasileiros, e a atenção é toda voltada para os pés dos jogadores em campo. Na narração, adjetivos como "artistas", "estrelas", "craques" são usados para despertar paixões e admiração de uma massa que, grande parte das vezes, superexplorada no mercado de trabalho, tem possibilidade de sonhar ao ver seu time em campo. Todo esse espetáculo, que alimenta corações e o grande capital, esconde uma série de contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A tais contradições, a presente dissertação procurou dar visibilidade.

Nesse sentido, o presente estudo se iniciou ao analisar a questão de como vem se constituindo a exploração do trabalho das juventudes no futebol e o impacto nas trajetórias, modos e condições de vida de jovens, no intuito de contribuir com subsídios teóricos na perspectiva da garantia de direitos para esse segmento social. A partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica, com artigos selecionados por meio do portal de periódicos da CAPES, a busca foi realizada a partir dos descritores: juventude, futebol e trabalho, com a obtenção de um resultados de 345 estudos. Foram desconsiderados os livros e artigos que se repetiam e, assim, restaram 298 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos de todos os 298 artigos, foram selecionados 6 artigos que estavam relacionados às violações e garantias de direitos nas trajetórias de vida de jovens trabalhadores no mercado do futebol masculino de alto rendimento. Esses foram incluídos intencionalmente na amostra da pesquisa. Na busca por teses e dissertações, foram utilizados os descritores: trabalho, juventude e futebol, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BNTD), e foi entrado o número total de 13 estudos, dos quais foram selecionados 3 trabalhos, entre teses e dissertações.

Foi realizada uma pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semi estruturadas, por meio das quais os dados empíricos foram obtidos. Ao todo foram 11 sujeitos entrevistados, no entanto, um dos sujeitos retirou a autorização para a utilização das informações fornecidas por ele, como conteúdo de análise. Assim, o estudo contou com 10 sujeitos, entre eles 5 são jovens atletas e ex-atletas, os outros 5 são trabalhadores da comissão técnica nas categorias de base e/ou equipes principais de clubes de futebol masculino profissional.

A pesquisa documental incluiu intencionalmente leis e documentos sobre o trabalho de jovens e, mais especificamente, sobre proteção social aos jovens jogadores de futebol. São eles: a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, o Estatuto da Juventude (2013), a Lei de adoção (2017) e o Decreto Nº 9.306, de 15 de março de 2018.

Com base na análise dos dados, foi possível apontar diversas contradições que constituem a trajetória juvenil, marcadamente fetichizada, isso é, entendida como de sucesso, fama, altos salários, grande contratos de publicidade, mudança de vida, entre outros, fatos que não se sustentaram na realidade analisada. Nesse sentido, foi necessário aprofundar os estudos sobre o trabalho como uma categoria ontológica, na perspectiva conceitual de trabalho em Marx (2013), que destaca que o trabalho está na base econômica da sociedade como criador de valor, seja ele valor de uso e valor de troca. Além disso, o trabalho é fundante do ser social, o que sustenta o entendimento do ser humano e da sociedade ao longo de um vasto período histórico.

A pesquisa indica que a constituição do mercado da bola possui íntima relação com a estruturação do trabalho na sociedade capitalista, principalmente em tempos da financeirização do capital internacional. Assim, o mercado do futebol, na lógica capitalista, se sustenta na relação social de exploração do trabalho, que extrai ao máximo a força de trabalho para a produção de mercadorias. Neste contexto, os jovens jogadores de futebol são a principal "engrenagem" dessa indústria. Sua força de trabalho é transformada em mercadoria e explorada conforme o interesse do capital. O mercado do futebol de alto rendimento movimentava quantias financeiras bilionárias com transferências de jogadores, comercialização de transmissão e direitos de imagens, entre outros. Caracterizado por ser altamente competitivo e voraz, se constitui como uma totalidade maior, ligada ao capital internacional, também composto por complexidades menores. Esse mercado tem como centro o continente Europeu, e países como Portugal, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França estão entre os mais destacados destinos dos jogadores brasileiros.

A realidade brasileira é marcada por grandes desigualdades sociais e, mais que todos os outros esportes, o futebol nutre o desejo de mobilidade social, de "mudança de vida" por meio do esporte, por parte boa parte dos jovens que vivem em situação de pobreza, ou mais ainda, de miséria. No entanto, distante do

entendimento do imaginário popular, o Brasil apresenta limitados postos de trabalho economicamente valorizados (MELO et al., 2016; SOARES et al., 2011a), com a descartabilidade e a exclusão como elementos constituintes do mercado do futebol, visto que a estimativa é de que menos de 1% dos jovens que desejam adentrar no mercado da bola conseguem se tornar jogadores de futebol (TOLEDO, 2002). Dessa forma, a maioria dos jovens que percorrem o caminho da profissionalização do futebol, com o intuito de fazer parte do mercado da bola, não são aproveitados e, entre aqueles que conseguem se profissionalizar, um grande número de jogadores de futebol e integrantes da comissão técnica dos clubes recebem salários muito baixos, dentro de um mercado de trabalho mundializado, altamente financeirizado. A precarização se constitui como marca nas relações sociais do trabalho no futebol, principalmente com a precária estrutura de trabalho. Os postos de trabalho oferecem salários baixos, flexibilização dos contratos com vínculos empregatícios com poucas garantias legais de direitos trabalhistas, entre outros.

A trajetória dos atletas nas categorias de base começa desde muito cedo, atravessa a infância, adolescência e chega à vida adulta. É, portanto, um longo processo, cada vez mais acelerado, de produção de jogadores, de preparação da força de trabalho, no intuito de garantir uma vaga no concorrido mercado de trabalho do futebol. Nesse caminho, os jovens encontram diversos percalços, ao colocarem a profissionalização no futebol em primeiro plano, pois são levados a abdicar dos espaços de lazer, ficar longe da família em muitos momentos, assim como há empecilhos para a continuidade e aproveitamento dos estudos para sua formação como sujeitos. Rigo et al. (2018) relataram que o tempo dedicado ao futebol interfere no processo de escolarização dos jogadores, e conforme os dados analisados, muitos atletas têm significativa defasagem escolar. Também apontam que obter maior escolarização tende a amenizar as dificuldades, em uma possível reconversão profissional no mercado de trabalho formal, principalmente para os jogadores que foram excluídos precocemente do futebol profissional.

Ao contrário do que possa parecer, na maioria dos casos, a legislação educacional é cumprida. Mesmo com as dificuldades em relação à presença dos jovens na escola, os treinos nas categorias de base ocorreram de forma concomitante com o processo de escolarização. Esse fato não levou ao massivo abandono da educação básica. Segundo Melo et al. (2014) uma possível explicação

para o cumprimento da legislação educacional pode estar na flexibilização das normas escolares, com o consentimento dado pelas escolas para que os estudantes atletas pudessem ter aulas em diferentes turnos no mesmo ano letivo, estudar à noite, com uma cobrança menor de desempenho nos estudos. Diante desse contexto, é necessário que haja maior cobrança e fiscalização por parte do poder público no cumprimento de normas e regras em relação à legislação educacional, e da mesma maneira, que se possa pensar em alternativas, conjuntamente com as entidades e clubes formadores, para que os jovens não sejam lesados em relação ao aprendizado na Educação Básica, pois se a carreira no futebol não obtiver êxito, ou ainda, que tenha um tempo de duração menor do que o esperado pelo atleta, em uma profissão que de modo geral já é bastante curta, precisará obter o conhecimento e a escolaridade para sua reinserção no mercado de trabalho formal. Somado a isso, com a entrada precoce no mundo do trabalho, os atletas experimentam, em sua prática diária de treinamentos, exigências de performance, grande pressão pelo resultado, são obrigados a assumir grandes responsabilidades, têm de aprender a lidar com o sucesso e fracasso em um contexto de precarização e falta de estrutura de trabalho. Situações como essas podem afetar a sua saúde mental, o que contribui no adoecimento psíquico dos jovens atletas.

A trajetória juvenil, no futebol, vem se constituindo como um processo no qual os jovens passam por muitas dificuldades, ao iniciar de forma precoce e ao permanecer, por um longo período, dedicados aos treinamentos, repetição e aprendizagem de gestos motores, o que acaba por levar muitos jovens a colocar em segundo plano a formação e os estudos na Educação Básica, tendo que abdicar da convivência familiar e comunitária. O mercado de trabalho, no futebol de alto rendimento, é marcado por processos de exclusão, já que a descartabilidade é um elemento que o constitui, dado que dispõe de poucos postos de trabalhos bem remunerados, portanto, altamente concorridos. Além disso, apresenta condições precárias de trabalho, contratos frágeis e flexíveis e oferece poucas garantias legais. Todas essas questões impactam diretamente na saúde mental dos jovens que ainda estão vivenciando importante processo de desenvolvimento.

Em relação à pesquisa de revisão bibliográfica com os artigos, teses e dissertações, os textos apresentam diversas questões, entre elas o processo de profissionalização no futebol, as metodologias usadas na formação, o que vem sendo produzido na literatura mundial nos últimos anos sobre o futebol, descrição e

análise dos processos históricos do futebol ao longo do tempo, assim como os temas da legislação e direitos dos jovens no esporte. A análise dos documentos apontam que o processo ao qual os jovens são expostos segue o modelo de produção de jogadores de futebol, em que a disciplina, a técnica, a preparação física, a hierarquia e a obediência são elementos muito presentes. As avaliações escolares dos jogadores são flexibilizadas, toleradas, e as ausências em provas e trabalhos não realizados são remarcados, o que aponta para perdas que esse processo de flexibilização pode gerar na vida dos jovens. Os estudos indicam ainda que as relações contratuais dos atletas nas categorias de base dos clubes profissionais são em sua maioria informais. É muito presente e alto o índice de descarte do processo de formação, tanto na seleção inicial quanto no percurso até a profissionalização, e caso a carreira no futebol não tenha o sucesso esperado, há a ausência de alternativas, de forma que os interesses do negócio futebol prevalecem em relação às forças contrárias ao trabalho infantil.

Os relatos orais dos jovens atletas apontam para as muitas dificuldades encontradas no caminho de preparação para o mercado de trabalho, nas categorias de base, de forma que à medida que os jovens vão subindo de categoria, a cobrança por esforço e empenho vai se intensificando e, aquilo que num primeiro momento poderia ser entendido como uma brincadeira e divertimento, vai sendo capturado pela lógica de mercado. Com isso, não são poucas as histórias de superação, pois são muitas as situações de dispensas, frustrações, lesões, não convocações, derrotas, eliminações, entre outros. Assim antes mesmo de chegar no futebol profissional, os jovens podem se deparar com situações de violação de direitos, que inclui o afastamento da convivência familiar e comunitária e da dificuldade de conciliação com os estudos, conforme já mencionado anteriormente, também com o preconceito com o corpo, como gordofobia, violência sexual, que são alguns dos exemplos que emergiram nos relatos orais. Isso evidencia que a violação de direitos não é uma mera obra do acaso e é mais presente do que se possa imaginar à primeira vista.

Esses aspectos também foram observados na análise dos relatos orais dos técnicos, que apontam para as dificuldades em termos de estrutura de trabalho que os clubes oferecem, como campo de treinamento ruins, sem as condições adequadas, às vezes não existe campo para treinar, nem uma comissão técnica para dar suporte ao trabalho, sem transporte, o que faz com que os próprios



treinadores tenham que levar os materiais e, às vezes, até mesmo, os atletas em seu carro particular. Da mesma forma, os treinadores têm seus vínculos empregatícios precarizados, frágeis, a exemplo do vínculo como Microempreendedor Individual - MEI, em que o trabalhador é a “própria empresa” e assume todas as responsabilidades, ou ainda, muitos treinadores trabalham na informalidade, sem nenhuma garantia legal de proteção social em relação ao trabalho, emprego, previdência, em situações de adoecimento, incapacidade, acidente de trabalho entre outras situações garantidas por lei, o que se apresenta como uma face da precarização do trabalho no futebol.

Nesse sentido, os achados da pesquisa demonstram a necessidade romper com os fetiches do mercado da bola, que estão entranhados no imaginário social, pois é evidente que a realidade para a maioria dos jogadores de futebol é marcada pela descartabilidade, baixos salários, flexibilização nas relações de trabalho, estruturas de trabalho ruins entre outras questões, porém essa situação de grande precariedade é invisível para grande parte da sociedade que “compra” a imagem, bastante difundida pelo veículo de informação da grande mídia, de atletas de futebol somente enquanto representação de sucesso. Essa aparência muitas vezes naturaliza, esconde e oculta processos de exclusão e violação de direitos que os jovens no caminho da profissionalização do futebol podem vivenciar. Deste modo, é de suma relevância compreender o funcionamento desse mercado no que se refere à inserção laboral dos jovens no mercado da bola.

Para isso, é necessário que o sistema de proteção social da infância e da juventude, na figura dos órgãos do poder público, seja mais atuante na fiscalização contra violação de direitos nas trajetórias juvenis, no caminho da profissionalização no futebol, dado que na realidade prática brasileira são muitos casos já registrados em que a proteção social, mesmo com o avanço legal dos últimos anos para as juventudes, se mostrou insuficiente, da mesma maneira, é importante criar novas políticas públicas com outros dispositivos, no intuito de garantir direitos e proteger as juventudes, de forma que o sistema de proteção social inclua não somente os jovens que estão envolvidos no mundo do futebol, mas todo o segmento das juventudes, de forma a compreender esses jovens enquanto sujeito de direitos que necessitam ter um sistema de proteção mais ampliado.

A profissionalização e a carreira no futebol podem representar uma possibilidade, mesmo que muito pequena, de mobilidade social para uma grande

quantidade de jovens que não tem muitas oportunidades de bons empregos no mercado formal, porém a análise mais aprofundada constatou que o mercado do futebol oferece um limitado número de vagas e oportunidades de entrada, difícil permanência e reduzido retorno financeiro, em um contexto em que a maioria dos clubes têm calendários difusos e sazonais, assim os jogadores são impelidos, ao longo do ano, a circular e migrar para diferentes regiões do país e do mundo na procura de postos de trabalho no futebol.

Portanto, questões como as acima levantadas devem ser previamente pensadas e levadas em consideração para a tomada de decisão dos jovens e suas famílias, quando colocam suas “fichas” na carreira profissional dos atletas no mercado do futebol. Assim, fica o questionamento sobre se vale a pena, para um número substancial de jovens e suas famílias, apostarem e empreenderem tamanhos esforços na tentativa de profissionalização.

Essa dissertação não tem o objetivo de encerrar o debate, muito pelo contrário, compreende-se, a partir do método materialista histórico-dialético que todas as totalizações são provisórias, logo, o “fim de jogo”, marca o início de “novas partidas”, isso é, seria fundamental aprofundar ainda mais os estudos no âmbito da formação de jogadores no caminho da profissionalização e conseqüente entrada no concorrido mercado de trabalho do futebol, assim como, ampliar as discussões sobre o sistema de proteção social para os atletas. Da mesma forma, o aprofundamento das discussões com estudos futuros sobre a formação de atletas do futebol feminino no Brasil contribuiria para o maior entendimento desse campo de estudos. Pois, do total de artigos selecionados na pesquisa de revisão bibliográfica, nenhum artigo, tese ou dissertação abordaram o futebol feminino, o que demonstra o componente do machismo estrutural, enquanto elemento funcional de manutenção das relações presente na sociedade capitalista, refletido no mercado da bola. De forma geral, as mulheres, que já foram proibidas de jogar, recebem muito menos apoio para a realização do futebol, seja na organização de campeonatos por parte das federações e clubes, estrutura e pagamento de salários, que são imensamente menores em comparação com os salários pagos aos jogadores de futebol. Dessa forma, o futebol feminino é parte constituinte da cultura do futebol, no entanto não é visto e nem é valorizado da mesma forma que o futebol masculino. Da mesma maneira, nenhum dos trabalhos analisados estudou os temas da questão racial, da homofobia e da gordofobia envolvendo os atletas no caminho da profissionalização

no futebol ou ainda na constituição do futebol profissional e precisam ser contempladas com novos estudos e produções acadêmicas.

São inúmeros os fetiches que devem ser desvendados por meio de estudos, para que possam contribuir na qualificação das relações que são estabelecidas no mercado do futebol, que causam dor, sofrimento e ampliam as violações de direitos das pessoas inseridas nesse mercado. Sabe-se que tais precarizações são típicas do mercado de trabalho como um todo. Então, o grande desafio é questionar as estruturas do grande capital, na direção de aprofundar reflexões da superação da exploração do humano pelo humano. Apesar disso, os questionamentos acerca da garantia de direitos dos trabalhadores inseridos no mercado é válida na direção de dar pequenos passos civilizatórios em tempo de fomento à lógica da precarização. Nesse sentido, o caminho para desfeticização do mundo do futebol mostra-se como um importante passo para dar visibilidade às suas contradições, na luta pela garantia de direitos das juventudes inseridas no mercado da bola.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Crise Estrutural do Capital, Maquinofatura e Precarização do Trabalho - a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-248, dez. 2013.

ANDRADE, Diego César Terra de; RAMOS, Heidy Rodriguez. Futebol: paixão ou negócios? uma análise da produção científica mundial. **Podium: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 169-184, set./dez. 2015.

ANTUNES, Ricardo. A substância da crise e a erosão do trabalho. *In*: Sampaio Jr, Plínio de Arruda *et al.* (Org.). **Capitalismo em crise**: a natureza da dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Sundermann, 2009 a.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009 b.

\_\_\_\_\_. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n.1, p. 121-131, 2011.

\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.20, n.1, p.1-13, 2017.

AZAMBUJA, M. R. F. de. Direitos da criança e do adolescente: evolução do conceito de infância. *In*: PERONDI, M.; SCHERER, G. A.; VIEIRA, P. M.; GROSSI, P. K. **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos**: onde estamos? Para onde vamos?. Porto Alegre : Edipucrs, 2018.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Trabalho infantil no Brasil**: rumo à erradicação. Brasília, DF: IPEA, 2010.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n.1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BRACHT, Valter. **A Sociologia Crítica do Esporte**: Uma Introdução. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art.227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília, 2010.**Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17.943-a, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1927, p. 476.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, Instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília, 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 mar. 2018, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o código de menores. Brasília: Presidência da República, 1979. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 nov. 1979. Seção 1, p. 14945.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 mar. 1998. Seção 1, p. 1332.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Seção 1, p.13563.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 ago. 2013. Seção 1, p.1.

BRASIL, Vinícius de Moraes. **A Copa do (A) Capital**. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p.141-166, Set./Dez. 2020.

CASARIN, Rodrigo Vicenzi; STREIT, Igor. Modelo de formação em futebol: análise de clubes do estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira De Futsal E Futebol**, v. 3, n.7, p.45-57. Jan./Abril. 2011.

CARIALI, Hingridy Fassarella. **Uma crítica ontológica aos estudos das juventudes a partir de Georg Lukács**. 2021. 191f. (Doutorado em Políticas Públicas)–Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

COGGIOLA, Osvaldo. **Teoria econômica marxista: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONCEIÇÃO, Daniel Machado da. **O estudante -atleta: desafios de uma conciliação**. 2015. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CORDEIRO, Denise Maria Antunes. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades**. 2008. 185 f. (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. Geórg Lukács e a reificação: teoria da constituição da realidade social. **Kinesis**, Marília, v. 1, n. 2, p. 49-63, 2009.

DAMO, Arlei. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. 2005. 434 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAYRELL, Juarez. O Jovem como Sujeito Social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DUTRA, Geovanna Caroline Zanini ; BRASIL, Vinicius de Moraes ; SOUZA, Maristela da Silva. A cultura esportiva do futebol: a relação estabelecida com a categoria trabalho. **Revista Didática Sistemica**, Rio Grande, edição especial, p. 257-269, ago. 2010.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno crh**, Salvador, v. 24, n.1, p. 37-57, 2011.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ESTEVES, Luiz. Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz. Carlos Gil. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: UNESCO; MEC, 2007. Pp. 19-54.

FERNANDEZ, Renato Lanna. **O jogo da distinção: C. A. Paulistano e Fluminense F. C.: um estudo das identidades clubísticas durante a fase amadora do futebol em São Paulo e no Rio de Janeiro (1902-1933)**. 2016. 507 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GALEAZZI, Irene. Precarização do trabalho. *In*: CATTANI, A.D, HOLZMANN, L. (Org). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. rev. amp - Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

GIL, Antonio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Esportivização. *In*: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário crítico da educação física**. 2. ed. rev. Ijuí: Editora Unijuí, 2008. p.170-174.

GRESPLAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventudes: Sociologia, cultura e movimentos**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.

GUIMARÃES, Arthur Silveira. **Além das quatro linhas: estudo sobre a trajetória profissional de jovens atletas do futebol**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

HARVEY, David. **Para entender O capital, livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSBAUM, Eric John Ernest. **A era das Revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

IASI, Mauro Luis. As revoluções do século 19 e a poesia do futuro. *in*: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JUNIOR, Reginaldo Pereira França; LARA, Ricardo; . Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia Lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 20-31, jan./jun. 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUPPER, Agnaldo. Como o futebol brasileiro agradece a quem o impulsiona e vice-versa. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**. São Paulo, v.12. n.47. p.103-114. Jan./Abr. 2020.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOPES, Ana Christina Brito; Berclaz, Márcio Soares. A invisibilidade do Esporte e da Cultura como Direitos da Criança e do Adolescente. **Direito da práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 1430-1460, 2019.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos de dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Lei geral da copa: explicitações do estado de exceção permanente. *in*: JENNINGS, Andrew [et al]. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa do Mundo e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARTINEZ, V. M. Impactos da pandemia da Covid-19 em um clube da segunda divisão gaúcha de futebol. **Praxia**, Goiânia, v. 3, p. 1-26, jun. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura**: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do senhor Proudhon. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os despossuídos**: debate sobre a lei referente ao uso da madeira. São Paulo: Boitempo, 2017. p.108.

MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**. v.13, n.3, p.44-57, set/dez. 2004.

MELO, Leonardo Bernardes Silva de ; ROCHA, Hugo Paula Almeida da ; SILVA, André Luiz da Costa ; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Jornada escolar versus tempo de treinamento: a profissionalização no futebol e a formação na escola básica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 38, n.4, p.400-406. 2016.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – O Silêncio que Destrói Infâncias**. Fortaleza, 2020.



MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminhos das civilizações**: da pré-história aos dias atuais. São Paulo. Atual, 1993.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

NETTO, José Paulo; Braz, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Edison Medeiros de; BALZANO, Otávio Nogueira; MORAIS, Pedro Henrique Nascimento. O perfil dos atletas em transição da fase amadora para a fase profissional, das equipes de Futebol da cidade de Fortaleza, e a relação. **Revista Brasileira De Futsal E Futebol**, v. 9, n.33, p.130-137. mai./ago. 2017.

PAIM, Marina Bastos; KOVALESKI, Douglas Francisco. Análise das diretrizes brasileiras de obesidade: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.29, n.1, p. e190227, 2020.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica**: educação física. Curitiba, 2008.

PERONDI, Mauricio.; VIEIRA, Patricia Machado. A construção social do conceito de juventudes. In: PERONDI, Mauricio.: Et AL. (Orgs.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos**: onde estamos? Para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 49-62.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Caderno Técnico**, v. 23, 1999.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da Pesquisa Social. **Temporalis**, Porto Alegre, n.7, p. 123-143, 2003.

\_\_\_\_\_. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.11, n. 1, p. 116 - 128, 2012.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele. "Na prática a teoria é outra" ou separar é armadilha do capitalismo?. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p.161-171, mai/ago., 2017.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futebol e violência**. Campinas: Autores Associados, 2006

RIAL, Carmen. Rodar: A Circulação dos Jogadores de Futebol Brasileiro no Exterior. **Horizontes Antropológicos**, v. 14, n.30, p.21-65, jul./dez. 2008.

RIGO, Luiz Carlos; SILVA, Daniel Vidinha da; RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Formação de jogadores em clubes de uma cidade do interior: circulação, 31 escolarização e inserção no futebol profissional. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 263-274, jan./mar. 2018.

RODRIGUES, Abrahan Lincoln de Paula; NETO, Aldemar, Alexandre Souza; MARQUES, Seigo Mirray Farias; BALZANO, Otávio Nogueira. A formação de jovens atletas nas escolinhas de futebol em Fortaleza-CE. **Revista Brasileira De Futsal E Futebol**, v. 8, n.31, p.340-347. Jan./Dez. 2016.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 260-299, jan./jun. 2004.

RUBIO, Katia. Rendimento esportivo ou rendimento humano? O que busca a da psicologia do esporte?. **Psicologia para América Latina**, México, n.1, p. 0-0. 2004.

SALES, Mione Apolinário. **(In)Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. 2005. (Doutorado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; MELO, Leonardo Bernardes Silva de; COSTA, Felipe Rodrigues da; BARTHOLLO, Tiago Lisboa; BENTO, Jorge Olímpio. Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, vol. 33, n.4, p.905-921, out./dez. 2011a.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves ; MELO, Leonardo Bernardes Silva de ; BARTHOLLO, Tiago Lisboa ; ROCHA, Hugo Paula Almeida da . Jovens esportistas: profissionalização no futebol e a formação na escola. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n.2, p.252-263, abr./jun. 2011b.

SOUZA, Priscila Andreata Rose de. **A Prata da Casa: a 'mercadoria força de trabalho jogador de futebol' no Brasil pós Lei Pelé**. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado em em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOUZA, Cláudio Lucena. **Processos formativos e identitários no futebol: sujeitos (in)visíveis em jogo**. 2014. 261f. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SCHERER, Giovane Antonio. **Juventudes, (In)segurança e políticas públicas: a proteção social no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2017.

\_\_\_\_\_. Notas sobre juventude, classe social e política. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 22-31, jan./abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Territórios violentados e vidas descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 251-265, 2018.

SCHERER, Giovane Antonio; SEIMETZ, Gisele Ribeiro; CÉSAR, Maurício da Silva. Trajetórias juvenis e educação: o desafio de ser jovem diante do contexto contemporâneo. *in*: TEIXEIRA, Patrícia de Lima Espindola *et al.* (Org.). **(Re)significações do ensino médio e protagonismo juvenil**: tessituras curriculares. Porto Alegre: Edipucrs, 2022, 384p.

SIGOLI, Mário André; JÚNIOR, Dante de Rose. A história do uso político do esporte. **Revista brasileira de Ciências e Movimento**. Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, jun. 2004.

SMOUTE, Leandro; GOMES, Debora; COUTINHO, Silvano da Silva. A hegemonia do futebol enquanto esporte em um programa de mídia esportiva e suas relações com o esporte na educação física escolar. **Conexões: educação física, esporte e saúde**. Campinas, v. 15, n.4, p. 396-409. 2017.

TOLEDO, Luiz, Henrique de. **Lógicas do futebol**. São Paulo: Hucitec, 2002.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

\_\_\_\_\_. **Método científico**: uma abordagem ontológica. Maceió: Veredas, 2016.

TONINI, Marcel Diego; GIGLIO, Sérgio Settani. A transferência de jogadores no sistema FIFA e a migração de brasileiros para a Europa (1920-1970). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 68, p. 610-632, set./dez, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo, Expressão Popular, Brasil, 2007.

VAINER, Carlos. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas? *in*: JENNINGS, Andrew [et al]. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa do Mundo e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo, 2014.

VIANA, Nildo. Notas Sobre o Significado Político do Futebol. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 111, p. 9-17, ago. 2010.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-2020, ago/dez. 2014.

WOLFF, Maria Palma. Direitos humanos e direitos da criança e do adolescente: processo de construção e realidade brasileira. *In*: PERONDI, Mauricio.: Et AL. (Orgs.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos**: onde estamos? Para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 49-62.

**APÊNDICE A – QUADRO TESES E DISSERTAÇÕES COMBINANDO OS DESCRITORES: JUVENTUDE, FUTEBOL, TRABALHO**

**Quadro 9** - Teses e dissertações combinando os descritores: juventude, futebol, trabalho

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO DO ESTUDO</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>ANO DA PUBLICAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO VINCULADO</b>
Flavia Cristina Soares	Cultura desviante e juventude: a torcida organizada como instrumento de domínio territorial	Tese de Doutorado	2018	Sociologia (Universidade Federal de Minas Gerais)
Arthur Silveira Guimarães	Além das quatro linhas: estudo sobre a trajetória profissional de jovens atletas do futebol	Dissertação de Mestrado	2012	Sociologia (Universidade Federal da Paraíba)
Claudio Lucena de Souza	Processos formativos e identitários no futebol: sujeitos (in)visíveis em jogo	Tese de Doutorado	2014	Educação (Universidade Federal da Bahia)
Liana Abrão Romera	Juventude, lazer e uso abusivo de álcool	Tese de Doutorado	2008	Educação Física (Unicamp)
Jacilene Teresinha Romanoski	Políticas Públicas de Juventude em Erechim-RS: entre o real e o ideal	Dissertação de Mestrado	2017	Educação (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Haroldo Moraes de Figueirêdo	O futebol, a igreja e a rua da telha: a educação para o lazer no município de Vicência (1965-1970)	Dissertação de Mestrado	2008	Educação (Universidade Federal de Pernambuco)
Daniel Machado da Conceição	O estudante-atleta: desafios de uma conciliação	Dissertação de Mestrado	2015	Educação (Universidade Federal de Santa Catarina)
Amanda Farias dos Santos	Torcidas organizadas e sociabilidade juvenil no nordeste.	Dissertação de Mestrado	2009	Sociologia (Universidade Federal do Alagoas)
Shirlei Rezende Sales	Orkut.com.escol@ : currículos e ciborguização juvenil	Tese de Doutorado	2010	Educação (Universidade Federal de Minas Gerais)
Tábita Cristina Modesto Nascimento	O tempo livre e a produção da existência da juventude do campo: um estudo com jovens estudantes do Assentamento João Batista II - PA	Dissertação de Mestrado	2017	Educação (Universidade Federal do Pará)

Cícera de Andrade Pontes	Onde mora a esperança? Um estudo das culturas juvenis no Jangurussu: as meninas do rap e os meninos de Deus	Dissertação de mestrado	2013	Educação Brasileira (Universidade Federal do Ceará)
Ana Cristina Alves Balbino	Da Lapa aos porões da ditadura: as experiências de Raphael Martinelli (1939-1973)	Tese de doutorado	2018	História (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Natanael de Freitas Silva	DZI CROQUETTES: invenções, experiências e práticas de si - masculinidades e feminilidades vigiadas	Dissertação de mestrado	2017	História (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

**APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOCUMENTAIS QUE SE REFEREM ÀS LEGISLAÇÕES RELEVANTES QUE DISSERTAM ACERCA DO TEMA DE PESQUISA.**

**Pesquisa:** As trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol de alto rendimento.

Título do documento	
Natureza	
Ano de publicação	
Questões relativas ao trabalho	
Questões relativas à legislação protetiva	
Questões relativas ao lazer e convivência familiar	
Observações:	

**APÊNDICE C: INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), E NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES.**

**Pesquisa:** As trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol de alto rendimento.

Natureza (tese, dissertação e artigos)	
Ano de defesa	
PPG vinculado	
Orientador	
Autor	
Revista	
Ano de publicação	
Concepções de juventude e trabalho no futebol	
Concepção de formação escolar	
Concepção de trajetória profissional	
Conceito de direito para juventude	
Observação:	



## **APÊNDICE D: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA JOVENS**

**Pesquisa:** As trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol de alto rendimento.

### **1º Momento: Apresentação**

1. Qual o teu nome?
2. Quantos anos tu tens?

### **2º Momento: Infância e Adolescência (trajetória)**

3. Onde tu nasceste? Conte um pouco sobre a tua infância.
4. Se nasceu em outro município, como veio pra cá?
5. O que você mais lembra da sua infância? O que tinha de mais legal e menos legal que tu lembrás?
6. Como era a sua escola?

### **3º Momento: Hoje – inserção no futebol e cotidiano**

7. Conte um pouco sobre o local onde você mora. Como é viver lá?
8. Conte um pouco o que o futebol é para você.
9. Como você começou a jogar futebol?
10. Conte um pouco do seu dia a dia. O que você faz da hora que acorda até a hora que vai dormir?
11. Qual foi a maneira que tu te utilizou para entrar nas categorias de base?
12. Quanto tempo tu estás/ficou no caminho da profissionalização no futebol?

13. Como é/era sua rotina de treinamentos?
14. Você está estudando no momento? O que acha da escola?
15. Que dificuldades encontra na escola?
16. Qual a importância da escola na sua vida?
17. Como concilia/ conciliava a rotina de treinamentos com a escola?
18. Tu tem muitos momentos de lazer? Como tu ocupa esse tempo?
19. Porque decidiu tentar se tornar jogador de futebol?
20. Como você enxerga o mercado da bola e as possibilidades de se tornar profissional?
21. Quais as principais dificuldades que você encontra em seu dia a dia?
22. Qual a sua maior preocupação hoje?

#### **4º Momento: Instituições**

23. O clube em que você está ou já passou oferece suporte (financeiro, psicológico, logística, moradia entre outros) no processo de formação nas categorias de base?
24. Conte um pouco da sua relação com a sua família. Quem mais te apoia nos momentos que você precisa?
25. Tu tem contato com a tua família? Eles te oferecem/ofereciam algum suporte ao longo do caminho da profissionalização?
26. Caso tu não se torne, não se tornou jogador profissional, tu tem/tinha algum projeto em vista?
27. O que a experiência no mundo do futebol mudou em tua vida material?
27. Que mudança no seu modo de ser, de pensar e nos seus valores ocorreram a partir dessa experiência?

#### **5º Momento: Fechamento**

28. Quais os seus sonhos?

29. Caso tu pudesses dizer algo, dar algumas dicas, a um jovem interessado em entrar no mundo do futebol, o que tu dirias?

## **APÊNDICE E: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFISSIONAIS**

**Pesquisa:** As trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol de alto rendimento.

### **1º Momento: Apresentação**

1. Qual o seu nome?
2. Onde tu nasceu? Se nasceu em outro município, como veio pra cá?
3. Que funções exerce no clube?

### **2º Momento: Formação profissional**

4. Qual a sua formação (cursos de graduação, pós-graduação)?
5. O clube em que você está, já esteve incentiva/incentivou os profissionais a adquirir as licenças da CBF?

### **3º Momento: Trajetória profissional e cotidiano de trabalho**

6. Quanto tempo trabalha com formação de atletas?
7. Porque decidiu trabalhar com a formação de jogadores de futebol?
8. Qual o teu regime de trabalho (CLT, contrato, outros) e a carga horária de trabalho?
9. Como é tua rotina de trabalho no clube ou nos clubes que passou?
10. O que é necessário para o jovem obter sucesso no futebol?
11. Qual a carga horária semanal de treinamentos exigida na formação de atletas?
12. Quais as maiores dificuldades que você percebe em seu cotidiano de trabalho?

### **4º Momento: Trabalho e Juventude.**

13. Como se dão as rotinas de treinamentos dos jovens? Como é o cotidiano deles?

14. Qual a idade de ingresso dos jovens no futebol? Como são tratadas as questões familiares desses jovens?
15. Quais as principais dificuldades que percebe em relação aos jovens?
16. Como são trabalhadas as questões relativas a projeto de vida e futuro dos jovens?
17. Muitos jovens que acabam ingressando no mercado do futebol não se tornam jogadores profissionais. Na sua opinião, por que isso ocorre?
18. Como ocorre a questão do desligamento de jovens do clube?
19. Os clubes do qual você já trabalhou tinham alguma política ou ações para aqueles que jovens que não se tornarão jogadores de futebol?
20. O que você pensa sobre ações desse tipo?

## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP NA PLATAFORMA BRASIL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL -



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** As trajetórias juvenis no mercado de trabalho do futebol de alto rendimento

**Pesquisador:** Giovane Antonio Scherer

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 44910621.7.0000.5334

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFRGS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.702.326

**Apresentação do Projeto:**

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (projetoedesquisacomalteracoessolicitadaspelocep.pdf) e na carta resposta enviada ao CEP: Resumo, Metodologia, Critérios de Inclusão e Critérios de Exclusão. Trata-se de uma pesquisa de mestrado, que tem, como objetivo geral, analisar como vem se constituindo a exploração do trabalho juvenil no futebol e o impacto nas trajetórias, modos e condições de vida de jovens, no intuito de contribuir com subsídios teóricos na perspectiva da garantia de direitos para esse segmento social. São elencados os seguintes objetivos específicos: 1) analisar como vem se constituindo o mercado da bola e sua mediação com modos e condições de vida dos jovens em tempos da financeirização do capital internacional; 2) problematizar acerca do trabalho da juventude no que se refere à inserção e exploração laboral no mercado da bola; 3) investigar como o sistema de garantia de direitos atua no âmbito da proteção social para adolescentes e jovens no que diz respeito a sua inserção no mercado do futebol. A pesquisa vale-se de uma metodologia qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em uma perspectiva crítica do materialismo histórico dialético. O estudo será composto por uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica será realizada em teses e dissertações com os descritores trabalho, juventude, futebol, na biblioteca digital Brasileira de teses e dissertações (BNTD), assim como em artigos escolhidos, com os mesmos descritores, no portal de periódicos

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116

**Bairro:** Santa Cecília

**CEP:** 90.035-003

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3308-5698

**Fax:** (51)3308-5698

**E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL -**



Continuação do Parecer: 4.702.326

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1719017.pdf	22/04/2021 15:16:10		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodepesquisacomalteracoessolicitadaspelocep.pdf	22/04/2021 15:15:58	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	22/04/2021 15:14:12	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	cartaconviteparaosparticipantesdapesquisa.pdf	22/04/2021 15:12:30	Giovane Antonio Scherer	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALecomalteracoescp.pdf	22/04/2021 15:11:14	Giovane Antonio Scherer	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLeparapaisouresp.pdf	22/04/2021 15:11:03	Giovane Antonio Scherer	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLecomalteracoescp.pdf	22/04/2021 15:10:43	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoastrajetoorias.pdf	22/03/2021 16:42:22	MAURICIO DA SILVA CESAR	Aceito
Outros	roteiroentrevistaprofissionais.pdf	19/03/2021 15:26:11	MAURICIO DA SILVA CESAR	Aceito
Outros	roteiroentrevistajovens.pdf	19/03/2021 15:23:57	MAURICIO DA SILVA CESAR	Aceito
Outros	instrumentodadosbibliograficos.pdf	19/03/2021 15:21:34	MAURICIO DA SILVA CESAR	Aceito
Outros	instrumentodadosdocumentais.pdf	19/03/2021 15:18:13	MAURICIO DA SILVA CESAR	Aceito
Outros	parecerfinalbancauricio.pdf	19/03/2021 08:44:23	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	Atadedefesadaqualificacao.pdf	19/03/2021 08:43:48	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	18/03/2021 21:54:48	MAURICIO DA SILVA CESAR	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	18/03/2021 21:54:08	MAURICIO DA SILVA CESAR	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116  
**Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br